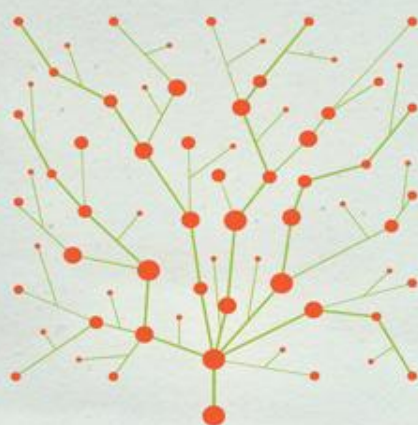
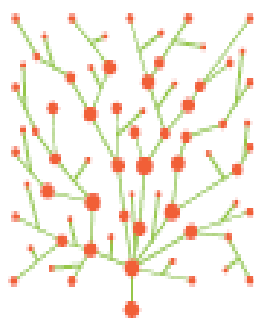




DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR





DESENVOLVIMENTO RURAL | I N T E R D | S C I P L I N A R |



ISSN 2595-9387

Vol. 2 - Nº 1

Maio 2019 / Novembro 2019

Porto Alegre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL
Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CENTRO INTERDISCIPLINAR EM
SOCIEDADE, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
Diretor: Marcelo Antônio Conterato

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
ECONÔMICAS
Diretor: Leonardo Xavier da Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenador: Fabian Scholze Domingues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA
Coordenador: Ricardo Dathein

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL
Coordenadora: Gabriela Peixoto C. de Souza

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Adalberto Mielitz Netto (FAO), Octavio Augusto
Conceição Camargo Conceição (UFRGS), Eric
Sabourin (CIRAD - França), Armando Lírio de
Souza (UFPA), Steven M. Helfand
(Universidade da Califórnia, EUA), Castilho
Amilai (Universidade Eduardo Mondlane,
Moçambique), Norma Kiyota (IAPAR), Renato
Sérgio Jamil Maluf (CPDA/UFRRJ), Artur
Fernando Arede Correia Cristovão
(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,

Portugal), Pedro Arbeletche (Universidad de la
Republica Uruguaya, Uruguay), Karen Becker
Fritz (UPF), Marcus Vinicius Alves Finco
(UFT).

COMISSÃO EDITORIAL
Alessandra Matte, Jalcione Almeida, Renata
Menasche, Sérgio Schneider, Tatiana Engel
Gerhardt, José Carlos dos Anjos, Leonardo
Xavier da Silva, João Armando Dessimon
Machado.

EDITORA
Daniela Dias Kühn

EDITORES ADJUNTOS
Ana Monteiro Costa (UFPE)
Paulo Dabdad Waquil

REVISÃO DE TEXTO
Marina Leivas Waquil

BOLSISTA Programa de Apoio à Editoração de
Periódicos Científicos (PAEP) da UFRGS /2019
Kelvin Sayião

EDITORAÇÃO E CAPA
Fábio Alt
Júlio Alt

LOGOMARCA
Victor Girardi
Os materiais publicados na revista
Desenvolvimento Rural Interdisciplinar são de
exclusiva responsabilidade dos autores. É
permitida a reprodução total ou parcial dos
trabalhos desde que seja citada a fonte.
Trabalhos publicados devem ser submetidos
pelo site <https://seer.ufrgs.br/revpgdr>.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Desenvolvimento rural interdisciplinar / Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural (PGDR) – Vol. 2, n. 1 (maio/nov. 2019) - . – Porto
Alegre : UFRGS/PGDR, 2019-

Semestral.

ISSN: 2595-9387

1. Desenvolvimento rural. 2. Políticas públicas. 3. Segurança alimentar e
nutricional. 4. Sistemas agroalimentares. 5. Sociedade e ambiente. I. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas II. Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

CDU 631.1.016

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO NÚMERO

P. 05 -06

ENTREVISTA

A crise de legitimação do neoliberalismo e a colonização da crítica ética pelas corporações: rumo a uma plutocracia administrativa?

Com **Alessandro Bonanno**

P. 07 - 21

ARTIGOS

A cidade e o rio: a produção do espaço urbano de uma cidade às margens dos sinos

Daniel Luciano Gevehr

Érisson Fernando da Silva de Castro

P. 22- 49

Percepções intergeracionais de agricultores familiares sobre a produção de alimentos e sustentabilidade

Cianarita Caron Figueiró

Arlene Anelia Renk

P. 50 - 78

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Dom Pedrito (RS): um estudo sobre implantação, execução, limites e desafios

Maurício Guazina Lopes

Shirley Grazieli da Silva Nascimento

P. 79 - 106

RESENHA

OBRA: A difusão de políticas públicas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e no Caribe (SABOURIN, E.; GRISA, C. 2018)

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Luciana Dias de Oliveira

P. 107 - 113



FOTOGRAFIA DE CAPA



MARCOS ANTÔNIO PEREIRA DA FONSECA MALTEZ
MESTRE EM DESENVOLVIMENTO RURAL/PGDR - UFRGS



APRESENTAÇÃO

A DRInter está com número novo, com algumas novidades! Além da divulgação dos trabalhos produzidos por diversos pesquisadores, temos uma entrevista e uma resenha publicadas, abrindo e encerrando o número, respectivamente!

O Prof. Alessandro Bonanno abre o número respondendo questões sobre o chamado neoliberalismo e a relação com as corporações que dominam a produção e a distribuição de alimentos. Ao longo das perguntas e respostas descritas, é possível compreender o debate envolvendo os movimentos sociais na Sociologia da Agricultura. O professor nos apresenta uma elaboração coesa desses temas. Apresenta suas críticas, transformações e possibilidades, salientando a importância que ganha, com o passar dos anos de contestação da concentração corporativa a questão da alimentação, importante tanto no debate em termos de quantidade quanto (cada vez mais) da qualidade do alimento que é consumido. Bastante interessante! Tomara que gostem!

Esse número tem, além da entrevista e de uma resenha, três artigos de colegas pesquisadores.

No primeiro artigo, os autores apresentam a construção da problemática ambiental/territorial a partir da relação da comunidade com um rio. Importante perceber que o exercício metodológico permite que nos debruçemos sobre esse tema, a partir de duas cidades “famosas”, por determinado período histórico, pela produção coureiro-calçadista (altamente poluidora).

A relação intergeracional dentro das unidades de produção agrícola é tema do segundo artigo publicado neste número. A análise da influência do importante processo de

transformação no ambiente rural é fundamental para que se compreenda como ocorre e o que é necessário para a manutenção dos jovens no campo. A equipe de pesquisadores apresenta os resultados obtidos no trabalho de campo realizado com dez famílias em Chapecó/SC.

A política pública e a produção de alimentos são os temas do terceiro artigo deste número. Os pesquisadores trazem para debate a análise das Política de Aquisição de Alimentos (PAA) no município gaúcho de Dom Pedrito. A partir da pesquisa realizada são apresentados desafios dos produtores para participarem do programa, bem como as potencialidades deste tipo de política para a agricultura familiar gaúcha.

A resenha que encerra esse volume apresenta uma obra sobre a difusão das políticas públicas experimentadas no Brasil no contexto latino americano. O volume, de 2018, foi organizado pelos pesquisadores Eric Sabourin e Catia Grisa, resultado da parceria de uma ampla rede de pesquisa com pesquisadores inseridos em diversos contextos.

Leia e compartilhe os trabalhos!

A equipe DRInter deseja a tod@ uma boa leitura!

Editores

<https://seer.ufrgs.br/revpgdr>

<https://www.facebook.com/DesenvolvimentoRuralInterdisciplinar/>

Endereço eletrônico: revistapgdr@ufrgs.br



ENTREVISTA

A CRISE DE LEGITIMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E A COLONIZAÇÃO DA CRÍTICA ÉTICA PELAS CORPORAÇÕES: RUMO A UMA PLUTOCRACIA CORPORATIVA?

Entrevista com Alessandro Bonanno

Entrevistado por:

Paulo André Niederle

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço Eletrônico: pauloniederle@gmail.com

Etho Roberio Medeiros Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural /Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço Eletrônico: ethoroberio@gmail.com

Elcio Nascimento Costa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço Eletrônico: elcioncosta@gmail.com

Professor da Universidade Estadual Sam Houston, Texas, Alessandro Bonanno é um dos expoentes da sociologia da agricultura e alimentação. Suas publicações sobre os impactos dos processos de globalização para a reorganização das relações de produção e trabalho na agricultura são referências obrigatórias nos estudos rurais. Dentre suas publicações mais recentes estão: “The Legitimation Crisis of Neoliberalism: The State, Will-Formation and Resistance” (2017); “Geographical Indication in the Development and Democratization of Global Agri-Food”

(2019), organizado com Kae Sekine and Hart Feurer; “Resistance to Neoliberal Agri-Food System: A Critical Analysis” (2018), com Steven Wolf; e “Labor Relations in Globalized Food” (2014), organizado com Josefa Salete Cavalcanti.

Com inúmeras pesquisas no Brasil desde meados dos anos 1990, sobretudo na região Nordeste e em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Alessandro Bonanno acumula um vasto conhecimento sobre o Brasil. Aproveitando mais uma

vinda para o país, em dezembro de 2019, tivemos a oportunidade de recebê-lo na UFRGS¹ para uma palestra sobre sua mais recente pesquisa acerca da reestruturação do mercado global de carne em face da emergência de novas alternativas em termos de produtos substitutos. Na ocasião, realizamos esta entrevista que reconstitui alguns passos da sua trajetória acadêmica e apresenta sua interpretação para os processos mais gerais de reestruturação do sistema agroalimentar contemporâneo em face do que define como uma crise de legitimação do neoliberalismo e o avanço do domínio corporativo, que tem habilmente se apropriado das críticas cívicas que os movimentos sociais, até então, construíram ao modelo de produção dominante.

Entrevistadores: A sociologia da agricultura e da alimentação tem apresentado uma importante contribuição para a análise das transformações dos sistemas alimentares. Para começar nosso diálogo, seria importante você situar sua entrada nesse campo e suas principais contribuições para este debate.

Alessandro Bonanno: Estamos falando de meados dos anos 1970. Eu era estudante de graduação. Nesse período, como muitos

jovens dessa época, eu estava preocupado com a mudança da sociedade, com criar uma sociedade melhor, que não tivesse a dominação do sistema capitalista e do consumismo. Eu tinha lido tudo da literatura da Escola de Frankfurt, da teoria crítica, sobretudo o Habermas e o Marcuse. A partir disso, minha preocupação começou com poder resolver as questões dos grupos pobres, dos desfavorecidos do mundo... E um desses grupos era o dos camponeses. Eu não tenho raízes camponesas, nasci e cresci na cidade, mas essa preocupação com os camponeses era muito forte. Então, eu comecei a estudar agricultura com a intenção de encontrar soluções para o problema da pobreza rural, da pobreza dos camponeses.

Nesse período, a teoria social dominante nos Estados Unidos era o positivismo de Parsons, que fala da questão da estratificação social como funcional ao sistema social. Essa foi uma ideia muito difundida e propõe que as pessoas que recebem muito mais da sociedade assim o recebem porque têm mais importância na sociedade, e os que têm uma importância menor recebem menos. Essa teoria, obviamente, não funciona, porque os produtores, em geral, principalmente camponeses e agricultores familiares,

¹ Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, em especial à professora Josefa Salete Cavalcanti, por viabilizar, por meio de projeto Capes-Print, a vinda do professor Alessandro para o Brasil, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS pelo apoio para trazê-lo à Porto Alegre.

produzem alimentos que são fundamentais para a sociedade e não recebem nada. Em virtude disso, eu comecei com essa crítica à teoria funcionalista de Parsons.

Depois, fazendo um salto de dez anos, no final dos anos 1970, eu já tinha participado de congressos internacionais, e dois dos meus professores, ambos muito importantes na sociologia da agricultura e da alimentação – Bill Friedland, da Universidade da Califórnia/Santa Cruz e Lawrence Bush, então na Universidade de Kentucky e depois na Michigan State – me convidaram para organizar o que hoje se

Entrevistadores: Qual era o eixo central do debate da sociologia da agricultura nesse momento de formação do campo?

Alessandro Bonanno: A questão era como desenvolver todo um setor, a agricultura, e como lutar contra o poder das grandes corporações, que, naquele momento, ganhavam muito espaço. Cabe lembrar que, naquele momento, acelerou-se o desenvolvimento do regime liberal, o fim do fordismo e o princípio do neoliberalismo, o que coincide com a ascensão de Margareth Thatcher com primeira-ministra da Inglaterra em 1979 e a ascensão de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos em 1980.

chama RC-40, o grupo de pesquisa de Sociologia da Agricultura e da Alimentação da International Sociological Association (ISA). Então, eu escrevi o programa para apresentar para a ISA de um grupo de sociologia da agricultura. Só depois de alguns anos nós adicionamos o termo “alimentação”, porque, no começo dos anos 1980, ainda se falava muito mais de agricultura do que de alimentação. Eu acho que foi em 1982 ou 1983 que nós adicionamos a palavra alimentação e, então, criou-se o “agrifood”, do qual agora tanto se fala.

Então, a gente começa a pesquisar sobre o neoliberalismo e sobre a globalização, que é o outro lado da moeda do neoliberalismo. Começamos a pesquisar sobre a questão da globalização, da mundialização da comida, da produção de alimentos, como essas grandes companhias promovem o *global sourcing*, a corrida mundial por fatores de produção, e não somente dos fatores de produção, mas também das condições políticas e sociais que favoreceram a produção corporativa dos alimentos. Um tema relevante foi a questão da desverticalização e o desenvolvimento da agricultura por contratos, sobretudo na produção de carne. Analisamos o desenvolvimento da Tyson Foods, que era

a maior produtora de carne do mundo. Queríamos entender esta ideologia que, de um lado, fala de desenvolvimento do produtor, que teria a capacidade de ser independente e, por meio do contrato, ganhar muito, mas, por outro lado, era controlado por um sistema de consignação.

Em 1984, deixei a Universidade de Kentucky e fui para a Universidade de Missouri, e lá comecei a trabalhar com o grupo que tinha como chefe Bill Heffernan, que estudava concentração econômica. Ele desenvolveu um índice de concentração em que, para cada setor agroalimentar, media o quanto as grandes companhias controlavam determinadas partes ou setores do mercado. Ele conseguiu mostrar, pela primeira vez no mundo, como, basicamente, a produção de certas *commodities* está concentrada. Aí começamos a falar da Conagra, da Cargill e de todas essas companhias. Então, em 1991, organizamos no Missouri um congresso sobre a questão da globalização na agricultura. Nesse período, ainda não se usava muito a palavra “globalização”. Usava-se “pós-fordismo”. A gente organizou esse congresso com muita gente importante. Do Brasil, eu lembro que estavam John Wilkinson, Bernard Sorj e Salete Cavalcante. A partir desse

congresso, organizamos o livro que agora ficou muito famoso, que se chama *From Columbus to Conagra*, e que é o livro que começou, basicamente, a discussão sobre globalização e neoliberalismo na agricultura.

Nesse período, começamos a estudar as alternativas ao sistema corporativo, ao sistema capitalista controlado por corporações. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se nos Estados Unidos e em nível mundial um grupo em torno do RC-40. Nesse período, também se formava um grupo que se chama *Agriculture and Humans Values*, que é um grupo internacional que tem uma abordagem filosófica sobre a questão dos valores humanos, a questão da ética, também buscando alternativas ao sistema alimentar hegemônico. Então, desenvolveram-se todas essas alternativas, como, por exemplo, agricultura urbana, consumo local. Foi um momento muito forte do alternativo. Mas, depois, começamos a reconhecer o limite desse processo, porque, em primeiro lugar, muitas partes do mundo ficavam de fora, principalmente, a América Latina. Nesse período, eu já estava no Texas, na Universidade de Sam Houston. Eu tinha trabalhado com o México e com a Argentina e participei dos

congressos da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural – minha primeira participação foi em 1992 ou 1993, não lembro muito bem. Eu estudava descentralização na América Latina e estava certo de que todas essas alternativas que existiam no Norte, na Europa, não cabiam na ali e não cabiam em outras partes do mundo, sobretudo no Sul global. A questão era a seguinte: como podemos desenvolver alternativas dentro de um sistema no qual as alternativas, na realidade do Norte, eram direcionadas para a classe média alta, a classe com poder aquisitivo? O pobre do Norte tampouco estava incluído. Então, desenvolve-se um debate entre os que reconhecem essa realidade e dizem: “Não podemos fazer nada, o que podemos fazer já está sendo feito: a agricultura cívica, o consumo local, a relação direta entre consumidor e produtor. Entendemos que muitas pessoas estão excluídas, mas é melhor do que nada”; e, do outro lado, um grupo que quer desenvolver um plano que promova emancipação de todos, não somente dos ricos, pois dessa maneira se trata, uma vez mais, de uma reprodução do sistema de classes. Esse debate se deu em um clima muito amigável, entre amigos que compartilhavam um ideal de emancipação.

Entrevistadores: Essa discussão se deu durante o período de ascensão do neoliberalismo, que passou a ser fortemente questionado por esses movimentos alternativos. O que se alterou desde então?

Alessandro Bonanno: A emergência de um novo ciclo, que significa o fim do neoliberalismo clássico, ou seja, o fim do Consenso de Washington, que era muito forte porque representava, basicamente, a convergência da esquerda histórica com o neoliberalismo. Há três nomes que são representativos dessa realidade. Nos Estados Unidos, Bill Clinton, democrata que fez, pela primeira vez, a reforma da seguridade social nesse país, que assimilou a ideia social-democrata de ajudar os trabalhadores e colocar as ajudas socioeconômicas no marco da participação no mercado de trabalho. Porque, na tradição da esquerda trabalhista mundial, a ideia consiste em que, se você é um trabalhador, um ser humano membro da classe trabalhadora, você tem direito de ser apoiado pelo Estado. Bill Clinton mudou essa questão afirmando que somente quem participa do mercado de trabalho, ou seja, está empregado, tem esse direito. Caso esteja desempregado, você está fora; assim como o grande grupo marginalizado, que

não está dentro do mercado de trabalho, exatamente por estar marginalizado. Por sua vez, na Inglaterra, chegou Tony Blair compartilhando dessa mesma ideia e, no Brasil, chegou Fernando Henrique Cardoso, ele também, de esquerda, um dos grandes fundadores da teoria do subdesenvolvimento da América Latina. Eu me lembro de estudar os livros dele, e agora via que ele tinha esse novo tipo de postura. Foi um choque. Ele também representava essa realidade, no caso brasileiro, da convergência da esquerda com a ideia do neoliberalismo.

Mas tudo isso se iniciou nos anos 1990 e se encerrou em 2007/2008. Por quê? Porque, nesse momento, ocorre uma crise muito grande, e essa crise não pode ser resolvida através dos instrumentos disponíveis do neoliberalismo. Escrevi um livro sobre isso que se chama *A crise de legitimação do neoliberalismo* (*The Legitimation Crisis of Neoliberalism*, Palgrave Macmillan, 2017), no qual uso a ideia de Habermas sobre a crise do sistema. Habermas faz toda uma crítica sobre a ideia de sistema de Parsons e de Niklas Luhman. Eles falam de um sistema como um sistema de equilíbrio, que não se altera. Habermas diz não para o equilíbrio, seguindo a mesma ideia de Marx. Quando

fala de um sistema capitalista, Marx diz que o sistema existe, mas que seu funcionamento é contraditório. Habermas retoma a teoria marxista da crise. Ele diz que, quando o sistema, no seu interior, não tem ferramentas para resolver a crise, então, nesse caso, falamos de uma crise sistêmica. Ele também fala da crise social, quando promessas do sistema não são cumpridas. Nesse caso, o sistema neoliberal, que dizia que o mercado resolveria o problema, não se demonstrou verdadeiro. Por que isso é importante? Não apenas porque Habermas falou, mas porque a questão da legitimação do sistema é muito importante; a questão do poder político da mensagem é muito importante.

O neoliberalismo resolve a questão da legitimação, porque o neoliberalismo propõe o mercado... No fordismo, o governo decidia quais eram os objetivos principais da sociedade. Era a politização da economia. O neoliberalismo transfere essa tarefa para o mercado. O Estado decidia sobre a redistribuição da riqueza a favor da classe trabalhadora, das minorias, das mulheres. O neoliberalismo diz que isso cria problemas de legitimação e propõe uma mudança fundamental, dizendo que é o mercado que decide quais são as respostas justas às situações-

problema. Não é mais a política que decide, e, sim, a economia. Agora falam da econominização da política. Portanto, a questão de Parsons sobre a estratificação social... O mercado decide quem são os bons e os maus por meio da meritocracia. É o mercado que decide quem é capaz e quem não é. Todo mundo começa a concorrência como se estivesse na corrida desde o princípio. E, em uma corrida normal, sempre tem o ganhador e o perdedor, e essa realidade é, verdadeiramente, posta como justa. Não seria o sistema, *a priori*, que diria quem ganhará e quem perderá. Essa situação elimina a questão da legitimação. Como, depois, diria Thatcher, após o fim da União Soviética: “não há outra alternativa”. A única função do Estado é criar mercados – traduzindo, é a privatização. Então, a privatização é a criação de mercados, com a qual o sistema social e econômico é gerenciado pelo mercado, e não pelo sistema público, o Estado.

O mercado justo não existe. Essa história da concorrência justa não existe. A corrida não é justa. Essa questão já tinha sido teorizada por visões liberais da escola clássica no final do século XIX e no princípio do XX, começando com John Stuart Mill em seu livro de 1859 *On*

Liberty, em que ele fala pela primeira vez sobre a questão das mulheres. Ele fala que as mulheres não têm possibilidades de fazer uma concorrência justa e da necessidade de se criar uma concorrência justa. Então, se você quer fazer uma concorrência justa, é necessária a intervenção do Estado para reduzir as diferenças entre os atores, os que têm poder e os que não têm. Essa é a mesma crítica de Marx ao mercado quando ele fala, por exemplo, do mercado de trabalho em que demanda e oferta não são curvas iguais, pois, quando o trabalhador precisa trabalhar, precisa de algo imediato, não pode esperar. Os capitalistas podem decidir não investir, podem decidir esperar, mas o trabalhador não pode esperar, pois precisa comer, sobreviver. O sistema clássico de Adam Smith não leva em consideração o fator poder, não desenvolve uma Teoria do Poder.

Entrevistadores: Esta crise de legitimação do neoliberalismo leva à conformação de um novo sistema? Como caracterizar a posição de Estados que nunca adotaram integralmente o modelo liberal, como é o caso da China, por exemplo?

Alessandro Bonanno: Com a crise do sistema neoliberal se abre a questão: e agora? Qual é o novo sistema? Eu gosto da

expressão de Gramsci sobre o período de transição, o qual ele chama de “Inter Regnum”. *Regnum* significa regime. Nesse período, existem várias respostas à crise do neoliberalismo. Uma delas é a do populismo, que diz que o fim da globalização e a recriação da nação trará ganhos para os trabalhadores, o que cria, claramente, vários problemas. Por exemplo, de um lado, o populismo dos Estados Unidos diz que é preciso lutar contra a China, que é preciso protecionismo. Mas, ao mesmo tempo, quando o protecionismo acaba, voltamos para o mercado. Então, propõe-se tudo e nada. Propõe protecionismo e, ao mesmo tempo, diz que o neoliberalismo é bom. Um tipo de ecletismo. O mesmo acontece no Brasil.

Nos Estados Unidos, propõe-se voltar ao sistema de produção industrial quando a concorrência mundial diz que a divisão internacional do trabalho faz com que as fábricas não fiquem nos Estados Unidos. Hoje, tampouco as fazendas ficam nos Estados Unidos porque é um gasto muito alto. Então, se você quer aumentar o nível de vida dos trabalhadores, você não pode propor um sistema que paga salários mais baixos. Você tem que propor um sistema que paga salários mais altos. Mas se o

salário fica mais alto, outro país pode ter maior capacidade de concorrência. Por essa razão, há uma descentralização da produção, vide a produção de telefones da Apple na China. Podemos imaginar que, se toda a produção voltasse aos EUA, não seria lucrativo para as empresas do ponto de vista mercadológico e econômico. Na China, o custo de produção é menor que nos EUA. E o consumidor gosta disso, porque pode consumir. Esse cenário está certo na economia. Se você fala com qualquer economista, ele confirma essa situação. Mas não na política.

Inicialmente, a China, como todos os países subdesenvolvidos do mundo, estava inserida em um sistema de concorrência injusto, tendo que concorrer com países mais poderosos, tendo que fazer concorrência estando em uma situação de subdesenvolvimento. Mas a China organizou um sistema que, agora, todo mundo quer usar, porque se entendeu que a concorrência não é justa, não é igual. Isso gerou um paradoxo. Agora são os EUA que reclamam que a China não faz uma concorrência justa. É uma situação interessante, pois, historicamente, a Europa e os Estados Unidos, que tinham suas formas de colonialismos e imperialismo, fizeram uma concorrência que não era

justa. Agora que a China está ganhando, eles reclamam da concorrência injusta. Então, a concorrência é uma ideologia utilizada para justificar condições de poder ou falta de poder.

O populismo possui uma força intelectual pouco vista: os pobres. Essa pauta da esquerda está cada vez mais apropriada pelos grupos da direita ou grupos conservadores. Ou seja, ele fala para o pobre, está com o pobre. No entanto, estou pesquisando uma alternativa, que é o desenvolvimento do que eu chamo de “plutocracia corporativa”. O capitalismo é um sistema que produz dinheiro, mas é um sistema que não distribui o dinheiro. Nos EUA, a taxa de desemprego atual é muito baixa, mas é um emprego de má qualidade. A flexibilidade trabalhista tem problemas em várias áreas. Já o socialismo é um sistema que não produz dinheiro, mas um sistema que distribui bem o dinheiro. Então a gente tem que misturar. Isso é a democracia social. Mas agora esse também é o novo discurso das corporações. O mundo agora olha para as corporações para solucionar esse problema. E as corporações dizem que querem solucionar o problema. Surge, então, o discurso da responsabilidade social das corporações, que começou com a proposta de que o

consumidor era verdadeiramente a nova classe revolucionária. Supõe-se que, por meio de um consumo justo, por exemplo, as empresas são forçadas a se reposicionar.

Acontece que as empresas podem ganhar muito dinheiro com esse movimento. Na verdade, cria-se a ideia de que o lucro aumenta se você se comporta bem. A moralidade se transforma no ativo principal. Então, isso é basicamente uma nova proposta. Essa nova proposta elimina o dualismo que é a base da democracia burguesa. Há um poder dominante e uma oposição – a democracia funciona se sempre há um poder dominante e uma oposição. Quando os dominantes se transformam na oposição, temos o que se chama totalitarismo. Mas ninguém sabe disso porque, no passado, o totalitarismo era a grande ditadura, como no Brasil e na Argentina. Mas agora essa nova ideologia cria uma elite totalitária liberal. O antagonismo clássico capital/trabalho e capital/sociedade acabou. E essa proposta é perigosa porque dá a ideia de que, ao invés de a esquerda fazer tudo e resolver os problemas ligados às camadas sociais mais baixas, você pode ficar tranquilo e deixar as empresas fazerem tudo. O capital financeiro está ganhando o espaço alternativo; está colonizando esse espaço

alternativo, sobretudo a partir da questão do meio ambiente, do bem-estar animal, da ética, essas coisas.

Em suma, agora há várias propostas de resposta à crise de legitimidade do neoliberalismo. Uma é o populismo. Outra é a democracia social. E há ainda a plutocracia corporativa, que retrata a ação das corporações com discursos esquerdistas.

Entrevistadores: Qual é a relação entre populismo e plutocracia corporativa? Até que ponto eles se enfrentam? Até que ponto eles são sinérgicos?

Alessandro Bonanno: Eles se enfrentam muito. Por exemplo, a fala do dono da Starbucks, que deseja competir com o Trump nas eleições. Ele disse: “eu não quero Trump, eu quero fazer uma coisa alternativa”. A gente vê que ele usa palavras esquerdistas, mas sabe que ele não é tão esquerdista como um democrata tradicional. Eles usam palavras de esquerda, mas, ao mesmo tempo, sustentam que os problemas reais não existem, de forma que suas falas vão ao encontro daquilo que é dito pelo próprio Trump.

Entrevistadores: Isso significa que, se a esquerda tiver que optar entre

populismo autoritário e plutocracia corporativa, ela provavelmente vai se aliar a esta última?

Alessandro Bonanno: Certamente, e isso é um desastre. O que falta, falando historicamente, é um movimento popular. Agora, com a era digital, todo mundo fica com o telefone enviando mensagem legal. É a individualização da agregação. A criação da consciência de classe é uma criação da vida, do cotidiano; é resultado de lugares de agregações sociais. Esse lugar não existe mais. A descentralização eliminou o lugar da agregação social. A rotina nas empresas e nas universidades passou a incluir atividades remotas e em comunidades digitais. Esse reflexo se deu de forma marcante na mudança das formas de agregação social. Esses centros de agregação não existem mais e, além do mais, esses trabalhadores são reféns do nacionalismo. Por exemplo, o trabalhador norte-americano fala do japonês como inimigo, e este da mesma forma do americano. A questão do internacionalismo das esquerdas... Em todo o mundo os trabalhadores estão divididos.

Falta um movimento popular. A grande vitória do movimento neoliberal foi que ele eliminou o grande partido da esquerda e os sindicatos. Os sindicatos representam

agora somente 10% dos trabalhadores. Durante os anos 1960, representavam 70 ou 80% dos trabalhadores nos países do Norte global. Na Europa e no México, o sindicalismo não representa nada. No Brasil, não sei... Com os partidos de esquerda também. Por exemplo, o grande partido comunista não existe mais na França. Isso é o que falta, um movimento popular. O movimento alternativo da agricultura, que fica no nível individual, volta-se para o consumidor. O consumidor compra produtos de grandes companhias no intuito de atender as suas iniciativas individuais. Isso se trata apenas de um negócio para elas. Michel Foucault ressalta a grande intuição do controle através da personalidade. Por exemplo: se você compra a carne alternativa, estaria lutando contra o sistema de confinamento de animais. Ou: sou a favor da vaca livre porque estou comendo o hambúrguer vegetal do Burger King! Há uma individualização das lutas.

O policiamento das empresas pelo consumidor levou a bons resultados, como, por exemplo, à comida boa e aos orgânicos. Mas, voltando à crítica clássica do consumo, observamos que esses resultados não mudam o sistema de produção. Usa-se basicamente um modelo

de negócios em que a produção não é modificada, apenas o consumo. A coisa principal, que é o sistema de produção, não se toca. O máximo que pode acontecer é um capitalismo bom. Mas o essencial aqui, a meu ver, é que esta é uma ação filosófica: quem diz que o capitalismo é bom ou quando o capitalismo é mau?

Se você fica somente sobre o consumo, é a questão do copo meio cheio e meio vazio. É a mesma situação sobre o hambúrguer de carne vegetariana: o consumidor fica feliz de comprar esse alimento pensando em valores pessoais, sem, de fato, construir um juízo de valor de todo o sistema de produção daquele produto. Essa é uma crítica muito importante que faz o Foucault. É a mudança da posição individual. Isso é uma maneira de controlar. Você transforma um movimento alternativo em um movimento de controle. Então, você fica feliz se você recicla um copo de café no avião, sem perceber que aquela empresa não está preocupada com a causa ambiental, mas que essa ação faz parte do plano de negócio. Um exemplo clássico é o KFC. As frituras são um dos principais desenvolvedores de câncer. Essa empresa, a cada produto vendido, doa uma quantia para organizações de luta contra essa doença. Então, criam o câncer e depois combatem a doença por meio

doações. Negócios! Como diria a teoria crítica, essa é a administração total da

Entrevistadores: Você falou muito das corporações capitalistas assumindo temas de esquerda. A produção da carne verde seria uma materialização desse fenômeno?

Alessandro Bonanno: Isso mesmo! Há pessoas que fundaram duas empresas: Beyond Meat e Impossible Foods. São pessoas que creem realmente no ambientalismo, nas posições e nas lutas. Mas são pessoas que utilizaram isso como modelo de negócio. Apesar das ideias pessoais, deram o poder basicamente às grandes companhias. Essas alternativas são protagonizadas por grandes empresas, como Wal-Mart ou Tyson. Por exemplo, a Beyond Meat tem duas fábricas em todo o mundo e 27 mil pontos de venda. Você sabe quantas fábricas de frango tem a Tyson somente nos EUA? 47! Então, como pode uma empresa que tem duas fábricas concorrer com uma empresa que tem muitíssimas fábricas, que tem uma capacidade de produção tremenda? Não pode. Não tem concorrência. Então, mais cedo ou mais tarde, a Beyond Meat será comprada por outras companhias. Agora ela já possui muitos acionistas que não são verdadeiramente pessoas da esquerda ou

realidade. As empresas controlam tudo.

ambientalistas. Compraram ações porque lucram. Esta é a questão: você decide se é ambientalista ou se lucra no final. O lucro e o valor estão em outras categorias de análise nesse ponto. Não é a racionalidade substantiva do Weber, em que se atua baseado sobre os valores ou o que é considerado bom. Trata-se de uma racionalidade formal de lucro.

Entrevistadores: Como o processo de financeirização afeta essa dinâmica? As próprias corporações agroindustriais são, cada vez mais, reféns de investidores oriundos do setor financeiro.

Alessandro Bonanno: O que acontece é o seguinte: existe uma lógica diferente entre o capital financeiro e o produtivo. Na verdade, o capital produtivo depende do capital financeiro, porque a taxa de crescimento do capital financeiro é superior à taxa de crescimento do capital produtivo. Isso significa que o capital produtivo está subordinado ao capital financeiro. Mas há também uma diferença de racionalidade. Como empresa, você tem que manter uma relação de longo prazo com o cliente. De outro modo, a lógica das

finanças é uma lógica do curto prazo, o que significa que, quando você vê as ações subindo a um nível bom, você vende – e não tem nenhum interesse de manter uma boa relação com o cliente. A grande questão é que esse investimento esteja sendo lucrativo. E, quando isso não ocorre, inventa-se um novo investimento. Agora não tanto como antes, mas, no passado, a terra era um novo investimento. A China fez o mesmo, falando que precisava de terra para produzir, quando, na verdade, pode comprar no mercado internacional o que quer. A terra seria o investimento de recursos financeiros obtidos em outras atividades. A questão é que não há uma relação entre a produção e o mercado financeiro. Não tem muito o que fazer. O mercado financeiro é um mercado de parasitas; parasitas que basicamente tomam riquezas e as distribuem entre as classes do mercado financeiro. Então eu acho que as corporações também lutam contra a financeirização.

Entrevistadores: Como você interpreta a posição do Brasil no setor agroalimentar contemporâneo em face das estratégias dos diferentes atores que disputam o controle dos principais mercados em que o país tem presença relevante?

Alessandro Bonanno: Essa é uma pergunta importante porque é uma pergunta de governo. O governo deveria resolver essa pergunta. A questão do trabalho, do crescimento econômico e do emprego... Essa é uma questão histórica. Por exemplo, a gente falou que é impossível voltar a ter um sistema industrial aqui nos EUA porque a divisão internacional do trabalho privilegia que as fábricas fiquem em outras partes do mundo. Os EUA e o Brasil têm a possibilidade de produzir coisas que não se pode produzir em outras partes do mundo. Nos EUA, tudo funciona à base de aplicativos. Nesse mercado, a inovação é muito dinâmica e todos os dias surgem novos aplicativos com novas funções. É muito tecnológico. Muita inteligência artificial. Isso é um ciclo de grande crescimento que emprega e remunera bem o trabalhador. Isso também acontece no Brasil. Apesar de algumas áreas subdesenvolvidas, o país tem algumas cidades com capacidade para produzir esse tipo de coisa. Ou seja, não se pode ficar concentrado na produção de soja. Trata-se de focar na produção de tecnologia. A questão principal no Brasil é a falta de prioridade de investimento em pesquisas, em tecnologias, nas universidades. Além disso, a própria produção agrícola deve ser

diversificada. O produtor brasileiro não tem que produzir somente soja, tem que desenvolver outros produtos para outros destinos. Deve usar a inteligência, a pesquisa e a sociologia nas ações do governo. Entretanto, o uso da sociologia não acontece nem no Brasil nem nos EUA. Esse é o problema. Não estou dizendo isso por ser sociólogo, mas o pesquisador tem capacidade de escutar e ver além do hoje. E essas ideias não são escutadas.

Entrevistadores: Falando em ideias, com relação à agenda de pesquisa da sociologia da agricultura e da alimentação, qual será sua direção no futuro próximo? Por onde têm caminhado suas pesquisas?

Alessandro Bonanno: Temos algumas iniciativas... Tem os dois livros do Steven Wolf, que agora é presidente do RC-40. Ele está desenvolvendo uma discussão alternativa acerca da responsabilidade de cada pessoa ou grupo sobre o que faz ou como reagiria diante das ações de agricultura alternativa ou cívica – pois todos estão convencidos de apoiar ações que ajudem o meio ambiente e promovam relações justas de comércio. Mas não temos saída. São pequenas ações que desaparecem ou são cooptadas pelas

grandes companhias. O problema central agora dos próximos dez ou quinze anos é buscar condições para que essas alternativas possam ficar mais fortes. Mas a questão é a seguinte: será que um setor basta? Não se trata da agricultura, trata-se da indústria, do alimento como parte da indústria. Por exemplo, a carne feita de plantas não tem agricultura. Então, pode um setor mudar toda a sociedade? Essa é uma questão importante. Na minha opinião, trata-se de encontrar condições para que determinados grupos trabalhem com outros grupos de outros setores da sociedade. Eu acho que é muito importante que a RC-40 estude novas alternativas. Eu acho que uma ideia nova de estudos são os movimentos camponeses, embora uma ideia atrasada em virtude do sistema de produção capitalista. É importante falar dessas pessoas porque são marginalizadas.

Entrevistadores: Você acha que estes movimentos – estou pensando na Via Campesina – são capazes de promover as mudanças às quais você se referiu anteriormente?

Alessandro Bonanno: Existe esse entusiasmo com a Via Campesina, mas, como muitos estudos falam, ela não tem uma resposta à crise verdadeira, que é a

crise dos grandes centros urbanos. Por exemplo, como a gente pode alimentar a Cidade do México? Os milhares de ex-camposinos pobres, expulsos do campo, que agora ficam na cidade sem acesso à terra, sem acesso a nada? A Via Campesina diz que a gente tem que produzir agroecológicos, produzir o que quer, etc. Mas essa é sempre uma produção pré-capitalista que não tem a capacidade de produzir alimento para todo mundo. Ou seja, utilizando a teoria de Chayanov... Eu sei que você se lembra de Alexander Chayanov, que diz que a mentalidade campesina era uma mentalidade que não pode caber no capitalismo, porque era a mentalidade que não compreendia a acumulação. A Via Campesina diz que a gente tem que ser livre, fazer o que quer, produzir agroecologicamente, mas não tem uma alternativa de como solucionar a pobreza dos grandes centros urbanos. Como pode São Paulo sobreviver com uma agricultura campesina? O Rio de Janeiro? A Cidade do México? Essas cidades precisam de alimentos baratos, produzidos em massa e distribuídos de maneira

unificada. Isso não é a Via Campesina. Eu gosto dela, da solidariedade e tudo. Mas, se não olhar essa questão, essa não é a resposta. A resposta é outra. É outro movimento de massa.

Situando Chayanov na Rússia dos anos 1930, a questão era como se pode construir e desenvolver um sistema coletivo de produção que alimente a classe trabalhadora russa que não está colocada no mercado. É uma classe trabalhadora industrial. É esta a mesma pergunta atualmente. Como a gente pode agora alimentar toda essa classe, que não é uma classe trabalhadora, mas uma classe pobre? É complexo, porque agora também tem a questão de gênero e raça. Como se pode alimentar os mais pobres? Como reintegrar à sociedade esses grupos marginalizados por meio de uma agricultura que produza comida boa e barata? O fordismo respondeu essa pergunta a partir da comida barata, que não era boa e que possuía muitas calorias. Agora, a gente tem que encontrar outra resposta que é um esforço gigantesco. O esforço é nessa direção.



A CIDADE E O RIO:

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE UMA CIDADE ÀS MARGENS DOS SINOS

(Campo Bom, Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX)

*The city and the river: the production of the urban space of a city in the borders of bells
(Campo Bom, Rio Grande do Sul, second half of the 20th century)*

Daniel Luciano Gevehr²
Érisson Fernando da Silva de Castro³

RESUMO

A região do Vale dos Sinos (RS) experimentou um profundo processo de industrialização, a partir da década de 1960, contribuindo para o desenvolvimento daquilo que ficou conhecido como “Vale do Sapateiro”. Os processos de migração e a urbanização, decorrentes de todo setor produtivo do calçado, contribuíram de forma preponderante para a construção – e reconfiguração - do espaço urbano de Campo Bom (RS), que está entre as cidades mais importantes do setor coureiro-calçadista do sul do Brasil. Tendo a história ambiental – que permite ler e interpretar as fontes produzidas sobre o espaço e sua dinâmica de transformação – como campo de investigação, é que pretende-se compreender as relações que se estabeleceram entre a cidade e o rio dos Sinos, a partir das publicações dos jornais da cidade, que contribuíram para a produção de uma memória sobre o rio, enquanto espaço de lazer e socialização, em contraponto ao espaço urbano, que se industrializava.

Palavras-chave: História Ambiental. Campo Bom (RS). Rio dos Sinos. Urbanização.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (PPGDR – FACCAT). Endereço eletrônico: danielgevehr@faccat.br

³ Professor da Escola de Nutrição da Universidade de Costa Rica, Coordenadora Programa Assessoria a Instituições Públicas da Escola de Nutrição. Endereço eletrônico: xinia.fernandezrojas@ucr.ac.cr

ABSTRACT

The Vale dos Sinos (RS) region underwent a profound industrialization process since the 1960s, contributing to the development of what became known as the “Vale do Sapateiro”. The processes of migration and urbanization, resulting from the entire footwear production sector, contributed in a major way to the construction - and reconfiguration - of the urban space of Campo Bom (RS), which is among the most important cities in the leather-footwear sector of the state. southern Brazil. Having environmental history - which allows reading and interpreting the sources produced about space and its dynamics of transformation - as a field of investigation, it is intended to understand the relationships that have been established between the city and the Rio dos Sinos, from the Publications of the city's newspapers, which contributed to the production of a memory about the river as a space for leisure and socialization, as opposed to the urban space, which was being industrialized.

Key Words: Environmental History. Campo Bom (RS). Rio dos Sinos. Urbanization.

1. INTRODUÇÃO

Ainda existe, de fato, uma presença muito forte do enfoque que já foi chamado de “flutuante”, no sentido de a humanidade flutuar acima do planeta, como se os seres humanos não fossem animais mamíferos e primatas, seres que respiram e que precisam cotidianamente se alimentar de elementos minerais e biológicos existentes na Terra. Como se não fossem, em verdade, seres que, mais do que estabelecer “contatos” pontuais, vivem por meio do mundo natural, dependendo dos fluxos de matéria e energia que garantem a reprodução da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera, e assim por diante (PÁDUA, 2010, p. 1).

A emergência da discussão sobre os problemas ambientais com que o planeta atravessa, vem crescendo. Degradação dos rios, emissão de gases, desastres nucleares, desmatamentos e queimadas e uso abusivo de agrotóxicos na agricultura de mercado, são alguns fatos e dados, que retratam a incompatibilidade do desenvolvimento com o meio ambiente.

A maior parte das discussões e trabalhos referentes à questão ambiental, continua sendo estabelecida, preferencialmente, pelas Ciências Biológicas e da Terra. Segundo Drummond (1991), as ciências sociais começaram a preocupar-se com essa temática, a partir da década de 1960, incentivadas, principalmente pela Antropologia e a Sociologia. A História Ambiental começou a dar seus primeiros passos, na década de 1970, nos Estados Unidos da América, tentando romper com uma visão humanista e antropocêntrica, *status quo* das ciências sociais.

A História, junto com as outras ciências sociais, foi provocada pelos naturalistas e movimentos ambientalistas, a

colocar a sociedade de volta na natureza e, ajustar o relógio da sociedade, com os relógios biológicos da Terra, a fim de explicar uma nova abordagem da trajetória do homem, como “ser pertencente a esse planeta” e que não só o transforma, como também se transforma.

Certa vez, o jornalista da Globo News, André Trigueiro, perguntado sobre quais adjetivos o representavam, ele citou que ele se representava da mesma forma que o cineasta Henrique Meirelles, como “ecochato” ou “biodesagradável”. A partir desta proposição, que nos faz refletir sobre a ação do homem no espaço natural, se verifica que pouca coisa ainda está se fazendo em relação à atual situação, que se encontra os nossos rios. A iniciativa, ainda fica restrita às pessoas, que se intitulam como o jornalista, ou seja, como “ecochato” ou “biodesagradável”. Como as mudanças devem acontecer também, de dentro para fora, dentro de cada ser humano, na rua, na cidade, na região, consideramos válido propor, como problema de pesquisa, um recorte espacial e temporal – que é o caso da cidade de Campo Bom (RS) – que permite melhor compreender a dinâmica da produção do espaço, inscrita na relação que o homem produz com o espaço natural. A

História Ambiental, mesmo surgindo nos anos 1970, ainda é um ramo novo de

pesquisa. Veio a somar-se à História Política, Econômica, Social, Cultural e por aí afora. Ouvindo “as vozes das ruas” e o crescimento dos movimentos ambientalistas, sentiu-se pressionada, a tomar o mesmo rumo das ciências naturais e algumas ciências sociais, a fim de entender as relações entre homem e o meio natural e, lançar questionamentos e reflexões, para o presente e futuro, com o intuito de evitar possíveis catástrofes.

Drummond (1991), nessa linha de pensamento, explica que a História Ambiental pode abranger várias linhas de pesquisa, como por exemplo, o estudo de um vale, de um rio, uma área litorânea, uma espécie de árvore utilizada para extração, a construção de uma hidroelétrica ou determinada terra abandonada por causa da seca. Nesse sentido, a História Ambiental aproxima-se da História Regional. Outro ponto que Drummond (1991) relata, como objeto de pesquisa, é o estudo das relações dos seres humanos com os recursos. Segundo o autor, para que um campo se torne um recurso, são necessários, por exemplo, animais pastando e uma atividade pastoril que agregue valor. Sem essa interação, o campo continua a ser campo e não recurso, da mesma forma que os indígenas que viviam aqui, antes dos europeus, e que circulavam pelas áreas nas quais se

encontravam vários metais e que, para eles, não tinham valor. Foram, portanto, os europeus que os transformaram em recursos minerais, dotados de valor monetário.

Quando falamos nas fontes relacionadas ao tema ambiental, as possibilidades saltam aos olhos. São variadas fontes em vários tempos, como, por exemplo, as cartas e os relatos dos viajantes e cientistas desde a época dos descobrimentos. Leis, documentos do governo, inventários, censos populacionais, imprensa e crônicas. Na abordagem dos povos sem escrita, podemos contar com a Arqueologia, a Antropologia e Etnologia, a fim de desvendar vestígios, lendas e mitos. O historiador ambiental pode, também, valer-se dos testamentos, contratos de compra e venda de terras, diários e memórias, além de fazer um trabalho de campo observando e analisando as paisagens. A História do Rio dos Sinos, ainda é um campo pouco abordado pelos historiadores. Existem muitas fontes, no entanto, ele é, na maioria das vezes, apenas relacionado como mero coadjuvante em relação à História da nossa região, e quase sempre, como um dos marcos de estabelecimento da colonização alemã na região. Assim, pretende-se analisar a relação da população de Campo Bom com o Rio dos Sinos, bem como sua

importância para a cidade, para chegar ao objetivo de entender a parcela de responsabilidade da cidade de Campo Bom no processo de poluição do rio, que o tornou um dos mais poluídos do Brasil. O recorte temporal analisado será de 1976 até o início da década de 1986, que corresponde precisamente ao período de publicação dos jornais, que serviram de base documental para a pesquisa. Os jornais publicados durante este período se constituem em um rico acervo documental, que permite compreender as formas de se pensar e compreender a relação da comunidade com o espaço natural e, de forma mais particular, com o rio dos Sinos.

O desenvolvimento do setor coureiro-calçadista, foi um dos grandes responsáveis pela urbanização e pelo crescimento demográfico da cidade, que contribuíram significativamente para o aumento dos impactos negativos sobre o rio e o espaço natural em seu entorno. Essa situação pode ser entendida como algo inerente à maioria das cidades, que se valem de determinados ciclos econômicos, para se desenvolverem. Sendo assim, as principais indagações propostas nesse estudo, vão no sentido da compreensão sobre os laços, que se estabelecem entre o surto industrial, a explosão demográfica e a posterior degradação do meio ambiente,

principalmente no que se refere ao Rio dos Sinos.

2. O ESPAÇO URBANO E O RIO: DO ESPAÇO RURAL AO (DES)COMPASSO DA OCUPAÇÃO HUMANA

Em 2004, o Prêmio Nobel da Paz foi concedido a uma ambientalista, a queniana Wangari Maathai. Ela também foi a primeira mulher africana a receber o prêmio. A professora da Universidade de Nairóbi liderou, a partir dos anos de 1970, o movimento denominado *Cinturão Verde*, que consistiu no plantio de 30 milhões de árvores no Quênia. Segundo a ativista, o processo de degradação das florestas do país foi o principal ingrediente para o aumento da pobreza, dos conflitos e da fome.

Ao propor que, grande parte das mulheres quenianas, se engajasse no replantio das florestas, Wangari Maathai tinha uma visão de futuro para seu país, pelo fato de as florestas serem grandes provedoras de água. Segundo Gonçalves (2012, p. 146), as referências à água são muitas, nos tratados da Rio-92, Agenda XXI e Carta da Terra e, muitas vezes, apontando a água como causa de guerras futuras. Regenerando o meio ambiente, regenera-se a paz. Deste modo, é quase impossível viver em paz, em um lugar onde a capacidade do meio ambiente, de prover a população do mínimo necessário

para sobrevivência, é insuficiente. A destruição das florestas do Quênia, trouxe grande pobreza. A principal fonte de energia do país, naquela época, a lenha, sem o manejo e a extração correta, acabou por findar tanto a madeira quanto a água. Posteriormente, surgiu o êxodo rural, o inchaço das cidades e a situação de muitas pessoas em um mesmo lugar, fazendo surgir os problemas sociais, a desordem e os conflitos entre as etnias. O mutirão idealizado por Wangari Maathai e, com auxílio das mulheres quenianas, propôs o inverso, ao regenerar o meio ambiente devastado. Ensinar o manejo correto e a sustentabilidade, permanente das riquezas do meio natural, é prover a maioria da população do necessário à sobrevivência. Isso convencionou a paz, como considerou o Prêmio Nobel.

Os dois casos citados, são alguns dos exemplos de movimentações, em torno dos problemas causados pelo homem no meio natural. Essas movimentações, começaram a partir dos anos de 1960, com os movimentos da contracultura, com os primeiros sintomas de desgaste, de que o planeta Terra começara a sentir, desde o

advento da Revolução Industrial, no século XVIII. Desde então, desenvolvimento econômico a qualquer preço, transformava a exploração sem manejo correto dos recursos naturais, num mal necessário, para a sobrevivência do mercado.

Talvez, o principal grande marco da pesquisa ambiental, foi a obra da bióloga norte-americana Rachel Carson: *A Primavera Silenciosa*, publicada em 1962. Ela alertou sobre, o exagerado uso, de pesticidas e compostos químicos na agricultura. Carson enfrentou grande oposição dos grandes proprietários de terras, das indústrias químicas e dos cientistas ligados a esses grupos, que insistiam que as suas ideias não tinham sustentação. Mesmo sendo contestada por seus opositores, Carson é considerada um marco para o ambientalismo.

A Organização das Nações Unidas (ONU), desde a Conferência de Estocolmo em 1972, vem promovendo uma série de acordos e reuniões, que impactam na legislação ambiental de vários países. Depois da Conferência de Estocolmo, ocorreram em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92); em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10; e em 2012, novamente no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência

das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Em 2014, a ONU criou a Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA, na sigla em inglês), cuja primeira edição, ocorreu em 2014 e a segunda em 2016.

O afunilamento em torno das discussões ambientais, em escala global e nacional, sobre a batuta da ONU, movida por interesses de grupos e pressionada por movimentos ambientalistas e governos, vão de encontro a uma outra ideia, que não aquela dos recursos naturais, como sendo infinitos. São situações que chegam ao presente e que precisam de respostas, tanto para o próprio presente quanto para as gerações futuras. Não cabe aqui fazer uma relação de todos os movimentos, resoluções e conferências, mas sim tentar entender, como se chegou às atuais conjunturas, seja através de um grande ou pequeno recorte espaço/temporal. Deste modo, é impossível não fazer relações entre o presente e o passado. E nesse ponto, é que entra em cena o papel do profissional de História e, principalmente daquele que trabalha e pesquisa com a História Ambiental. No entanto, ressalta-se que as ciências sociais, da terra e ciências naturais, a partir dos anos de 1960, foram se “ambientalizando”. Contudo, dentre essas ciências, a História continua sendo,

infelizmente, a mais atrasada (LEFF, 2005; PÁDUA, 2010).

A História sempre está em constante transformação, e não é de hoje que historiadores buscam novas roupagens para enxergar o passado das sociedades e dos indivíduos. Essa História, analisada por Donald Worster, é tratada por Peter Burke (1992, p. 11) como o *Antigo Regime* da historiografia, aquele que deveria ser derrubado, pois não conseguia mais atender os anseios tanto de historiadores, quanto do público leitor.

De acordo com Winiwarter (2010), a narrativa contada pelo historiador ambiental, vem carregada de uma certa advertência. Isto é, tentar mostrar como determinados problemas foram acarretados, levando a sociedade a refletir e não voltar a repeti-los. Desta maneira, na maioria das vezes, o historiador ambiental, parte de um problema do presente e procura encontrar suas raízes, no passado.

Existem vários problemas ambientais vigentes, que ameaçam a nossa estadia na Terra. Talvez o que mais causa

alarme a sociedade, seja o de uma crise hídrica. Isso porque é impossível viver sem esse bem tão precioso, “por ela e com ela flui a vida e, assim, o ser vivo não se relaciona com a água: ele é água” (GONÇALVES, 2012, p. 151).

Escrever sobre a história de um rio é algo extremamente complexo, isso porque, ele é um elemento natural, que tem uma função própria. Assim, ele segue as leis da natureza, nascendo em uma parte mais alta, procurando o terreno mais baixo, correndo direta ou indiretamente em direção ao oceano, seja por intermédio de outro rio maior, de um lago, de uma lagoa, de um estuário ou de um delta (MMA, 2006). A não ser que o homem, ou um acidente natural, interfira em seu curso, um rio sempre será o mesmo e, percorrerá um longo caminho, para encontrar o nível do mar. Esse exercício repetitivo do rio, tornar-se-ia ausente de uma história propriamente dita. Isso porque nem ele, nem o homem, poderiam escrever apenas sobre seus movimentos

3. A CIDADE QUE PASSA PELO RIO: UM OUTRO ÂNGULO PARA VER A CIDADE

Segundo Pinsky (1994), no Egito e na Mesopotâmia, a necessidade de dominar

o curso dos rios, fez com que nesses locais aflorassem as primeiras cidades. A

necessidade de construir diques, canais e mecanismos de irrigação, promoveu o desenvolvimento de tecnologias e difusão de conhecimento, que propiciaram a urbanização. Nesse caso, houve uma dependência em relação aos rios. Em outras regiões do Oriente Próximo, onde as terras eram férteis por natureza e as chuvas eram reguladas, não houve, até certo ponto, a necessidade de novas tecnologias e a agricultura se mostrou arcaica por muito tempo.

Na região do Vale do Rio dos Sinos, desde o começo da imigração e colonização europeia, houve uma maior dependência do homem com as águas do rio. Não é por menos que a sede da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo – fundada em 25 de julho de 1874, se localiza às margens do rio, onde também se encontram os seus principais prédios e monumentos públicos. Lá está erigido, inclusive, o marco da colonização alemã. Assim como antiga sede da colônia, o atual município de Campo Bom, emancipado de São Leopoldo, também tem seu ponto de partida no Rio dos Sinos. Após a demarcação das terras, que compreendem o atual município de Campo Bom, em dezembro de 1825 e janeiro de 1826, os primeiros imigrantes chegaram a um ancoradouro, às margens do Rio dos Sinos,

onde hoje é o bairro Porto Blos, Ali se estabeleceram 26 imigrantes alemães, com suas respectivas famílias. Foram estabelecidos na margem direita do Rio dos Sinos, onde por ocasião foram alocados os de maioria de religião luterana. No terraço mais antigo geologicamente, traçaram uma picada denominada travessão e a partir dali dividiram os lotes coloniais. Partindo do travessão Campo Bom, alguns lotes se estendiam em direção ao sul até limitar-se com o Rio dos Sinos. Os outros lotes também partiam do travessão estendendo-se para norte até a linha Dois Irmãos, na encosta do planalto. O travessão ligava Campo Bom à encosta da serra, atual Novo Hamburgo. Os lotes foram acomodados de forma a todas as propriedades terem acesso aos cursos de água.

O desenvolvimento urbano de Campo Bom é resultado de um processo, que muitas vezes, foi imposto pela própria natureza e, por um conjunto de especificidades, que acabaram por moldar não só o município, mas também outros que fazem parte da região de imigração alemã. A paisagem natural que o colono encontrou, ao chegar em Campo Bom, era basicamente de florestas subtropicais e campos. Os campos, há muito já eram utilizados pelos colonos de origem lusa para a pecuária,

também eram usados como ponto de repouso, por tropeiros que desciam dos Campos de Cima da Serra, rumo a Porto Alegre. A fertilidade dos campos é tida como a origem da nomeação do município: *Campo Bom*.

Os imigrantes alemães procuraram construir suas casas com o que tinham de materiais à disposição, como madeiras e com o próprio barro, que existia na localidade. Nem todos os imigrantes que chegaram a Campo Bom eram agricultores e, a presença de oleiros, levou a fabricação de tijolos e telhas [a partir do barro e da abundância de água nas margens do rio] já nos primeiros momentos de presença na Colônia Alemã (LANG, 1996).

Para Lang (1996), as atividades primárias [agropecuária], que se desenvolveram de 1826 a 1890, sem o manejo adequado, acabaram por aniquilar a fertilidade do solo, resultado de séculos de acumulação de húmus das florestas subtropicais. Alguns imigrantes e seus descendentes acabaram por migrar para novas frentes de colonização em direção aos rios Cadeia, Caí, Taquari e Paranhana. Para Bublitz (2014), a abundância de terras e matas, aparentemente ilimitadas, levou muitos aventureiros a usar os bens naturais sem nenhuma preocupação, levando os descendentes a buscar novas terras a cada

nova desertificação do solo.

Os colonos campobonenses que permaneceram no lugarejo trataram de diversificar a economia, de forma a garantirem a sobrevivência, introduziram em suas propriedades moinhos e atafonas para beneficiar os produtos de outras zonas coloniais, como mandioca, milho e cevada. No início do século XX, o lugarejo contava com cerca de 20 estabelecimentos desse tipo (COPSTEIN, 1964).

Concomitantemente, com a criação dos moinhos e atafonas, outros ramos da economia colonial se desenvolvem: o comércio (venda), as olarias (essas permanecem atuantes até os dias atuais), e os empreendimentos de beneficiamento de couros.

Uma série de curtumes surgiu pela cidade e, produtos como chinelos, tamancos, cordas e selarias de couros para montaria eram vendidos para outros armazéns. Alguns colonos tinham seu próprio armazém e comercializam seus produtos de couro diretamente com os tropeiros. É através destas negociações que mais tarde surgiram as primeiras fábricas de calçados de Campo Bom no início do século XX (LANG, 1996).

A primazia das indústrias de calçados de Campo Bom deve-se, especialmente, a Jacob Vetter e seus filhos,

Gustavo e Emílio. A família tinha, em sua propriedade, no Morro das Pulgas [atual bairro Rio Branco], uma venda em que comercializava os artefatos de couros que produziam. Em 1916, o pequeno curtume e venda da família se transformou em uma fábrica, que foi transferida para um moderno prédio, no centro do povoado (COPSTEIN, 1964). Campo Bom, no princípio do século XX, passaria a ensaiar uma industrialização.

Em 1925, seria inaugurada a rede elétrica da Vila e, em 1926, seria elevada à categoria de 10º Distrito de São Leopoldo. No corrente ano, o distrito possuía cerca de 1250 habitantes. A primeira metade do século XX foi caracterizada por um acentuado crescimento da produção de calçados em Campo Bom. A alta produção, iria demandar mão de obra, que nesta primeira etapa vai ser configurada, por uma acentuada migração de pessoas, vindas de cidades do próprio Vale dos Sinos. Nas primeiras décadas do século XX, diversos distritos do então município de São Leopoldo passaram a ter um crescimento econômico maior que a própria sede municipal, desviando o centro econômico para Novo Hamburgo, na margem direita do Rio dos Sinos. Segundo Petry (1964), parte dessa descentralização, foi consequência do estabelecimento da

estrada de ferro, que se constituiu na principal forma de exportação dos produtos confeccionados pelos distritos.

Antes do advento do trem, as mercadorias eram feitas através do Rio dos Sinos ou, através de estradas, que desembocavam no porto de São Leopoldo e dali partiam para Porto Alegre. O porto da sede municipal, próximo ao atual centro de São Leopoldo, constituiu-se por muito tempo em um grande entreposto comercial com as zonas coloniais.

O distrito de Campo Bom, ainda pertencendo a São Leopoldo, passaria por um plebiscito, para consultar a população a respeito da emancipação. O “sim” venceu e, em 31 de janeiro de 1959, o governador Ildo Meneghetti assinou a lei de criação do município de Campo Bom. Após a emancipação, a cada década viu-se sua população duplicar (FEE, 1994), em 1970 a cidade conta com 16.617 habitantes, em 1980 já são 33.791. Segundo Lang (1997) em 1991 o município alcança os 50.000 habitantes.

De acordo com a FEE (1984), em 1960, dos 3.398 trabalhadores da cidade, 2577 eram industriários; em 1970, 4.993 dos 6.505 e em 1980, 12.513 dos 17.248 trabalhadores existentes na cidade. Em se tratando de estabelecimentos, em 1960 são

73 indústrias, em 1970 são 98 e em 1975 são 88 indústrias.

Fica claro que, o aumento populacional, esteve estritamente ligado ao crescimento da produção industrial e, de toda a cadeia a ela associada. O processo de industrialização de Campo Bom, está intimamente ligado ao processo de industrialização do próprio estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente a metade norte, caracterizada antigamente pelo processo de imigração europeia, a partir do século XIX. Nessa região, surgiria nas primeiras décadas do século XX, a região mais industrializada do estado. A alta densidade demográfica e a grande industrialização que o Vale do Sinos e, no caso de Campo Bom, é consequência de um longo processo histórico, decorrente do modelo da venda, que canalizava antigamente a produção da picada e que, encontrou aqui, fartura de matéria prima, o couro. O

aumento da população foi possível através de toda a cadeia produtiva, que aqui se estabeleceu, aliada ao início das exportações, que alavancaram a produção, gerando muito emprego. Soma-se a isso, o fenômeno do êxodo rural-urbano, ocorrido não só no Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil, na segunda metade do século XX, proveniente principalmente do processo de mecanização da agricultura, que extinguiu grande parte da mão- de obra do campo trazendo para o Vale dos Sinos uma espécie peculiar de trabalhador.

A produção coureiro-calçadista, no que por muito tempo foi denominado “Vale do Sapateiro” – em acepção direta ao grande número de trabalhadores das indústrias de calçados – gerou muito emprego e renda. As cidades desenvolveram-se em torno das fábricas e valeram-se dos recursos naturais para o seu desenvolvimento.

4. O RIO EM FOCO: A CIDADE DE FRENTE PARA O RIO DOS SINOS

O Rio dos Sinos ainda gera muita discussão a respeito da origem da sua nomenclatura. Leopoldo Petry, estudioso da região e referência para os estudos sobre a região do Sinos, revela que:

Não existem documentos históricos que forneçam dados precisos a sobre a origem do nome desse curso d'água. Nos mapas do Rio Grande do Sul anteriores 1748, aparece êle com a denominação de CURURUAI, palavra indígena que significa “rio dos ratões do banhado”. Nesse ano de 1748, num mapa de P. Diogo Soares, surge a primeira vez o nome de rio do Sino, e, 10 anos mais tarde, o de rio dos Sinos, enquanto outros documentos antigos dão-lhe o nome rio do

sino, em língua indígena “Itapuí”, o que significa “o som do sino”. (PETRY, 1964, p. 10)

Continuando, Petry (1964) relata que outras duas formas, são atribuídas a origem do nome, como a lenda popular de que sinos foram encontrados em seu leito e que, em algumas noites, ouviam-se ressoar. Outra atribuição, é referente ao significado, em latim, da palavra ‘*sinus*’, respectivamente seio, praia, enroscado,

sinuoso. A Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos está localizada na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na Encosta Inferior Nordeste da Serra Geral brasileira. É composta por cerca de 32 municípios. A área da Bacia é de 3.696 Km² o que corresponde aproximadamente a 1,3% da área do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1. Vista aérea do Rio dos Sinos em Campo Bom.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps> . Acesso em: 05 mar 2018.

Figura 2. Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.



Fonte: < <http://olharcampobom.blogspot.com.br> >. Acesso em 27 fev. 2018.

O Rio dos Sinos tem sua nascente no município de Cará. Sua nascente está a aproximadamente a 600 metros acima do nível do mar e é protegida pela *Área de Proteção Ambiental do Município de Cará*. Criada pelo Decreto nº. 076, de 25/9/1998, com o intuito de salvaguardar a biodiversidade da Mata Atlântica bem como a própria nascente dos rios⁴ (SEMA, 2009).

O Sinos percorre 190 km, até desaguar no delta do Rio Jacuí, próximo a capital administrativa do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Desde a sua

nascente, até São Leopoldo, flui em sentido leste oeste e, após, muda sua direção seguindo em sentido norte sul.

A Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos situa-se em uma região onde, anteriormente, estendia-se a Mata Atlântica. Essa, até a chegada dos colonizadores portugueses, fazia parte de 40% do território gaúcho. Segundo a RBMA (1998) e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA, 2009), uma das principais funções da Mata Atlântica entre outras, refere-se a segurança hídrica, isso quer dizer, a manutenção da vida dos nossos rios.

Algumas das principais bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, nascem nesta floresta ou,

⁴ Rio Grande do Sul. Secretaria do Meio Ambiente. *Mata Atlântica Sul: Projeto de Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul*, PCMARS/ 2004-2009 / Rio Grande do Sul. Secretaria do Meio Ambiente. - Porto Alegre: SEMA, 2009.

no que sobrou dela, rios como o Jacuí, o Caí, o Taquari, o Antas, o Gravataí e o nosso Rio dos Sinos. Isso deixa clara a grande fragilidade das nossas bacias, já que 90% desta floresta foi devastada.

De acordo com o grupo PRÓ-SINOS (2011) aproximadamente 1,7 milhão de habitantes fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, o que corresponde a 17 % da população do Rio Grande do Sul, sendo que 1,2 milhão consome a água diretamente (COMITESINOS, 2013). O relevo é bem diversificado, tendo as cidades próximas a calha principal, por onde passa o Rio dos Sinos, com altitude menor que 40 metros acima do nível do mar, passando por altitudes de 500 a 800 metros próximo a sua nascente em Caraá e chegando a altitudes de 1040 metros na região de Gramado, Canela e São Francisco de Paula onde nascem alguns de seus principais

afluentes, respectivamente Rio Rolante, Rio da Ilha e Rio Paranhana.

A Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos corresponde a 4,4 % da Bacia hidrográfica do Guaíba, que é integrante de uma bacia ainda maior que é a Bacia da Laguna dos Patos. A norte e oeste faz, divisa com as bacias do rio Caí e Taquari Antas. Ao sul, faz divisa com a bacia rio Jacuí e, a leste, com as bacias dos rios Gravataí e Tramandaí (PLANO SINOS).

Cerca de um terço das indústrias do Rio Grande do Sul estão localizadas no Vale dos Sinos, correspondendo a 40% da riqueza desse setor. Na região do Alto Sinos, as atividades econômicas são, especialmente, a moveleira, vestuário, turismo e agropecuária. Na região do Médio Sinos, destacam-se a industrial do calçado e seus agregados e, no baixo Sinos, situam-se, principalmente, a industrial metal mecânica e petrolífera.

5. APROXIMANDO A ESCALA DE ANÁLISE LOCAL

Campo Bom é um município localizado na encosta inferior nordeste da Serra Geral, no Rio Grande do Sul. Tem uma distância de, aproximadamente, 50 Km de Porto Alegre. Faz divisa com Sapiranga, a norte e leste, com Dois

Irmãos, a noroeste e com Novo Hamburgo, a oeste e a sul (PMSB-CB⁵, 2014).

Tem uma área de 60,5 Km, o que corresponde a 0.6 % da área da região metropolitana de Porto Alegre. Sua

⁴ CAMPO BOM – Plano Municipal de Saneamento Básico – Relatório do Diagnóstico.

população é de 64.392 habitantes com densidade demográfica 1.013,3 hab/km².

O município foi criado em 31 de janeiro de 1959 pela Lei nº. 3707. Do total de sua população, 95,5 % é urbana e o restante rural. Respectivamente, 95% da área do município está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. (PMSB-CB, 2014; FEE 2013/2015).

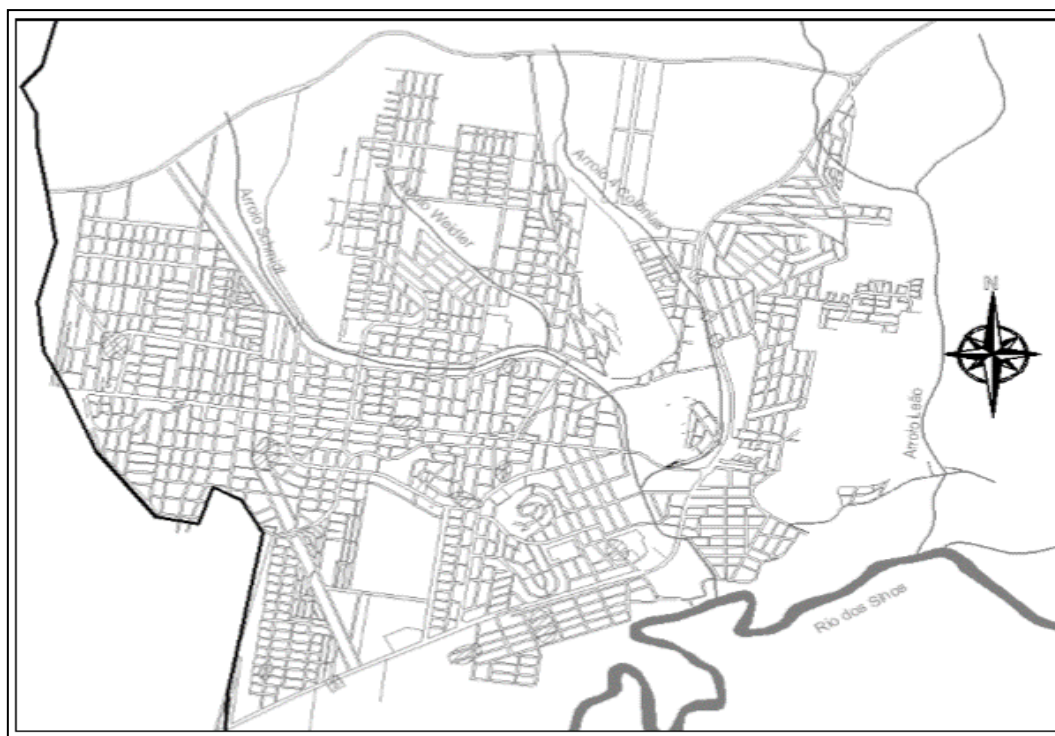
Campo Bom pertence ao COREDE Vale dos Sinos, região com economia diversificada, abrangendo principalmente os ramos calçadista, metalomecânico, químico, vestuário, alimentos e bebidas, papel e gráfico e madeira e móveis. Nos setores da economia, 56,6% são de serviços, 43,2% de indústria e 0,2% de agropecuária (FEE, 2010).

O Rio dos Sinos corta o sul da cidade de Campo Bom e, os afluentes na cidade, são os arroios Schimdt, Quatro Colônias, Leão e Weidler, que desaguam na margem direita do rio. 50% da área do município é urbana e a urbanização está concentrada na parte oeste do território.

Deste modo, a parte destinada a expansão localiza-se a leste, fazendo divisa com Sapiranga. “Conforme indicado pelo Plano Diretor, ficam instituídas como APP – área de preservação permanente – o Banhado do Rio dos Sinos, a Mata Leste, encostas com declividade superior a 30%, topos de morros e margens de córregos e nascentes [...]” (PMSB-CB, 2014).

A prestação de serviços de abastecimento de água e, esgotamento sanitário do município de Campo Bom, é competência da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), através do contrato firmado pelas leis municipais nº 3.478 de 05/11/2009 e nº 3.513 de 15/12/2009. Na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Campo Bom é captada a água que abastece também Sapiranga, Estância Velha e Portão.

Figura 3. Planta da drenagem urbana de Campo Bom.



Fonte: PMSB-CB, 2014.

O índice de tratamento de esgoto é reduzido. Atualmente, o esgotamento sanitário é constituído de soluções individuais (tanque séptico, seguido de filtro anaeróbio), com disposição do efluente na rede pública de drenagem pluvial. Essa situação, acaba por ocasionar um impacto negativo nos cursos d'água que cortam o município (PMSB-CB,2014).

Assim como, o primeiro contato dos imigrantes com São Leopoldo, foi através do rio dos Sinos, com Campo Bom não foi diferente. Os imigrantes, depois de solucionado o problema da demarcação das terras, entre 1825 e 1826, subiram o curso do rio partindo, partindo da sede da colônia

e desembarcando em um local que hoje é denominado bairro Porto Blos. O Rio dos Sinos, por muito tempo foi a principal via de transporte e escoamento da produção colonial, entre as localidades da antiga zona colonial, até o surgimento da estrada de ferro, em 1903.

Em 1917, após idas e vindas, de como prover as cidades de água potável e como coletar os excrementos, foi criada a Comissão de Saneamento do Estado, de forma a orientar, fiscalizar e coordenar as obras hidráulicas no Rio Grande do Sul. Até então apenas Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas possuíam sistema de água e esgoto. Bagé instalaria sistema de esgoto

em 1918 e em São Leopoldo só existia sistema de abastecimento de água.

Para Rückert (2015) mesmo com a iniciativa das prefeituras de administrar o Asseio Público, muitos moradores para economizar, continuavam a jogar excrementos nos quintais e vias públicas. Segundo o autor, desde 1887, a intendência de Porto Alegre, cogitava a instalação de uma rede de esgotos subterrânea em Porto Alegre e, a grande preocupação, era em virtude de uma nova epidemia de Cólera, como a de 1855 e 1867, que havia matado 267 pessoas.

Desde então, uma ação conjunta, tanto do poder público municipal e provincial, tanto de médicos e engenheiros, procurou-se formas de acabar com o acúmulo de fezes no espaço urbano da cidade. A proposta de uma rede de esgotos subterrânea, começou a ganhar mais adeptos, como sendo a melhor forma de acabar com as doenças que assolavam a população.

Em São Leopoldo não foi diferente, seguiu-se o mesmo caminho. Já nas primeiras décadas do século XX, Cel. Guilherme Gaelzer Neto, teve preocupação com o abastecimento de água e a questão sanitária, porém apenas em 1922 foi que começaram as primeiras iniciativas. O início das atividades da Hidráulica se deu a

partir de 1926, com captação, tratamento e distribuição de água. O sistema de esgoto que estava no projeto de Saturnino de Brito⁶ começou apenas em 1942. Do mesmo modo ocorrido nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, a primeira atenção dada em questão de saneamento, foi através do serviço de captação e tratamento de água.

Através de dois jornais, de circulação local, temos acesso aos registros, de parte da trajetória da comunidade e, de sua relação com o rio. A análise dessas fontes impressas, permitirá melhor compreender a dinâmica de produção do espaço urbano da cidade, ao mesmo tempo em que permite aprofundar

⁶ Francisco Saturnino Rodrigues de Brito foi um engenheiro urbanista e sanitarista fluminense, de grande renome no final do século XIX e início do século XX. Foi responsável por projetos de saneamento e urbanização em cerca de 40 cidades no Brasil, dentre elas Santos, Vitória e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, foi responsável por obras nas cidades de Rio Grande (1909 e 1921), Santa Maria (1919), Cachoeira (1919), Cruz Alta (1919), Passo Fundo (1919), Rosário (1919), Santana do Livramento (1920), São Leopoldo (1922), Uruguaiana (1923), São Gabriel (1923), Iraí (1924), Alegrete (1927) e Pelotas (1927). Segundo a tese de ANDRÉ LUÍS BORGES LOPES “Sanear, prever e embelezar”: o Engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929), Saturnino de Brito era um positivista, seguidor das ideias de Auguste Comte. Foi contratado pelo Governo do Rio Grande do Sul, para introduzir o modelo francês de saneamento. Isso fazia parte do projeto positivista do Partido Republicano Rio-grandense. Esse modelo francês consistia utilizar os mesmos encanamentos para águas pluviais e cloacais, de forma que toda a água servida nas tubulações “lavasse” e “levasse” o esgoto para longe. (LOPES, 2015).

os processos de construção e apropriação do espaço, por parte da população e, como ela estabeleceu sua relação com o rio dos Sinos.

Tendo esse problema de pesquisa, como ponto de convergência, nos valem das edições dos jornais “*O Fato*” e “*A Gazeta*”, partindo de exemplares dos anos de 1976, 1977, 1978, 1980, 1981 e 1986. Os dois jornais eram veiculados uma vez por semana e circulavam apenas na cidade. O mais antigo deles é O FATO, que foi inaugurado em 1975 por Flávio Fischer, Reme Blos, Paulo Pereira e Karl Kopittke, que havia sido jornalista profissional em Porto Alegre. Teve sua primeira edição em 17 de janeiro de 1976. É um jornal comunitário que ainda está em circulação⁷. Já o jornal A GAZETA surgiu depois, em 1986 e teve sua primeira edição no dia 20 de agosto do corrente ano. Também é um jornal comunitário e semanal. Foi fundado pelo atual diretor comercial, Mauri Spengler.

Para analisar as publicações dos jornais, que constituem o corpus documental da pesquisa, optamos pela metodologia proposta do Bardin (2006), que nos permitirá interpretar as publicações, a partir da metodologia de

análise de conteúdo. Portanto, detemo-nos na leitura das publicações, procurando compreender o sentido e os significados, presentes no conteúdo publicado nas páginas dos jornais, que circulavam pela cidade e que falam do espaço em transformação. Cabe, ainda ressaltar, que os jornais foram as únicas fontes impressas disponíveis para consulta e que retrataram, com maior riqueza de detalhes e informações, as transformações da cidade, no período que compreende as décadas de 1970 e 1980.

Percebemos, em diversos trechos das publicações dos jornais, certo romantismo, passando a impressão de um passado bom, que causa saudade. Nas edições do jornal *O Fato*, existia uma coluna intitulada *Campo Bom Pitoresco*. Nessa coluna eram representadas, como nome já se diz, cenas pitorescas, algo digno de se transformarem em uma pintura.

Não se tem notícias, se essa coluna sempre existiu no jornal e, nem se o colunista foi sempre o mesmo, muito menos, qual seu lado político ou religioso. Contudo, no dia 11 de fevereiro de 1977, Pedro Pasini faz um relato agradável e ao mesmo tempo triste sobre o rio: “O Rio dos Sinos, que nas palavras do escritor gaúcho Vianna Moog, é ‘UM RIO QUE

⁷ Jornal O FATO do Vale. Disponível em: <https://ofatodovale.wordpress.com/sobre/> Acesso em: 21 nov. 2018.

IMITA O RENO', já teve no passado os seus momentos de destaque em diversos setores da atividade humana" (O FATO, 11 de fevereiro 1977, p.3).

Em outro momento, temos uma crônica, [ocupando assim metade de uma página] na qual o autor, chamado José Ferlauto, narra o momento em que conheceu Campo Bom e o Rio dos Sinos. O autor conta que um dia um amigo havia o levado até as margens do rio dos Sinos, em um parque bem arborizado. Sentiu-se aliviado em poder deixar para trás toda barulheira da cidade e poder ouvir nada mais além do silêncio, do rio e dos pássaros. Disse ter encontrado o parque Farroupilha de Campo Bom a poucos quilômetros do centro e depois de procurarem o lugar certo para parar, "Desligamos o carro, o último ruído e me deslumbrei, realmente com o que vi. O rio, calmo, descia em direção a São Leopoldo e o silêncio só era quebrado pelos os pássaros que habitavam as árvores que margeiam o rio." (O FATO, 1977, p.10)

O local, que o cronista relata, é o balneário municipal [hoje Balneário Chico Mendes]. Ferlauto faz, até mesmo, um convite, "Pra quem quiser, tem barco a remo para passeios no Sinos, churrasqueiras entre as árvores, grama convidativa, espaço para muita criança

correr e brincar" (O FATO, 1977, p.10).

A partir das contribuições do campo da história ambiental, que se preocupa em compreender, com maior profundidade, a relação entre o espaço e as pessoas (DRUMMOND, 1991), se pode perceber, no trecho a seguir, que a cidade, até então com feições consideradas, pelos próprios moradores, como próprias do espaço rural, se transformava e apresentava características "típicas de uma cidade industrial". O autor assim termina a crônica, mostrando que "Estavam ali dois lados de uma cidade industrial que eu conhecia há pouco mais de um ano. Um era a avenida Brasil, com seu tráfego e movimento e o outro era o rio [...]" (O FATO, 1977, p.10). O autor, complementa, em seguida, enfatizando o caráter urbano de Campo Bom, pondera sobre a necessidade de se cuidar do espaço natural, "[...] pois as cidades mesmo que procurem proporcionar todas as facilidades e confortos, jamais proporcionarão sombra de árvore, cheiro de terra e canto de passarinho" (O Fato, 1977, p.10). Através do relato, podemos perceber que a cidade está, em amplo desenvolvimento econômico e que, sua industrialização acabou por transformar a paisagem da cidade. Campo Bom contava, então, com uma pequena área rural e o balneário

consistia, assim, em uma das poucas formas de escape para população.

Em notícia do dia 26 de janeiro de 1978, na capa do jornal O FATO, estava o seguinte título: “*O movimento na Prainha*”, esse é o nome que até hoje as pessoas usam para denominar o local destinado aos banhistas da cidade, que lá se encontravam nos meses de verão. Em uma pequena coluna, estava exposto um breve relato, que mais parecia uma propaganda de um maravilhoso cartão postal da cidade. A partir das ideias propostas por Bublitz (2014), que nos faz problematizar os impactos que a ação humana, produz no espaço natural, em especial sobre as águas, percebe-se que o texto publicado pela imprensa, é convidativo, e em nenhum momento o autor da notícia, relata alguma precariedade ou algum tipo de poluição, incentivando as pessoas a visitarem o local, sem nenhuma necessidade de cuidado com a preservação do rio.

Os recortes do jornal O FATO, mostraram alguns momentos de aproximação, entre os moradores da cidade e o rio. Momentos estes, que, não causavam nenhuma agressão ou atividades exploratórias. São cenas simples, singelas e como foi exposto, beirando ao romantismo e desconsiderando, qualquer impacto

produzido pela ação humana, no espaço.

Existem notícias, porém, que mostram a naturalidade do Sinos, algo que por um olhar mais apurado, podemos tratar como dentro do controle, por ser um fenômeno da natureza, não fosse os seres humanos invadirem as áreas de escape do rio em tempos de cheia. No dia 13 de agosto de 1976 o texto jornalístico procede desta maneira. O rio livre de qualquer culpa, é retratado pelo autor como feroz, como se fosse um castigo ou buscando suas terras como de direito.

De acordo com Winiwarter (2010), cabe ao historiador ambiental, fazer a advertência, sobre os cuidados que o homem precisa ter, para com o espaço natural. Esta parece ser a intenção do jornal, ao fazer uma espécie de advertência aos moradores, sobre a profunda relação que a cidade tem com o rio e, de forma mais enfática, sobre a necessidade de se cuidar deste importante recurso hídrico, que corta a cidade. No decorrer do texto do jornal, o colunista trata as pessoas afetadas pela enchente, principalmente os moradores do bairro Barrinha como “infortunados pelo destino” e a impossibilidade de praticarem a pecuária, isso por que “Animais tiveram que ser recolhidos, pois nem pastagens havia, para

sua sobrevivência” (O FATO, 13 agosto de 1976, capa).

Dois anos mais tarde, em 1978, um outro problema acontece. Em uma matéria de capa do dia 1º de junho, o seguinte título é exposto: “*O nível do Sinos continua baixando*”. O texto aparentemente sem assinatura relata uma situação de seca no Município. Comparando a data da publicação, podemos perceber certo desequilíbrio climático, isso porque se trata de um mês de inverno e no Rio Grande do Sul, esse período caracteriza-se por muita chuva.

As notícias de enchentes, parecem corriqueiras, nas edições dos dois jornais. No dia 12 de novembro de 1986 a seguinte manchete: “Moradores da ‘Barrinha’ estiveram ameaçados de enchente até domingo”. Quem explica a situação da enchente para o repórter é Nilson Wolf, responsável pela estação climatológica da cidade, “Sempre que chove mais de 120 mm em Campo Bom, o risco já existe” (A GAZETA, 1986, p.3).

As enchentes parecem ser retratadas pela imprensa, como um fenômeno que não têm nenhuma relação com a ocupação humana e suas atividades exploratórias, nas imediações do rio. Como aponta Lang (1996), a ocupação indiscriminada e, sem planejamento, traz,

sem dúvidas, consequências devastadoras no espaço natural. Nesse caso, o rio e suas enchentes, chamam atenção dos moradores, na medida em que estes se veem prejudicados com a “invasão das águas”, mas não produzem nenhuma iniciativa de reflexão sobre seus motivos e, até mesmo, sobre a ocupação da várzea do rio, que funciona como “filtro” natural das cheias do Rio dos Sinos.

Existiram situações em que, a relação entre o rio e a população de Campo Bom eram, de certa forma, amigáveis, o que nos faz refletir sobre as proposições de Gonçalves (2012), quando aponta para necessidade das comunidades perceberem a importância da preservação e cuidado para com seus recursos hídricos, como é o caso do Rio dos Sinos, que banha seus contornos geográficos e abastece de água a cidade.

Neste contexto, as narrativas produzidas, pela imprensa local, evidenciam o rio dos Sinos, onde o simples ato de se banhar, navegar e pescar, não causavam nenhuma agressão ao rio. Porém, outras reportagens do jornal O FATO, trouxeram alguns problemas ligados à mineração e a poluição. As notas sobre mineração, mais precisamente sobre a dragagem, apareceram, basicamente, nos

meses de agosto, outubro e novembro do ano de 1977.

Exemplo disso, temos nas edições, em que aparecem assuntos como a ocupação irregular do bairro barrinha, que fica nas margens do rio dos Sinos. Já os problemas de poluição, aparecem nas reportagens do mesmo jornal, durante quase todo o mês de maio de 1980. Refletem, basicamente, o lançamento de dejetos industriais no arroio Schmidt, principal afluente do rio dos Sinos, em Campo Bom e, principal calha de drenagem.

No dia 11 de agosto a notícia de capa afirmava, de forma categórica: “Perigo: Dragas estão destruindo o Sinos”. Esse título tem mais um trecho, logo abaixo, retratando que “O trabalho de duas dragas, que podem retirar 24 caminhões de areia por hora no Rio dos Sinos, está comprometendo o equilíbrio ecológico do rio no trecho de Campo Bom”.

A reportagem completa de José Otávio Ferlauto, expõe a situação como um desequilíbrio ecológico, um prejuízo, principalmente para população ribeirinha, que observam seus lotes e suas casas sendo levados pelo rio, devido ao desbarrancamento. O autor cita alguns problemas, relacionados à retirada descontrolada de areia, como alargamento

do leito, destruição das matas ciliares, tombamento de árvores dentro da água e os problemas sociais devido às ocupações irregulares e o trabalho insalubre dos trabalhadores das dragas.

Na mesma coluna, Ferlauto registra que a Prefeitura municipal havia tomado ciência do assunto, através de outro jornal denominado, *A Folha da Tarde*, no dia oito do mesmo mês. Segundo o autor da matéria, os proprietários das duas dragas estavam desrespeitando o código de posturas, no entanto, ele relata também que, eles pagavam uma taxa ao erário público. Não se tem notícias, sobre uma regulamentação desse tipo de atividade no Município no ano de 1977. O que sabemos é que, essa situação é disciplinada pelo Decreto Municipal nº 554, de 26 de agosto 1983. Conforme o jornalista, a nova forma de extração havia substituído a maneira manual, arcaica, de utilizar pequenos caíques. Essa forma, há muito tempo era utilizada e, não causava, quase nenhum dano ao meio ambiente.

No bairro Barrinha existiam, e ainda existem, pessoas que moravam em lotes, que faziam fundos com o próprio rio. José Ferlauto entrevistou um cidadão, que residia em uma dessas localidades. No relato do morador denominado Velocino José de Oliveira a prática de pagamento de

dinheiro para ancorar as dragas: “Pois me ofereceram seis milhão para amarrar a máquina aqui em frente. Claro que eu tenho precisão de dinheiro, mas minha casa vale mais que isso. Se pensam que eu sou burro estão muito enganados” (O FATO, 11 de agosto de 1977, p.8).

A fala de Velocino passa uma ideia de que, ele estava mais preocupado com sua casa, e não com o rio. O jornalista, por sua vez, explicou que “Na casa de Bernardina Vidal, o chiqueiro já foi levado, parte do galinheiro também e até a rústica privada acabou dentro d’água e os moradores se sentem impotentes contra ação destruidora das dragas” (O FATO, 11 de agosto de 1977, p.8).

Através da reportagem sobre as dragas, o autor acabou expondo outro problema que impacta diretamente no rio dos Sinos. É o caso das ocupações irregulares. No texto da reportagem os moradores, vizinhos de Velocino, contam para o autor como fizeram para adquirir os terrenos na beira do rio. O jornalista concluiu o texto, do dia 11 de agosto de 1977, pedindo indiretamente uma posição das autoridades públicas, a respeito da autorização e fiscalização dos empreendimentos, no rio dos Sinos e suas margens.

Além da mineração desordenada, outro problema que o jornal O FATO denunciou, praticamente em todo o mês de setembro de 1980, foi a questão da poluição. As notícias baseiam-se principalmente a respeito do arroio Schmidt, principal afluente do rio dos Sinos em Campo Bom. O título da longa matéria, começa desta maneira: “*ARROIO SCHMIDT ESTÁ POLUÍDO, CORSAN denuncia a presença de compostos mercuriais e culpa a indústria*” (O FATO, 9 de setembro de 1980, capa). A denúncia partiu do presidente da CORSAN, João Rubens Albuquerque, que culpou as indústrias de Campo Bom, por despejarem resíduos tóxicos, entre eles, o mercúrio.

Segundo o presidente da companhia, que foi entrevistado, esta situação poderia tornar impossível o tratamento da água, para o consumo da população. A notícia expõe que as autoridades entre elas a câmara de vereadores, já estavam cientes, e monitorando junto com a CORSAN. No entanto, segundo o representante, o trabalho deles foi atrapalhado, pois o “deputado Celso Testa, ao publicar as análises, acabou na verdade beneficiando as indústrias que usam o mercúrio, porque agora elas estão alertadas” (O FATO, 9 de maio de 1980, p.3).

João Albuquerque relatou que, esse papel investigativo, não fazia parte das atribuições da CORSAN, a quem era responsável, somente por garantir água tratada à população. Faziam isso, pois estavam interessados em eliminar os altos custos de tratamento (O FATO, 9 de maio de 1980, p.3). O presidente relatou que “Nós estamos longe ainda de uma catástrofe ecológica” afirma Albuquerque, “mas o mercúrio deve ser integralmente banido” (O FATO, 9 de maio de 1980, p.3).

Uma semana depois, a notícia da capa foi a seguinte: “*CORSAN TRANQUILIZA A POPULAÇÃO Arroio Schmidt desagua depois da bomba de captação*” (O FATO, 16 de maio de 1980, capa). Nesta reportagem, entrou em cena, o gerente local da autarquia, José Jarbas Valle Mattos, que estava à frente da ETA responsável pela captação e distribuição de água, para Campo Bom e Sapiranga. José Jarbas contrapôs o presidente geral, tranquilizando a população. A partir desse trecho, da fala do gerente local da Companhia, é possível inferir algumas questões subentendidas. Mesmo garantindo que as águas do arroio, não tinham contaminação por mercúrio, ele se contradisse, afirmando que a poluição aumenta, a partir de Campo Bom. Isso ele

afirmou, quando no decorrer da entrevista, chamou o arroio de “principal emissário cloacal da cidade” (O Fato, 16 mai. 1980, p. 60).

Ainda que se considere o tratamento adequado, às questões que envolvem a teoria sobre a história ambiental (PÁDUA, 2010), deve-se reconhecer a importância desempenhada pela imprensa, na medida em que ela produz, sem dúvida, fontes para a escrita da história ambiental. No momento em que os jornais campobonenses publicavam notícias, de diferentes matrizes e opiniões, acabavam, também, registrando parte da memória histórica, sobre a relação que as pessoas produziam, com o espaço no qual elas viviam, num determinado tempo. É através desses registros, que a história ambiental pode ser escrita, problematizando e historicizando, as percepções de cada época e contexto, em relação ao espaço natural.

Ao descrever o rio, os autores dos textos jornalísticos, representam uma visão de meio ambiente e ecologia que reflete muito de uma época, em que os movimentos que pregam a proteção à natureza, ainda estão surgindo. O meio ambiente, relatado nas reportagens é muito mais acessório do ser humano do que algo autônomo com vida própria. Isso quer

dizer que, ao degradar o rio estamos nos prejudicando também. Um ponto relevante, observado com a pesquisa documental, é que as fontes consultadas não dão conta, ou seja, as publicações dos jornais falam muito mais do rio, *como um espaço de lazer e socialização*, do que sua relação com a industrialização da cidade.

Nesta perspectiva, se todos os empreendimentos, utilizados naquele curso

de água, não causassem mal as pessoas poderiam continuar sendo realizados. Em nenhum momento, se pensou nas outras espécies, nos peixes, nos anfíbios, nos insetos, na biodiversidade. Os problemas eram somente porque poderiam afetar as pessoas.

6. CONCLUSÕES

A industrialização, fruto de um processo histórico, encontrou no Vale dos Sinos, ingredientes que acabaram, por formatar, o crescimento da maioria das cidades. O imigrante alemão, principalmente o artesão, deparou-se aqui, com abundância de matéria-prima, o couro, que há tempos fazia parte da fisionomia do Rio Grande do Sul.

Aspectos geográficos, culturais, naturais e econômicos, fizeram com que Campo Bom tomasse o rumo da industrialização e não permanecesse uma colônia agrícola como de início se apresentava. A pequena propriedade, a proximidade com Porto Alegre, as más práticas de conservação do solo levaram os colonos a procurar novas formas de sobrevivências, que não somente as lides

da terra, mas sim atividades manufaturadas com maior valor agregado e que atraíssem maiores mercados consumidores.

O calçado, devido a todas as circunstâncias, foi o produto que melhor se adaptou ao elo de condições impostas. É certo que com ele, vieram uma série de outros segmentos que possibilitaram também a urbanização, a geração de emprego e renda e o aumento considerável da população. No entanto foi o que esteve na vanguarda de todo esse processo.

No caso de Campo Bom, a industrialização que propiciou a migração de milhares de pessoas de várias partes do Rio Grande do Sul e de fora dele, fez com que a fisionomia natural da cidade fosse modificada. Prejuízos quase irreparáveis, ao meio ambiente principalmente nos

curtos de água e mais destacado ainda, o Rio dos Sinos. O processo histórico de desenvolvimento de Campo Bom, principalmente na segunda metade do século XX, pode ser entendido como um exemplo de problema que assola a maior parte das cidades brasileiras, o crescimento desordenado. Principalmente, aqueles que são oriundos de ciclos econômicos passageiros.

O desenvolvimento desordenado, não privilegia o planejamento. Na maioria das vezes ele está sempre correndo atrás dos problemas que ele mesmo provoca. Isso condiciona políticas públicas falhas que não são pensadas para longo prazo. Desencadeando o sofrimento humano e da natureza. A poluição e degradação do Rio dos Sinos, na cidade de Campo Bom, esteve ligada, direta ou indiretamente, a alguma atividade econômica e, a falta de providências do poder público, que regulassem as ações de pessoas, empresas e corporações. Muitas vezes, a negligência, fez perdurar, por muito tempo, uma situação que culminou, com a grande mortandade de peixes, como aquela que ocorreu em 2006 e 2010 e, ocupou parte dos noticiários, em nível regional e nacional.

É possível, através dos recortes dos jornais, compreender que existiam algumas

discussões na sociedade e, que a situação, já estava grave, há cerca de mais de 40 anos atrás. As preocupações, por parte da sociedade, no que dizia respeito aos problemas com a poluição, as dragagens e a ocupação irregular, estiveram, muitas vezes, ligadas a defesa única e exclusivamente do ser humano, desconectado do espaço natural no qual estava inserido.

Sendo assim, o interesse pela proteção das outras espécies, como, peixes, mamíferos, enfim, todo o ecossistema que integra o Rio dos Sinos, ocorreu de forma assessoria. A água do rio, desde que ela consiga ser tratada para consumo humano, não importava o quanto ela seria poluída. A pesquisa, pelo viés da História Ambiental, propiciou olhar para o passado da cidade, usando a lente de outros cientistas. Esse caráter multidisciplinar, da nova área de estudos, deu espaço para que outras disciplinas, como a Geografia, a Economia e a Biologia, contribuíssem para o aprofundamento, das questões relacionadas à ocupação do espaço e às transformações, provocadas pelo avanço da industrialização e da urbanização, algo recorrente nas cidades contemporâneas, do século XXI.

7. REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BLOS, R. **Campo Bom: 1825-1976**. Porto Alegre. Concórdia, 1977.
- BUBLITZ, J. Os significados da floresta: Elementos para uma História Ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: PEREIRA, E.; RÜCKERT, F.; MACHADO, N. (orgs.). **História ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, 2014, p.207-218.
- BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- COMITESINOS. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/>> . Acesso em: 3 jan. 2019.
- COPSTEIN, R. A Evolução Urbana de Campo Bom. **Organon** s/d. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/38735/24833> Acesso em: 6 mar. 2019.
- DRUMMOND, J. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.
- FEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS 1960-1980**. Porto Alegre, 1984. 158p. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun 2018.
- FEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981. 330p. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 03 out 2018.
- GONÇALVES, C. **O desafio ambiental**. 3 ed.- Rio de Janeiro: Record, 2012.
- LANG, G. **Campo Bom: história e crônica 1826/1996**. Campo Bom: Papuesta, 1996.
- LANG, G. **Reminiscências da memória comunitária de Campo Bom**. Campo Bom: Papuesta, 1997.
- LEFF, E. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Revista Esboços**, n. 13-UFSC. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esboços> .Acesso em: 22 dez 2018.
- PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, v.24 (68) 2010. São Paulo. P. 81-101. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468/12202> . Acesso em: 23 de out. de 2018.
- PETRY, L. **São Leopoldo: Berço da Colonização Alemã do Rio Grande Sul**. São Leopoldo, Rotermond, 1964.
- PLANO SINOS. Plano de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Disponível em: <<http://www.prosinos.rs.gov.br/downloads/Meta>>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- PRÓ-SINOS - EQUIPE DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO

DA BACIA DO RIO DOS SINOS: Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Campo Bom. Campo Bom/RS, 2012. Disponível

RÜCKERT, F.; HARRES, M. Os banhados do rio dos Sinos e a história ambiental da cidade de São Leopoldo – RS. In: PEREIRA, E.; RÜCKERT, F.; MACHADO, N. (orgs.). **História ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, 2014. P.17-39.

RÜCKERT, F. Degradação e preservação dos banhados do rio dos Sinos na cidade de São Leopoldo/RS. In: REINHEIMER, D.;

em: www.consorcioprosinos.com.br/.../plano_gestao_residuos_solidos_campo_bom. acesso em: 6 dez. 2018.

NEUMANN, R. M. (orgs.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação**. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 508-521.

RÜCKERT, F. Q.; HARRES, M. **A natureza, o tempo e as marcas da ação humana: políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica** – São Leopoldo, RS. São Leopoldo: OIKOS, 2012. 189p.



PERCEPÇÕES INTERGERACIONAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SUSTENTABILIDADE

Integrational perception of family farmers on food production and sustainability

Cianarita Caron Figueiró⁸
Arlene Anelia Renk⁹

RESUMO

Considerando que o meio rural do oeste catarinense passa por constantes transformações econômicas, ambientais e sociais, em algumas propriedades rurais, temos a prevalência de três gerações, interagindo no mesmo espaço, com idades e percepções distintas acerca da reprodução social e produtiva. Este artigo tem como objetivo geral analisar a percepção intergeracional de agricultores familiares sobre a produção de alimentos e a sustentabilidade. Foram estudadas dez famílias rurais com a composição familiar de três gerações: avós, pais e jovens. Os dados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas. Foram identificadas mudanças significativas em relação à interação entre o espaço urbano e rural, com conciliação de atividades agrícolas e não agrícolas, e que a pluriatividade vem promovendo a autonomia, principalmente para as mulheres e os jovens. As três gerações de agricultores não encerram seu ciclo de transmissão e reprodução social e produtiva. Os atores que vivem nesse espaço estão propensos a rever os seus modos de produção, adaptando-se às mudanças da sociedade e às alternativas viáveis à sua realidade, mas conservam valores e tradições que são transmitidos às gerações seguintes e que caracterizam a simbologia da identidade étnica e cultural da agricultura.

⁸ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Extensionista Social da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri, no Oeste Catarinense. Endereço eletrônico: cianarita@unochapeco.edu.br

⁹ Doutora e Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, professora titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Endereço eletrônico: arlene@unochapeco.edu.br

Palavras-chave: agricultura familiar; campesinato; intergeracionalidade; reprodução social e produtiva.

ABSTRACT

The rural environment of Santa Catarina state undergoes constant economic, environmental and social transformations. In some rural properties, we have the prevalence of three generations, interacting in the same space, with different ages and perceptions about social and productive reproduction. This article aims to analyze the intergenerational perception of family farmers on food production and sustainability. It was studied ten rural families with family composition of three generations: grandparents, parents and young people. Data were obtained from semi-structured interviews that were recorded and transcribed. We identified significant changes in relation to the interaction between the urban and rural space with the conciliation of agricultural and non-agricultural activities, and pluriactivity has been promoting autonomy, especially for women and young people. The three generations of farmers do not end their cycle of transmission and social and productive reproduction. The actors who live in this space are prone to review their ways of production, adapting to the society changes and the viable alternatives to their reality, but they preserve values and traditions that are transmitted to the following generations and that characterize the symbology of ethnic and cultural identity of agriculture.

Key Words: family farming; peasantry; intergenerationality; social and productive reproduction.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o espaço rural passou por mudanças econômicas, ambientais, sociais e técnicas em decorrência de fatores e comportamentos advindos, principalmente, do sistema capitalista. Diferentes formas de organização econômica, social e cultural permeiam esse espaço e seus contextos históricos, e estudar a agricultura e sua estrutura é fundamental para entendermos como as mudanças que ocorreram na região oeste de Santa Catarina, em especial as novas atividades que vêm sendo desenvolvidas no meio rural, podem

contribuir para a reprodução social e produtiva nas unidades familiares.

Falar em agricultura é abordar os diferentes sistemas alimentares que compreendem os aspectos de produção, distribuição e consumo de alimentos. O oeste catarinense se caracteriza por pequenas propriedades rurais que diversificam suas atividades na produção de grãos (milho, soja, feijão e trigo), na criação de animais (pecuária de leite e de corte, avicultura e suinocultura), bem como no plantio de olerícolas. Nessas propriedades, os padrões de herança privilegiaram a “unigenitura que implicava

o deserdamento dos demais filhos da propriedade de origem e o encaminhamento destes ou a atividades laborativas, que não a de colono, ou à novas frentes agrícolas” (RENK, 2000, p. 17). Naquelas em que o herdeiro assume os cuidados com os pais, ao constituir nova família, prevalecem duas ou mais gerações, interagindo e construindo sob diferentes concepções novas formas sociais de organização produtiva.

As sociedades contemporâneas e ocidentais mudam constantemente em decorrência do aumento de informações, da diversidade cultural dos diferentes grupos sociais, da globalização e da intensificação dos meios de comunicação, que interferem diretamente nos espaços de vivência e nas percepções dos atores do meio rural. Essas transformações atentam significativamente para mudanças nas relações intergeracionais, que, inseridas no mesmo espaço, buscam a reprodução social familiar por meio da transmissão cultural de geração para geração.

A análise perceptiva da agricultura em temporalidades diferentes é necessária para compreender se essas concepções interferem nas relações pessoais e interpessoais que envolvem o social, o econômico e o cultural na propriedade com prevalência de três gerações. Para Tedesco

(1999), o cotidiano de hoje no meio rural e na unidade familiar precisa estar vinculado com a organização e com a existência da sociedade, pois, nesse espaço, existe uma história social, cultural e economicamente construída.

Assim, diante das diferentes percepções das gerações que permeiam a convivência familiar, perguntamo-nos quais são as estratégias da agricultura familiar frente às exigências do mercado em relação à produção de alimentos em um contexto intergeracional?

Para responder esse questionamento, pautamo-nos no objetivo de analisar a percepção intergeracional de agricultores familiares¹⁰ sobre a produção de alimentos e a sustentabilidade. Por ser esse objetivo de uma amplitude significativa, estabelecemos como objetivos específicos: identificar os sistemas de produção nas diferentes gerações; compreender as diferentes percepções das gerações que convivem em um mesmo espaço com experiências e técnicas de temporalidade diferentes e compreender como acontece o processo de transmissão e a troca de conhecimentos entre as gerações.

A metodologia da pesquisa foi a de abordagem qualitativa, de caráter

¹⁰ Neste artigo, utilizamos os termos agricultura familiar e campesinato como sinônimos.

etnográfico, sob a concepção construtivista social de que os significados são construídos pelos seres humanos a partir das observações e dos dados coletados a campo (CRESWELL, 2010), sendo vista “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26).

Na identificação dos participantes, utilizou-se a técnica de amostragem “bola de neve” (*snowball*), que Bernard [2005], apropriado por Vinuto (2014, p. 204), considera ser “uma técnica de amostragem de rede útil para se estudar populações em que não há precisão de quantidade e com acesso mais restrito de estudo”, que é o caso das famílias com três gerações. As entrevistas foram semiestruturadas, com questionários baseados em um roteiro predefinido e com observações qualitativas sobre o comportamento dos entrevistados.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 14 de abril a 12 de junho de 2018, com uma amostra de 10 (dez) famílias de agricultores com a prevalência de três gerações¹¹ na propriedade. No total, foram entrevistadas trinta pessoas, sendo dez avós, dez pais e dez jovens, residentes

em comunidades do meio rural do município de Chapecó (SC). Essas famílias possuem algumas características similares na agricultura familiar, principalmente nas atividades de produção de grãos, (milho, feijão, soja); pecuária de corte e leite; suinocultura e avicultura (integração); horticultura e piscicultura. É importante destacar a presença de atividades não agrícolas consideradas significativas para o processo de reprodução social e permanência de jovens e mulheres no campo.

No universo dessa pesquisa, a composição do grupo familiar é de três gerações, que interagem e dialogam nos arranjos produtivos com diferentes percepções, diferentes formas de produzir, de pensar e de organizar a propriedade. Estão inclusas: a) a primeira geração, a dos avós, pertencentes a uma faixa etária entre 71 a 86 anos de idade e que dialogaram suas percepções a partir da agricultura camponesa; b) a segunda geração, a dos pais, com uma idade entre 45 a 53 anos e uma percepção de agricultura direcionada à modernização; c) a terceira geração, a dos jovens, com idade aproximada de 17 a 28 anos de idade, com a percepção de agricultura voltada à tecnologia e à inovação. Juntas, essas três gerações dividem o espaço de convivência, criam

¹¹ O termo geração se refere a: avós como a primeira geração, pais como a segunda geração e jovens como a terceira geração inseridos na mesma unidade familiar.

uma estrutura afetiva nas relações e experiências, primando pela boa convivência e buscando alternativas de

reprodução social e produtiva no meio rural.

2. PERCEPÇÕES INTERGERACIONAIS NO MEIO RURAL

Vários estudos vêm destacando que os estabelecimentos rurais têm como pressupostos uma ligação entre o local de trabalho e a residência dos membros familiares. A relação entre família, terra e trabalho organiza os valores da vida e a reprodução social da agricultura (TEDESCO, 1999a; WOORTMANN, 1990; SEYFERTH, 2011). Nesse espaço, as pessoas vivem e constroem suas relações sociais a partir do convívio, das experiências e das vivências culturais. Além disso, fortalecem suas ramificações por meio da transmissão da simbologia e dos valores às gerações seguintes, organizando e construindo suas concepções de mundo a partir das subjetividades, da organização de vida e de experiências historicamente vivenciadas.

Nesse contexto, a partir de 2006, a agricultura ganha novo espaço político com a regulamentação da Lei nº. 11.326/200, que estabelece princípios, conceitos e diretrizes para a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar. Conforme essa lei, considera-se

agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e que atende os seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (LEI nº. 11.326/2006).

Desse modo, essa categoria de pequena produção passa a ser reconhecida como uma categoria social com políticas públicas específicas para atender as suas demandas.

O processo produtivo de alimentos se fortalece a partir do saber-fazer do/a agricultor/a, um conhecimento adquirido e que, na maioria das vezes, é transmitido de geração a geração. “De nada adianta aos agricultores familiares a posse dos meios de produção e do objeto de produção (a terra) se estes não tiverem o saber-fazer

que fornece o conhecimento necessário para desenvolver o processo de produção dos alimentos” (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 110). O saber do agricultor permeia as relações sociais na unidade familiar e é assimilado de maneiras diferentes e específicas pelos componentes do grupo familiar independentemente de gênero e/ou geração. Esse saber-fazer oportuniza uma diversidade na produção de alimentos, principalmente àqueles destinados ao autoconsumo, garantindo a sustentabilidade da unidade familiar.

Além das atividades produtivas, no meio rural, também se destacam características como a “diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições e a família como proprietária, trabalhadora e produtora” (TEDESCO, 1999, p. 33).

Esse espaço também é considerado um local pelo qual instituições socioculturais e econômicas perpassam, deixando seu legado e fortalecendo suas especificidades. Uma dessas instituições é a família, que é compreendida como uma instituição histórico-social (LISBOA et al., 2007) em que o grupo possui características próprias e constrói arranjos produtivos que vão se transformando

embasados na dinâmica de produção e nas configurações intrínsecas e extrínsecas da unidade familiar. A família, por ser uma categoria histórica e concreta, é permeada pelos conflitos e pelas contradições sociais (TEDESCO, 1999a, 1999b) e, segundo Lisboa et al., (2007), pode ser entendida como herança intergeracional.

Na interação desses vínculos encontramos uma importante herança intergeracional, a qual se reflete na relação familiar e afeta as alianças, os pactos e a convivência entre os membros. Na dimensão grupal familiar converge uma trama de complexas mediações, engendradas pela herança intergeracional e conduzidas também pela cultura. O conceito de transmissão intergeracional compreende a travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições, a qual pode ser consciente ou inconsciente (LISBOA et al., 2007, p. 52).

As relações socioculturais e econômicas, sendo transmitidas de geração a geração, podem ser construídas harmoniosamente ou de forma conflitante, dependendo dos arranjos familiares para a reprodução social e econômica e das dinâmicas interpessoais na unidade familiar. A respeito disso, Tedesco (1999a) discorre que:

Entendemos que as diferentes formas como se organiza o trabalho e o convívio da unidade familiar estão em profundo conflito e tensão com o processo da racionalidade técnico-econômica, sendo parte integrante de seu próprio movimento e fundando-se nas relações sociais e de convívio imbricadas em fenômeno da cultura e do *ethos* de colono (TEDESCO, 1999a, p. 29).

Ao abordar as particularidades do campesinato, Seyferth (2009) ressalta que a estrutura familiar apresenta algumas particularidades mesmo com a prevalência das famílias nucleares na maioria das sociedades modernas. No campesinato europeu, há uma composição familiar de três gerações, o que também se pode chamar de família tronco. Segundo a autora, essa ocorrência se deve à transmissão do patrimônio indivisível e ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (SEYFERTH, 2009, p. 286).

A existência de famílias numerosas era conciliável com a necessidade de mão de obra para a execução das atividades agrícolas e a criação de animais e, nesse agrupamento familiar, havia a convivência de três gerações compartilhando o mesmo espaço de produção e de vivência (STROPASOLAS, 2006) e com papel importante na transmissão do patrimônio sociocultural intergeracional (WOORTMANN, 1995; WANDERLEY, 1999). A terra não é somente um bem mercantil, mas um patrimônio moral, e o trabalho se reveste de valor ético, qualidade que Woortmann (1990) chama de campesinidade e Woortmann (1995), de família-tronco.

Conforme Tedesco (1999), o saber fazer técnico, a organização do processo de

trabalho e o entendimento sobre o dinamismo e o equilíbrio da natureza fazem parte da subjetividade do *ethos* de colono, em que os valores, os costumes, os conhecimentos e a cultura das gerações ancestrais são transmitidos às gerações seguintes e incorporados ao ambiente familiar. Compreender como os atores rurais em propriedades intergeracionais se organizam diante das novas exigências do mercado capitalista é importante para assimilar as dinâmicas do desenvolvimento local e regional.

A coexistência geracional em uma família com avós, pais e filhos pode apresentar diferenças em relação às concepções culturais e sociais de cada geração, mas é importante destacar que as aprendizagens que são transmitidas de uma geração para a outra refletem uma relação de confiança e formam uma base para a formação do indivíduo. Conforme Lisboa et al. (2007, p. 53), é “de geração em geração que reconhecemos as tradições familiares ancoradas, às vezes, nos mais rígidos e inflexíveis hábitos e atitudes do cotidiano, garantindo a sobrevivência do grupo em meio as transformações sociais e econômicas da sociedade”. Cada geração tem um momento com vivências e experiências singulares, e a coexistência entre elas permite aprendizagens

individuais e grupais que direcionam os membros da unidade familiar para os objetivos propostos.

Para Motta e Weller (2010), reconstruir as trajetórias sociais das gerações anteriores é relevante para entender as ações das novas gerações, principalmente os novos desafios a eles impostos. Cada família faz sua transição em um determinado momento, e “a abordagem das relações sociais a partir das posições geracionais significa uma análise inescapável de trajetórias sociais no tempo; no tempo existencial dos indivíduos e no tempo social, coletivo e histórico, portanto, tanto de tendências a mudanças como a permanências” (MOTTA; WELLER, 2010, p. 177).

Nas propriedades intergeracionais, como em outras propriedades, há alguns aspectos que permeiam e explicam a divisão do trabalho, principalmente entre gênero. Sobre essa divisão, alguns estudos dizem que as mulheres, as crianças e os jovens ocupam posição subordinada em relação ao trabalho, e que este geralmente aparece como ajuda (BRUMER, 2004). Normalmente, às mulheres cabe a realização de trabalhos considerados leves e, aos homens, cabe o trabalho mais pesado (PAULILO, 1987). Nessa análise, a autora conclui que o trabalho é considerado leve

(com remuneração baixa) não pelas características do trabalho em si, mas por quem é executado, no caso, avaliando a posição hierárquica das pessoas que executam as atividades dentro da unidade familiar (PAULILO, 1987). Ao mesmo tempo que a família é a proprietária dos meios de produção, a execução dos trabalhos ocorre a partir da força dos membros da família (WANDERLEY, 2000; 2003) – destacando-se que vivemos em uma sociedade que atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família (BRUMER, 2004).

As atividades executadas pelas mulheres no meio rural estão relacionadas aos trabalhos com a horta, aos cuidados com os animais (alimentação, limpeza e ordenha), ao processamento dos produtos agrícolas e à produção dos alimentos para o autoconsumo (SILVA; SCHNEIDER, 2010), entendendo-se que as habilidades femininas são fundamentais para a execução dessas atividades. Há que se considerar que a produção de alimentos para o autoconsumo tem que ser vista como uma complementação da renda e é fator importante na gestão econômica da propriedade. Segundo Tedesco (1999a), é evidente a importância econômica do trabalho da mulher na unidade produtiva mesmo que esse trabalho não seja

quantificado em horas e nem seja remunerado.

Contudo, em relação ao trabalho, há que se considerar que a mulher vem conquistando espaço, tanto na esfera pública quanto na doméstica, o que vem sendo observado também no meio rural pela proximidade com o modo de vida urbano e pela ampliação das atividades não agrícolas no campo (CARNEIRO, 2001). Isso oportuniza a abertura de novos espaços entre os indivíduos e a família e “surte efeito nas relações sociais de gênero e na posição da mulher na sociedade” (CARNEIRO, 2001, p. 42).

Segundo as Nações Unidas no Brasil (FAO, 2018), a contribuição das mulheres é fundamental para o desenvolvimento da sociedade no que se refere à segurança alimentar e nutricional da população. Porém, o mundo precisa enfrentar as desigualdades de gênero, especialmente aquelas existentes no meio rural. As Nações Unidas no Brasil (FAO) reconhecem a importância de igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres rurais, que, quando têm o poder de decidir, beneficiam toda a sociedade (FAO, 2018).

2.1 Percepções sobre desenvolvimento sustentável no meio rural

O processo de modernização¹² da agricultura, que, no Brasil, começou nos anos 1960 e 1970, também conhecido como Revolução Verde, teve como objetivo elevar a produtividade do trabalho e o crescimento global da produção de alimentos. Esse pacote teve como base o incentivo à mecanização da agricultura com a inserção de novas tecnologias e máquinas que foram incorporadas ao processo produtivo (HERRERA, 2012).

A partir desse novo padrão de desenvolvimento agrícola, ocorreram mudanças ambientais significativas no meio rural. Segundo Almeida (2011, p. 28), “entre os efeitos ambientais estão a contaminação química (solo, água, ser humano, etc.), o desmatamento, a degradação do solo, a poluição do ar e a perda da diversidade biológica”, e a “utilização de grandes quantidades de insumos químicos talvez tenha sido uma das maiores implicações negativas para o meio ambiente”.

¹² A modernização agrícola se refere a um processo de modificações ocorridas nas relações sociais de produção que engloba a introdução de máquinas e insumos e tende a seguir o modo capitalista e as grandes indústrias conhecido como Revolução Verde (HERRERA, 2012; SANTOS et al., 2014).

Para Santos et al. (2014), houve um aumento na utilização de insumos agrícolas e maquinários, com alta extração dos recursos naturais, e, como consequência, prejuízo à saúde e desequilíbrio no meio ambiente. Segundo as autoras, “a modernização da agricultura trouxe alterações nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional” (SANTOS et al., 2014, p. 34). Da produção de alimentos para subsistência e comercialização de algum excedente, passou-se a valorizar o capital e a comercialização. Essa reestruturação desarticula a forma tradicional do uso da terra; essa prática foi sendo substituída, insumos agrícolas foram sendo inseridos e “os impactos sociais com essas transformações foram intensos” (NEUMANN et al., 2016, p. 192).

Nos últimos anos, a conceituação de desenvolvimento sustentável vem sendo discutida e utilizada nas mais diferentes instituições, em espaços acadêmicos, nas mídias e organizações. Vários são os entendimentos e as reflexões sobre esse tema. Machado (2006), por exemplo, entende que, de um lado, há quem diga que o desenvolvimento sustentável possa ser um caminho para a instauração de uma nova racionalidade econômica que pode oferecer respostas às adversidades geradas

pelo capitalismo e, de outro, há os que acreditam que seja uma ideologia que busca mascarar os efeitos promovidos pelo capitalismo.

Pensar em um desenvolvimento sustentável é adequar a sociedade considerando as dimensões ambiental, econômica e social. Para Nascimento (2012, p. 55-56), na dimensão ambiental, o sistema de produção e o consumo precisam garantir que o ecossistema tenha a capacidade de reconstrução. Na dimensão econômica, é importante o aumento da eficiência da produção e do consumo com garantia da continuidade dos recursos naturais. Na dimensão social, todos os cidadãos devem ter a garantia de, no mínimo, viver com os recursos naturais necessários sem prejudicar os outros.

Como na agricultura a produção é largamente dependente da natureza e se assenta em “deseconomias de escala”, somente os próprios produtores/trabalhadores conseguem fazer ajustes constantes nos processos de produção (SCHNEIDER, 2010, p. 526) – apenas um equilíbrio entre meio ambiente e ser humano pode contribuir para a preservação da biodiversidade local.

Em relação a uma agricultura sustentável, com práticas de preservação ambiental, Santos et al. (2014) destacam

que apresenta alguns elementos, como: “uma produção estável e eficiente dos recursos produtivos, a segurança e autossuficiência alimentar, o uso de práticas de manejo agroecológico, a preservação da agricultura familiar e da cultura local, da autogestão e participação dos agricultores, bem como a conservação e recuperação dos recursos naturais” (SANTOS et al., 2014, p. 38).

Na busca pela sustentabilidade na agricultura, uma alternativa é a transição do modelo convencional para um modelo sustentável por meio da agroecologia¹³. “Atualmente, tanto a agricultura quanto a produção alimentar tendem a ser cada vez mais influenciadas por pressões que resultam do seu relacionamento com o meio ambiente” (VEIGA, 1996, p. 388), e o “fortalecimento dos papéis desempenhados pelos grandes grupos, como mulheres, povos indígenas e outros, é fundamental e pode contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável”

¹³ Neste artigo, não é objetivo aprofundar o tema sobre agroecologia. Para maiores informações sobre o tema, consultar: “A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável” (2017). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805%3Aa-politica-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-no-brasil&catid=400%3A2017&directory=1&Itemid=1

(FAO, 2017). Dias et al. (2015) ressaltam que:

Movimentos de agricultura alternativos ao convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos têm tido um reconhecimento cada vez maior (DIAS et al., 2015, p. 164).

Diante disso, os diversos atores envolvidos com o processo de produção e consumo de alimentos necessitam constantemente de diálogos para buscar estratégias que minimizem os impactos ambientais em decorrência do uso inadequado de produtos químicos que, a cada dia, expõem a população, deixando-a vulnerável a problemas de saúde.

2.2 A pluriatividade no meio rural

Constata-se que, nas últimas décadas, um novo cenário vem-se apresentando no meio rural com algumas distinções entre agricultura e espaço rural. A partir de 1990, tem ocorrido um crescimento significativo de pessoas que residem no meio rural e se ocupam de atividades não agrícolas, reforçando que, além da produção de alimentos e matéria-prima, o meio rural também é um espaço de moradia, de lazer e de identidade cultural (SCHNEIDER, 2005).

A agricultura familiar não é uma categoria recente: traz características do campesinato e, devido à abrangência e ao significado que lhe foi atribuído nos últimos anos, caracteriza um novo retrato do meio rural, com novos personagens que diferem do camponês tradicional (WANDERLEY, 1996), mas que mantêm uma história que é social, cultural e economicamente construída nesse espaço (TEDESCO, 1999).

Diante de mudanças na estrutura organizacional das famílias rurais, a inserção de atividades não agrícolas e a possibilidade de desenvolver outras funções contribuem para as relações econômicas e sociais dos membros familiares. Segundo Schneider (2010):

[...] emerge no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas. O rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades (SCHNEIDER, 2010, p. 521).

Graziano da Silva, em 1997, já ressaltava um novo rural brasileiro que estava emergindo devido às transformações econômicas, sociais e políticas que vêm ocorrendo na sociedade, com uma combinação de atividades entre

urbano e rural, como resultado do processo de industrialização e transformação da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Para Schneider (2005), “as famílias se tornam pluriativas quando, no interior delas, existe a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem [...]” (SCHNEIDER, 2005, p. 3). Para Wanderley (2003), a pluriatividade seria “[...] uma estratégia da família com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2003, p. 52).

A inserção de atividades não agrícolas no meio rural emerge como alternativa importante para a reprodução social e econômica nas famílias rurais, além de promover mudanças no papel representativo da mulher e do jovem dentro da unidade familiar. Silva e Schneider (2010), ao estudarem sobre a influência da pluriatividade em famílias rurais de municípios do Rio Grande do Sul, relatam que a valorização da mulher se dá em decorrência da sua entrada no mercado de trabalho, e a pluriatividade entra como

uma alternativa de socialização e de autonomia, principalmente para homens e

mulheres, ao executarem essas atividades fora da propriedade.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O campesinato é uma forma social de produção com dedicação para garantir a subsistência familiar, diversificação produtiva e aplicação da alternatividade (WANDERLEY, 2003). No período referenciado como a primeira geração, a produção dos alimentos era mais diversificada, sendo, preferencialmente, para atender a subsistência familiar. A comercialização dos alimentos produzidos ocorria a partir do seu excedente na propriedade, e os recursos obtidos com essa venda se destinavam à aquisição de produtos e/ou utensílios necessários e não produzidos na propriedade. Quando possível, com uma produção maior, adquiriam-se novas terras, que seriam utilizadas para o aumento da produção. Na geração dos pais, identificou-se a entrada de outras culturas, bem como a inserção de novas atividades no meio rural, principalmente a integração com agroindústrias nas atividades de suinocultura, avicultura e plantio de soja, em escala maior, e com objetivo de comercialização. Em relação à atualidade, representada pela geração dos jovens, percebe-se um novo olhar para o meio

rural, com a possibilidade de agregação de valor aos produtos da agricultura, principalmente em atividades como: agroindústria familiar, turismo rural, piscicultura e a produção de olerícolas.

No Quadro 1, é possível observar mudanças significativas nas atividades desenvolvidas e nos alimentos produzidos em cada uma das gerações estudadas. A primeira geração de agricultores (avós) produzia alimentos para o consumo familiar e iniciou um processo de comercialização do excedente para adquirir mantimentos e insumos necessários ao fortalecimento da unidade. A partir da segunda geração (pais) de agricultores, surge um novo modelo de sistema produtivo, que introduz maquinários, insumos e tecnologias e adentra a integração com agroindústrias e outras possibilidades para o meio rural. Algumas alternativas permitiram o aumento da renda nas unidades familiares, contribuindo para a reprodução social e oportunizando que a terceira geração (jovens) permaneça no campo com renda e qualidade de vida.

A autossuficiência dos agricultores em relação à produção de alimentos para o autoconsumo é muito valorizada pelos integrantes da família. Apesar de ter diminuído em relação à geração dos avós, a produção desses alimentos apresenta, atualmente, viabilidade econômica, cultural e socioambiental. Ao produzir alimentos para o autoconsumo, o agricultor deixa de adquiri-los fora da propriedade, não necessitando do dispêndio de recursos para a sua aquisição e proporcionando maior segurança alimentar e nutricional ao grupo familiar por produzir e consumir alimentos com qualidade e sem utilização de agroquímicos (GRISA, 2007; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

Outra característica importante no meio rural é a vida comunitária, em que os sujeitos constroem as relações pessoais e interpessoais e a noção de pertencimento a um determinado grupo social – os valores da reciprocidade e solidariedade presentes na geração dos avós fortaleciam as vivências comunitárias e os vínculos entre vizinhos e parentes.

Conforme Dorigon e Renk (2013), a sociabilidade foi uma característica marcante no período de colonização no oeste catarinense e também no Rio Grande do Sul pelo vínculo entre vizinhos e parentes na troca de mão de obra e

visitação, principalmente, em comunidades novas. Essa ajuda mútua estava relacionada às necessidades das famílias e à forma de compartilhamento de recursos e troca de produtos, como grãos e alimentos (DORIGON; RENK, 2013). O oeste catarinense se diferencia das demais regiões do país pela vida comunitária, que contribui para a manutenção das populações rurais com qualidade de vida e a construção dos seus projetos de desenvolvimento (DORIGON; RENK, 2013). A vida comunitária expressa na geração dos avós também pode ser representada pela prática dos puxirões¹⁴, observada nos relatos a seguir:

Fazia o puxirão, daí fazia numa casa, ajudava colhe as coisas, fazia o almoço pra todo mundo, era divertido aquela época, polenta, massa, carneava um porco, dividia com os vizinhos, e quando eles matavam eles devolviam, fazia o salame e deixava no porão, ele mofava e ficava bom (N., 74 anos).

¹⁴ O termo puxirão (utilizado pelos agricultores) se refere a mutirão e é uma forma de trabalho coletivo que reúne parentes, amigos, vizinhos e compadres para a realização de determinada tarefa agrícola ou da indústria doméstica que termina em festa, comida, bebida e, muitas vezes, em dança (CANDIDO, 1964).

Quadro 1. Alimentos e atividades desenvolvidas pelas três gerações.

Famílias	Alimentos e atividades desenvolvidas na geração dos avós	Alimentos e atividades desenvolvidas na geração dos pais	Alimentos e atividades desenvolvidas na geração dos jovens
Família 1	Milho, feijão, trigo, suínos	Milho, soja, avicultura	Horticultura
Família 2	Milho, feijão, trigo, cebola, mandioca, batatinha, batata-doce	Milho, feijão	Bovinocultura de leite, milho, soja
Família 3	Milho, arroz, soja, galinha, ovos	Bovinocultura de leite, milho, soja	Avicultura, soja, milho, bovinocultura de corte
Família 4	Galinhas caipiras, suínos, batata-doce, ovos, leite	Soja, milho, trigo, avicultura, erva-mate, suinocultura, bovinocultura de leite	Avicultura, bovinocultura de leite, soja, milho
Família 5	Trigo, milho, açúcar mascavo, apicultura, arroz, banha	Suinocultura, milho, horticultura, produção de queijos	Horticultura, produção de queijos
Família 6	Mandioca, milho, erva-mate, feijão	Milho, soja, feijão, mandioca	Milho, soja, turismo rural (camping)
Família 7	Milho, feijão, arroz, soja, pipoca, mandioca, cana-de-açúcar	Milho, soja, feijão, arroz	Avicultura, milho, apicultura, arroz, feijão, mandioca, batata-doce, bovinocultura de leite
Família 8	Trigo, feijão, soja, milho, arroz (para o consumo), pipoca, açúcar mascavo	Milho, soja, feijão, arroz, avicultura, suinocultura	Piscicultura, milho, soja, suinocultura, agroindústria familiar (processamento de carne suína)
Família 9	Milho, mandioca, trigo, suínos	Suinocultura, soja, milho, bovinocultura de corte	Grãos, bovinocultura de corte, arroz, feijão, apicultura, mandioca, batata, avicultura
Família 10	Milho, feijão, arroz, trigo,	Bovinocultura de leite, fumo, trigo, soja, milho, feijão	Avicultura, bovinocultura de leite, grãos para silagem, fumo

Fonte: dados levantados na pesquisa de campo (2018).

A prática de solidariedade e reciprocidade demonstrada na geração dos avós se manteve por um período na geração dos pais, porém, em menor proporção. Atualmente, os agricultores mais jovens consideram importante a

promoção dessa cultura no meio rural em decorrência da pouca disponibilidade de mão de obra no campo por avaliarem que essa prática fortalece os vínculos sociais entre parentes e vizinhos e também por valorizarem as representações simbólicas e as práticas associadas à geração passada.

Em relação à alimentação, há uma preocupação em preservar as características da agricultura no que se refere às práticas alimentares, arraigadas em uma determinada cultura na qual os costumes alimentares estão contidos nas práticas que preservam a experiência sociocultural dos indivíduos, e essas práticas são transmitidas de geração a geração (GARCIA, 2005).

Na discussão sobre os alimentos consumidos na geração dos avós e os alimentos consumidos hoje, há que se destacar que cada família possui uma alimentação seguindo os seus valores, costumes, cultura e, principalmente, a disponibilidade desses alimentos. Para Menasche (2007), os costumes de determinados grupos sociais e a escolha dos alimentos dependem da cultura – a comida é um alimento transformado pela cultura.

Por meio da alimentação, reflete-se a identidade de um grupo e o sentimento de pertencimento a esse grupo que desponta

na memória cultural alimentar (MENASCHE, 2007). Essa memória faz com que os avós se recordem da alimentação daquela época: “[...] a gente fazia tudo coisa caseira e juntava até radiche do mato, cozinhava temperava com toucinho de porco assim que a gente carneava em casa e comia com polenta, mas aquilo, me dá até água na boca de tanto que a gente gostava e comia” (D., 72 anos). Ainda sobre a memória alimentar Amon e Menasche (2008) discorrem que as lembranças dessas comidas recordam o modo de elaboração tradicional dos pratos em que o saber-fazer e a utilização de alguns utensílios são categóricos para o preparo da comida.

Ao mesmo tempo que o padrão alimentar de algumas famílias rurais se mantém pelas características culturais e os costumes herdados das gerações ancestrais, em outras famílias, há inovações com novas práticas alimentares que transformam identidades e percepções de diferentes sujeitos. Comparando as gerações passadas com as gerações atuais, percebe-se que as mudanças são relevantes, sobretudo, no consumo de produtos industrializados. Essas mudanças ficam evidentes no depoimento de uma jovem, que destaca que “hoje a maioria dos alimentos que as pessoas consomem é

industrializado e que na época da vó, não compravam tanto, e hoje tudo o que as pessoas veem eles querem comprar, e isso acaba prejudicando a saúde” (R., 17anos). Essa percepção demonstra uma preocupação referente aos tipos de alimentos que estão sendo consumidos. A geração dos jovens tem a clareza de que a alimentação na época dos seus avós era mais saudável do que a alimentação atual e considera que as mudanças nos hábitos alimentares estão relacionadas à influência do estilo de vida e à tendência à modernização da alimentação, o que Amon e Menasche (2008, p. 18) dizem ser o “símbolo de modernidade”.

Uma expressiva ascensão de consumidores busca o consumo de produtos naturais e orgânicos que possam proporcionar saúde e bem-estar às pessoas; com isso, há uma tendência voltada à sustentabilidade em relação ao modelo de produção que vem sendo utilizado por alguns agricultores, principalmente pela geração dos jovens. Porém, ainda é uma parcela pequena que opta pela produção orgânica. Ao produzir alimentos nesse sistema, o agricultor tem maior autonomia por não depender de insumos externos e por ser uma alternativa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. Em uma das propriedades

estudadas, há um destaque para a produção orgânica, com uma diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo e para a comercialização. Os relatos a seguir demonstram a percepção de produzir alimentos pensando em propostas de desenvolvimento sustentável:

[...] eu vejo que a nossa produção respeita muito o meio ambiente assim, a gente trabalha não contra, e não tirando os recursos, mas a gente trabalha junto com eles, a gente aproveita a nossa propriedade, mas também para ter mais para a frente (J., 23 anos).

Produzir alimentos eu acho excelente, muitas pessoas dizem que nós temos um privilégio de estar morando aqui, e eu acredito que realmente é isso, porque quem que tem o privilégio de plantar alguma coisa e comer ao natural, ali mesmo, e isso é o bom, porque nós temos espaço suficiente para plantar, produzir e comer o que a gente quiser. Eu acho que é muito bom também para as gerações futuras, o quanto mais natural possível, melhor ainda (D., 17 anos).

Nesse sistema de produção, a preservação da biodiversidade é maior em comparação àquelas com o sistema produtivo convencional, com uma relação diferente na utilização dos recursos naturais. Também se constatou que o processo de diálogo e interação está mais avançado entre os membros familiares com participação ativa de jovens e mulheres. Ao produzir alimentos nesse sistema mais ecológico, há uma preocupação de garantir a sustentabilidade econômica, ambiental e

social, conforme demonstram relatos dos entrevistados:

[...] dá para produzi sem agrotóxico, nós, já são 20 anos que temos o orgânico, produzir um alimento mais limpo, mais saudável, sem agrotóxico, porque é melhor para a saúde das pessoas (T., 71 anos).

Ali que está a grande diferença, a natureza, a terra, a água, o grande diferencial está aí, sem agredir o meio ambiente, sem uso de agrotóxico, de inseticida. Antes a gente fazia a cultura, a gente estragava as nascentes, não tinha esse cuidado com a natureza, então, eu acho que a produção consciente, a produção olhando o que nos cerca é melhor. Nós recebemos uma terra maravilhosa, e veio dos nossos avós, dos nossos pais, e vamos ver mais duas três gerações para frente, os nossos filhos, os que vão vir ainda, então eu acho que a obrigação nossa é deixar um planeta, uma terra, com vida para eles, e não destruir tudo (O., 50 anos).

Conforme meus pais foram produzindo os produtos orgânicos, eles foram me incentivando e me dando para passar isso adiante, eu vejo que a nossa produção hoje respeita muito o meio ambiente, a gente não trabalha contra, e não tirando os recursos, mas a gente trabalha junto com eles, a gente aproveita a nossa propriedade para poder ter mais para a frente. A gente comercializa nos supermercados, na feira, tem um contato bem grande com o consumidor, nosso produto, ele é mais valorizado, mas ele também tem um custo muito maior para produzir. Por cuidar da natureza, talvez esse seja o principal fator da gente ter um preço maior nele, produz pouca em determinada área e o quanto a gente perde (J., 23 anos).

A geração atual mantém uma percepção em relação a preservação ambiental e sustentabilidade pautada em exigências legais e na preocupação em preservar para as gerações futuras. Através de práticas produtivas que não agredam o meio ambiente, com manutenção e preservação dos recursos naturais e o

mínimo de impacto ambiental, as novas gerações procuram integrar aspectos econômicos e sociais ao ambiental.

Em relação à percepção de preservação ambiental constatada na geração dos avós, vemos uma reflexão sobre um passado idealizado, em que as ações de transformações nas paisagens naturais através dos desmatamentos não eram vistas como impacto ambiental, mas, sim, como necessárias à colonização do território, conforme o relato do agricultor: “Tirava do meio ambiente só aquilo que precisava, árvore para fazer as casas” (J., 85 anos). Essa percepção pode ser vista como uma memória idealizada e medida pelos valores de preservação ambiental atuais. Bublitz (2006, 2008), em seus estudos sobre história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul, aborda os impactos ambientais no processo de colonização europeia e as relações estabelecidas entre sociedade e natureza, relatando que essa colonização promoveu mudanças significativas nas florestas existentes naquela região.

Não diferente, esse processo também ocorreu em Santa Catarina, principalmente na região oeste, onde muitos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul se instalaram. Esses imigrantes, ao realizarem o desmatamento, abriram fronteiras para

novas lavouras, utilizando-se de um solo mais fértil e proporcionando uma maior produção (BUBLITZ, 2006.) Historicamente, a colonização foi o período de maior desmatamento no sul do país. Do ponto de vista governamental, não houve uma preocupação efetiva em relação ao meio ambiente, e o desmatamento teve um novo significado a partir do momento em que os colonos ali se estabeleceram e empreenderam o que Bublitz (2008, p. 215) chama de “desmatamento civilizador”.

Em relação ao trabalho que as mulheres desempenham, nas famílias estudadas, na geração das avós, as mulheres tinham o papel de provedoras na constituição e nos cuidados com a família – era frequente trabalharem até poucos momentos antes do nascimento dos filhos (STROPASOLAS, 2006). “As mulheres tinham um cotidiano duro; além de todo o trabalho na unidade produtiva, também tinham inúmeras gestações e partos e conciliavam as gestações com as demais atividades” (SILIPRANDI; CILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 574).

Nas famílias estudadas, as mulheres exercem o domínio sobre a produção e a diversificação de alimentos para o consumo familiar, trabalho que, muitas vezes, é dividido com a avó, quando essa

dispõe de saúde para contribuir nas atividades. Além do plantio e da manutenção das hortas e dos pomares domésticos, as mulheres também são as responsáveis pelo preparo das refeições, dos alimentos na cozinha e ainda se dedicam ao preparo de compotas, chimias e conservas/picles. Nessa produção, além de fortalecer o autoconsumo familiar, há um fortalecimento econômico da propriedade com uma dupla economia: não se gasta na aquisição da comida e nem com a aquisição de remédios, pois se preza por alimentos saudáveis e, conseqüentemente, uma boa saúde.

A participação efetiva das mulheres nas atividades desenvolvidas no meio rural vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Além das responsabilidades na produção de alimentos para o consumo, na organização doméstica e na educação dos filhos, elas desenvolvem atividades que contribuem para sua realização pessoal e profissional, bem como alternativa extra de renda para a unidade familiar. Para as mulheres, desenvolver atividades não agrícolas, além de reconstruir seu papel na unidade familiar, fortalece sua autonomia e seu reconhecimento a partir da busca e da realização profissional (SILVA; SCHNEIDER, 2010), ainda que tenham que exercer dupla jornada, conciliando os

afazeres de casa com o trabalho não agrícola. Segundo Wanderley (2003, p. 53), é como se a mulher “tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor”.

Quanto à participação nas tomadas de decisões na propriedade em decorrência da existência das três gerações, constatou-se que, em anos anteriores, as decisões eram tomadas sem muito diálogo familiar, prevalecendo as opiniões e decisões do patriarca, como observado no relato: “antigamente as decisões era mais centralizada na figura do homem, meu pai. Não conversavam muito, não pedia opiniões para tomar as decisões, a prova aí que a gente deu umas erradas, cometeu alguns equívocos” (O., 50 anos). Esse depoimento corrobora Woortmann e Woortmann (1997), que destacam que “há em muitas propriedades uma forte prevalência da concepção do pai-patrão, onde ele é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13). Já em relação à atualidade, o agricultor relata que, “hoje, as decisões são tomadas no coletivo, no grupo, não é só o pai, ou a mãe, a decisão é no coletivo, é a família que decide, ah, vamos fazer isso,

vamos fazer aquilo, e a decisão é tomada em conjunto” (O., 50 anos).

Essa compreensão não acontece na maioria das famílias; ocorre, principalmente, nas propriedades em que o processo estrutural e econômico familiar está mais organizado e nas quais os jovens já participam das decisões. É preciso, portanto, construir um movimento dialético para avançar na construção desse processo com as famílias rurais, pois os jovens precisam sentir-se parte das discussões e decisões da família. Por mais que os pais afirmem que os filhos/as “jovens” participem do processo de discussão, ainda é notório que a decisão final é a do pai.

Um ponto relevante que convém destacar é que em 70% das famílias entrevistadas há um membro familiar que desenvolve outras atividades além das agrícolas. Conforme aponta o Quadro 2, em virtude disso, há uma organização interna de trabalho na propriedade em que, em algumas atividades, as atribuições são divididas e, em outras, há uma espécie de trabalho cooperativo entre os membros familiares. As atividades agropecuárias, geralmente, são coordenadas pelo pai e executadas com o filho. Nas propriedades integradas com agroindústrias, as atividades de criação de suínos e/ou aves, normalmente, ficam sob a responsabilidade

do jovem, que, segundo o pai, tem maior facilidade de compreensão nas orientações

efetuadas pelos técnicos da empresa integradora.

Quadro 2. Atividades agrícolas e a pluriatividade das famílias no meio rural.

Famílias estudadas	Atividades agrícolas atualmente	Pluriatividade das famílias no meio rural
Família 1	Horticultura	Bombeiro
Família 2	Bovinocultura de leite, milho, soja	Jovem trabalha como menor aprendiz
Família 3	Avicultura, soja, milho, bovinocultura de corte	–
Família 4	Avicultura, bovinocultura de leite, soja, milho	Professor/a
Família 5	Horticultura, produção de queijos	Processamento de frutas e leite; jogador de futebol
Família 6	Milho, soja, turismo rural (camping)	Turismo rural (camping)
Família 7	Avicultura, milho, arroz, feijão, mandioca, batata, apicultura, bovinocultura de leite	–
Família 8	Piscicultura, milho, soja, suinocultura, agroindústria familiar (processamento de carne suína)	Agroindústria familiar com processamento de carne suína; prestador/a de serviço
Família 9	Grãos, bovinocultura de corte, arroz, apicultura, feijão, mandioca, batata, avicultura	–
Família 10	Avicultura, bovinocultura de leite, grãos para silagem, fumo	Zelador/a; mecânico

Fonte: dados levantados na pesquisa de campo (2018).

A oportunidade de conciliar as atividades agrícolas com as não agrícolas promove autonomia no grupo familiar, em relação ao processo produtivo, e nas relações socioculturais. Essa alternativa de renda contribui para reorganizar o viés econômico da unidade familiar e condicionar uma garantia de permanência e continuidade no meio rural. Dentre as

atividades internas, destacam-se o turismo rural, a agroindústria familiar, bem como os trabalhos externos à propriedade, como bombeiro, mecânico industrial, prestador de serviços, jogador de futebol, entre outros, que contribuem para a agregação de valor econômico à família e também para a promoção da autoestima.

Outra análise importante que cabe destacar são as atividades intensivas que vêm sendo desenvolvidas no meio rural. A piscicultura é uma delas, inserindo-se como uma nova alternativa na propriedade com expectativas de rentabilidade e oportunidade aos agricultores, como observamos no relato a seguir: “nessa parte dos peixes, a expectativa é boa né, a gente tem um plano de crescimento” (R., 26 anos). Ao mesmo tempo que é vista como uma oportunidade, também é considerada pelo jovem como decisória para a continuidade da atividade e/ou permanência no meio rural: “Se der tudo certo, sim, senão, eu já trabalhei fora, já trabalhei de pedreiro e, se caso alguma coisa der errado, a gente volta de novo para esse ramo, volta para a cidade, mas sempre querendo ficar, morar no interior, mas se precisa a gente tem que buscar né” (R., 26 anos). O relato do jovem, que diz que se a atividade não der certo ele vai trabalhar como pedreiro, reafirma a consideração de Brummer (2004), que ressalta que a construção civil é um setor que absorve uma parte considerável dos emigrantes rurais do sexo masculino por demandar uma mão de obra pouco especializada.

As atividades pluriativas crescem em decorrência de uma modernidade no meio rural e também pelo fato de haver uma

divisão social e familiar do trabalho, principalmente em relação à questão de gênero envolvendo aspectos culturais e econômicos (SCHNEIDER, 2005). A pluriatividade abre um leque de possibilidades em que as mulheres podem inserir-se, demonstrar habilidades e ter sua própria renda.

O desenvolvimento de outras funções pelos filhos, tanto internas quanto externas à propriedade, na maioria das vezes, contribui para a complementação de renda da unidade familiar e também para a individualização e para a busca da autonomia do jovem. Já para as mulheres, pode gerar renda e contribuir com as despesas domésticas, mas, ao mesmo tempo, também pode promover um distanciamento na relação familiar (WANDERLEY, 2003).

Diante das inúmeras oportunidades apresentadas, enfatiza-se a preocupação de que os atores do meio rural precisam estar sempre em constante absorção de informações e conhecimentos, pois esse espaço mudou significativamente de uma geração para a outra, exigindo adaptações constantes. Para enfatizar o exposto anteriormente, pode-se observar a fala de um agricultor que relata as mudanças de percepções dos atores no meio rural:

[...] eu acho que dá segurança pra ter

sequência, eles tinham uma maneira (referindo-se aos seus pais) a gente foi evoluindo, a gente é um ser e tá sempre evoluindo, se transformando, né, dá pra aplicar também na atividade, no tempo da minha mãe, do meu tempo que trabalhei, do meu filho também, é sequência, é continuação de uma vida, de um processo, sei lá, sabendo que a agricultura evoluiu bastante, bastante tecnologia, mas a gente tá sempre apto para absorver, para entender e aplicar também (O., 50 anos).

O agricultor é um ator social que passa por vivências de transformações pessoais e profissionais na unidade de

produção, buscando aperfeiçoar-se e adequar-se às estratégias de sobrevivência a partir das exigências da sociedade na qual está inserido. Contudo, é um ator que associa as experiências vivenciadas em diferentes gerações e apropria-se delas para fortalecer a sua própria identidade cultural e também a dos membros do seu grupo familiar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de que o meio rural é um ambiente com predominância de atividades essencialmente agrícolas passou por modificações nas últimas décadas. Atualmente, nesse espaço, muitas famílias ainda mantêm uma maneira de viver que é peculiar, preservando valores, saberes e representações histórico-sociais que são transmitidas às gerações seguintes; porém, inseriram-se em um contexto rural moderno, adaptando-se às novas formas de produção e inserindo outras atividades na propriedade. Essas conclusões não foram e nem são de generalização para todas as famílias agricultoras intergeracionais. O intuito deste trabalho foi conhecer e compreender as percepções de diferentes atores sociais que compartilham, a partir da convivência no mesmo espaço,

experiências vivenciadas em temporalidades diferentes. Procurou-se identificar se a etnografia das gerações anteriores ainda é transmitida de geração a geração, e as considerações aqui relatadas destacam as particularidades das dez famílias rurais de Chapecó estudadas.

Constatou-se que houve mudanças relevantes nas percepções sobre a produção e o consumo de alimentos da geração dos avós até a geração dos jovens. Muitas mudanças se devem às transformações do espaço rural, em função da heterogeneidade da agricultura nas diferentes gerações, à modernização agrícola, ao acesso às políticas públicas de incentivo a melhorias nas atividades desenvolvidas e às novas alternativas que vêm sendo apresentadas no meio rural. Os

jovens estão buscando novas tecnologias que possam proporcionar uma produção de alimentos voltada ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva, diminuindo o uso de agrotóxicos e preservando os recursos naturais disponíveis, contribuindo, assim, para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Além disso, houve uma evolução em relação aos papéis que as mulheres agricultoras desempenharam no passado e desempenham atualmente nas relações de trabalho. Novas alternativas estão sendo identificadas pelo público feminino e a realização de novas atividades dentro e fora da propriedade está proporcionando maior autonomia para a mulher, renda própria, que pode contribuir com as despesas da casa, além de realização profissional. Muitas estão envolvidas em atividades não agrícolas e veem esse trabalho como uma continuidade das atribuições que exercem na família enquanto mães, esposas e donas de casa, relevantes para o desenvolvimento econômico da unidade produtiva e fundamentais para o equilíbrio e a harmonia no lar.

Contudo, a pluriatividade não é para todas as famílias e unidades produtivas. Para algumas, adotar estratégias de junção

de atividades agrícolas com não agrícolas é uma alternativa de reprodução social. Para outras, desenvolver somente atividades agrícolas pode ser uma opção e escolha do grupo familiar. Sabe-se que existem algumas limitações que precisam ser analisadas quando se fala em pluriatividade no meio rural, e essas podem estar relacionadas a vários fatores, como: capacidade familiar de ascensão a essas novas atividades, acesso a educação e formação continuada, localização da propriedade familiar, informações e habilidades necessárias para desenvolver outras atividades, entre outras.

As três gerações de agricultores familiares estudadas não encerram seu ciclo de transmissão e reprodução social/produtiva. O meio e o modo de vida do agricultor, suas vivências sociais e sua maneira de produzir são relevantes para o desenvolvimento rural e para a reprodução social da agricultura familiar.

Diante de todas essas ponderações, constatou-se que os agricultores utilizam-se de várias estratégias que podem contribuir para a continuidade da reprodução social e produtiva das famílias, como: a busca incessante de conhecimentos e/ou capacitação contínua para acompanhar os processos de modernização e as tecnologias disponíveis

para o meio rural; a retomada de práticas de reciprocidade vivenciada nas gerações ancestrais devido à redução de mão de obra nas propriedades; a opção por uma produção voltada à sustentabilidade e que garanta a preservação ambiental e a permanência da biodiversidade; um constante processo de diálogo entre os membros familiares e a inserção de outras atividades e/ou alternativas que contribuam para a permanência dos jovens e mulheres

no meio rural, com possibilidades de valorização do trabalho por meio da agregação de valor aos produtos e, conseqüentemente, aumento de renda e melhor qualidade de vida. Essas estratégias são vistas pelas três gerações como alguns dos caminhos que podem contribuir para o fortalecimento da unidade produtiva e, por conseguinte, para a continuidade da agricultura familiar.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Modernização da agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**. v.11, n.1, jan. /jun. 2008, p.13-21.

BRASIL. **Lei 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 24 out.2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril/2004.

BUBLITZ, J. O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. História.

Unisinos. Vol. 12 Nº 3:207-218, set. dez. 2008.

BUBLITZ, J. Desmatamento Civilizador: A História Ambiental da Colonização Europeia no Rio Grande do Sul (1824-1924). **III Encontro da ANPPAS** Brasília, 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora (Coleção Documentos Brasileiros),1964.

CARNEIRO, M.J. Comida de roça e comida de mercado. In.: Reunião Brasileira de Antropologia, 25. Goiânia, **Anais Goiânia**: ABA, 2006.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2001.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R.S. (orgs.). **Para Além da Produção. Multifuncionalidade e Agricultura**

familiar. Rio de Janeiro/ Brasília: Mauad/CPDA-UFRRJ/NEAD, 2003.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed. 2010, 296 p.

DIAS, V.V; *et al.* O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo v. XVIII, n. 1 p. 61-182. 2015.

DILTHEY, W. **Os tipos de concepção de mundo.** Tradutor Artur Morão. (1992). Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/dilthey_tipos_de_concepcao_do_mundo.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019.

DORIGON, C.; RENK, A. **Juventude rural, produtos coloniais e pluriatividade.** Chapecó: Argos 2013, 95 p.

GARCIA, R.W.D. Alimentação e saúde nas representações e práticas alimentares do comensal urbano. In: CANESQUI, A. M. (Org.); GARCIA, R. V. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos sociais agrícolas,** Rio de Janeiro, 2007, vol. 15, no. 1, p. 89-122. Orien

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. O novo rural brasileiro. **Nova Economia.** Belo horizonte. v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRISA, C. **A produção pro gasto: um estúdio comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** Orientador: Sérgio Schneider. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Piracicaba-SP, vol.52 supl.1, p S125-S146, 2014.

HERRERA, K.M. O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação,** Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan. /abr. 2010.

INGOLD, T. **Humanidade e Animalidade.** Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05.htm. Acesso em: 1 dez. 2016.

INGOLD, T. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento humano. **Revista Ponto Urbe,** São Paulo, n. 3, 2008.

INGOLD, T. Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v.18 n.37, 2012.

LISBOA, A.V.; CARNEIRO, T.F.; JABLONSKI, C.B. Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 51-59, jan./abr. 2007.

MACHADO, V.F. A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92. III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF.

MENASCHE, R. Comida: Alimento transformado pela cultura. In. **Cadernos IHU em formação**. A Ética Alimentar. Como cuidar da saúde e do planeta. Ano 3.n.23. Unisinos. São Leopoldo-RS. 2007. MENEZES, M.A. MARIN, R.A. (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias** Vol. I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, 2009.

MOTTA, A. B.; WELLER W. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2. maio/agosto 2010.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. FAO: **trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo** (Publicado em 16/10/2018). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-a-seguranca-alimentar-no-mundo/>. Acesso em: 9 mar.2019.

NASCIMENTO, E.P.do Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados** 26 (74), 2012.

NEUMANN, E., et. al. **As transformações recentes no espaço rural**

brasileiro: análises do papel do estado nas políticas de desenvolvimento rural das décadas de 1970 a 1990, Curitiba, v.40, p. 191 -208, 2016.

PAULILO, M.I. O peso do trabalho leve. In. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro.v.5. 28, p 64-70. Jan/fev. /1987.

RAMUNDO STADUTO, J.; et al. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 10 (72), 2013, 91-115.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó, Grifos,2000.

SABOURIN, E; CARON, P. Camponeses e Fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In GODOI, E.P.; MENEZES, M.A. MARIN, R.A. (orgs.) **Diversidade do campesinato; expressões e categorias. Vol. II; estratégias de reprodução social**, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, 2009.

SANTOS, C.F.; et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 2. p. 33-52. abr.-jun. 2014.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109. 2005.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp 511-531, julho-setembro/2010

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.

SEYFERTH, G. **Campesinato e o Estado no Brasil**, Mana 17(2): 395-417, 2011.

SEYFERTH, G. Colonização europeia, campesinato e diferenciação cultural no vale do Itajaí (SC). In GODOY, E.p. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R.A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades** v. 1 São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009).

SEYFERTH, G. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **MÉTIS: história & cultura**. v. 11, n. 22, p. 13-39, jul. /dez. 2012

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres Rurais e Políticas Públicas no Brasil, abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In GRISA, C; SCNHEIDER, S. (org.). **Políticas Públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, A.J. *et al.* Contrapontos entre o tradicional e o moderno no rural. **Bol. geogr.** Maringá, v.34, n.2, p.81-97, 2016.

SILVA, C. B.de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207.

STROPASOLAS, V.L. **O mundo rural no horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V.L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**. V.8-n1, março 2011,

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999a.

TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999b.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n 3, p.383-404, 1996.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez.

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora da UFPR n. 2, p. 29-37, jul. /dez. 2000.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, out. 2003: 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WOORTMANN, E.; CAVIGNAC, J.A. (org.) **Ensaio sobre a antropologia da alimentação** [recurso eletrônico]: saberes, dinâmicas e patrimônios, Natal, RN: EDUFRN, 2016.

WOORTMANN, K. **Com Parente Não se Negueia: O Campesinato Como Ordem Moral**. Anuário Antropológico/87. Editora

Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **Série Antropologia**; Brasília, 50, 1985.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec.1995.

WOORTMANN, E.F. Memória alimentar: prescrições e proscritões. *In*

WOORTMANN, E.; CAVIGNAC. J. (org.). **Ensaio sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal, RN: EDUFRRN, 2016.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.



PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM DOM PEDRITO (RS): UM ESTUDO SOBRE IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO, LIMITES E DESAFIOS

*Food acquisition program from Dom Pedrito (RS): a study on implementation,
implementation, limits and challenges*

Mauricio Guazina Lopes¹

Shirley Grazieli da Silva Nascimento²

Daniel Hanke³

Mariana Rockenbach de Ávila⁴

RESUMO

Neste estudo, avaliou-se de que forma ocorreu a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Dom Pedrito (RS). Além disso, buscou-se descrever o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, verificar o potencial do programa para alavancar diversificação produtiva e identificar a percepção dos agricultores sobre o PAA apontando vantagens e desvantagens. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas em profundidade, com um roteiro semiestruturado com questões abertas e fechadas. Fizeram parte do público-alvo gestores e agricultores familiares que atuam no programa. As imersões em campo ocorreram nos meses de fevereiro a abril de 2019. Os dados foram processados e analisados por meio da ferramenta de análise textual de discurso (ATD). Os resultados

¹ Graduado em Tecnologia em Agronegócio - Universidade Federal do Pampa. Endereço eletrônico: mauricio_glopes@hotmail.com

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa, RS, Brasil. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para Agricultura Familiar (NUPEAR/UFPeL). Endereço eletrônico: nascimento.shy@gmail.com

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, RS, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo. Endereço eletrônico: danielhanke@unipampa.edu.br

⁴ Doutora em Zootecnia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora Visitante na Embrapa Clima Temperado, Pelotas, RS. Endereço eletrônico: marianarockenbacha@hotmail.com

apontam a incipiência de abrangência do programa no município em razão da desarticulação do poder público em torno do programa. O retorno dado pelas autoridades não é percebido pelos agricultores, o que pode ser explicado pelo pouco tempo de execução do programa e pelo número baixo de agricultores inseridos. Mesmo assim, evidenciam-se vantagens em razão de agregação de valor aos produtos, aumento da renda e venda certa da produção, o que reflete na qualidade de vida dos agricultores. Ainda que com dificuldades, o programa cumpre sua função primordial, ou seja, a valorização da agricultura familiar.

Palavras-chave: políticas públicas; segurança alimentar; articulação pública.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implementation of the Food Acquisition Program in the municipality of Dom Pedrito, RS. In addition, to describing the profile of the family farmers, to find out which institutions make food purchases through the PPA and the public benefited, and discuss the difficulties that farmers encounter when accessing the program. A semi-structured questionnaire was then used with family farmers who work in the program. The primary data collection occurred with field immersions from February to April 2019. Data were processed and analyzed using the textual analysis of speech (ATD) tool. The results demonstrate an incipience of scope of the program in the municipality, due to the disarticulation of the public power around the program. The return given by the authorities is not perceived by the farmers, and can be explained by the short execution time of the program and the low number of farmers inserted. Even so, has advantages to the aggregation of value to the products, increase of the income and certain sale of the production, reflecting in the quality of life of the farmers, and even with difficulties, fulfilling its primordial function, that is, the valuation of family farming.

Key Words: public policies; food security; public articulation.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira se destaca como uma das mais importantes do mundo em termos de produção e de exportação de alimentos, principalmente grãos, representando uma fonte de alimentos e de matéria-prima para muitos países.

Nesse âmbito, entre os diversos tipos de agricultores e modos de produção, existe a agricultura familiar, considerada como uma categoria social de produção reconhecida pela sociedade brasileira por

suas contribuições materiais e imateriais, sendo encontrada em extensas e importantes regiões do país e há muitos anos, ainda que ameaçada pela falta de políticas públicas e pelo êxodo rural (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

Com o passar do tempo, as discussões sobre a agricultura familiar vêm intensificando-se, tendo em vista a relevância alcançada por esse tipo de produção em termos econômicos, sociais e

políticos. No Brasil, o segmento exerce um importante papel na segurança alimentar e nutricional, na proteção ao meio ambiente, na geração de emprego e renda e no desenvolvimento local. Contudo, as forças despendidas na direção dessa parcela de agricultores familiares não se equivalem ao processo realizado para auxiliar grandes empreendimentos rurais (SILVA; COSTA; GUIMARÃES, 2016).

As noções de desenvolvimento rural fizeram com que, a partir da década de 1980, a agricultura considerada como de pequena escala detivesse maior atenção no que diz respeito às políticas públicas governamentais, pois o segmento foi caracterizado como uma forma de alcançar uma diferente configuração econômica, valorizando não só a questão financeira, mas as de qualidade de vida, trabalho e permanência das pessoas no campo (CORÁ; IZUKA; JUNQUEIRA, 2016).

Analisando o contexto da agricultura familiar no Brasil e as políticas públicas, constata-se que algumas ações foram realizadas para fomentar esse segmento nos últimos anos, como políticas criadas com o intuito de beneficiar os agricultores familiares e que abrangem diferentes características, como o acesso a benefícios sociais por meio da previdência social rural, linhas de crédito para

produção e investimento agrícola por intermédio do PRONAF, compra de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), (SILVA; COSTA; GUIMARÃES, 2016).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), hoje extinto¹⁹, caracterizou o PAA como um programa do governo federal, criado em 2003, para colaborar no enfrentamento da fome no país e no fortalecimento da agricultura familiar, estimulando a agregação de valor de seus produtos por meio do pagamento de um adicional de 30% para os produtos adquiridos pelo governo diretamente dos agricultores, assentados da reforma agrária, indígenas e demais participantes do programa, para que posteriormente fossem distribuídos para a população em condições de vulnerabilidade social (MDA, 2016).

A criação do PAA sinalizou um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à questão da comercialização em sua relação

¹ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto no ano de 2016 pelo governo do Brasil, sendo transformado em uma secretaria de acordo com o Decreto nº. 8.865, de 29 de setembro de 2016.

com as temáticas do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional. Um dos aspectos inovadores desse instrumento de política pública consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas à política agrícola e de segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005).

Este estudo teve por finalidade elucidar como se deu a articulação e a execução do PAA no município, visto que começou a operar em 2018, ou seja, 15 anos após o governo federal ter dado o *start* nacional no programa²⁰. Assim, constituiu uma iniciativa de divulgar e dar publicidade a políticas públicas acerca da agricultura familiar, principalmente o PAA, objeto de estudo desta pesquisa, que exerce função social e econômica extremamente importante para os agricultores familiares e para o desenvolvimento rural e regional de municípios do interior, como Dom Pedrito.

Nesta perspectiva, buscou-se analisar: a) como se deu a implementação do PAA no município; b) o perfil socioeconômico dos agricultores familiares vinculados ao programa; c) o potencial do programa para alavancar diversificação

produtiva; e d) a percepção dos agricultores sobre o PAA, apontando vantagens e desvantagens.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e se deve a três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais, que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer esse setor e a dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 2018).

Freitas, Freitas e Dias (2012) destacam, ainda, que:

[...] a trajetória das discussões em torno da *agricultura familiar* e de seu papel como categoria social e política para a sociedade brasileira. É importante reconhecer que o que se denomina atualmente agricultura familiar sempre existiu como meio de organização do trabalho e da vida nos espaços rurais brasileiros. O termo, no entanto, é ressignificado e ganha

²⁰ Para maiores detalhes, ler art. 19 da Lei n°. 10.696, de 02 de julho de 2003.

relevância como categoria social e política no contexto de mudanças sociais que se desdobram a partir de meados dos anos 1980 (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012, p. 1582).

A agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada, por exemplo, como agricultura de subsistência, de pequena produção e de pobreza rural (BEZERRA; MADALENA, 2017). A partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, e políticas públicas foram criadas e implantadas a seu favor. Destaca-se que, até antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

No Brasil, a partir de 2006, foram definidos alguns critérios que determinam o pertencimento, ou não, de uma produção agrícola a um contexto familiar. De acordo com a Lei nº. 11.326/2006, para ser considerada agricultora familiar, é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais (o que varia conforme o município e a proximidade maior ou menor com as zonas urbana e rural), que seja utilizada predominantemente mão de obra da própria família e que a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao

próprio empreendimento (MACEDO et al., 2014).

De acordo com a Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares:

- (i) Não possuir área maior do que quatro módulos fiscais;
- (ii) A mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar;
- (iii) O maior percentual da renda deve ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Como agricultura familiar tradicional, entende-se, neste estudo, os agricultores enquadrados na Lei Federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, não pertencentes à reforma agrária.

A contribuição da agricultura familiar para a produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agronegócio brasileiro advêm desse setor. Apesar de os estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção

(62%) e da receita (66%) (SERGIO; ABEL, 2013).

Para compreender por que a categoria social agricultura familiar é um fato recente no Brasil e como se situa em relação ao conjunto da estrutura agrária, é preciso retomar um pouco a sua história, mesmo que sinteticamente.

A formação do que hoje se denomina agricultura familiar se inscreve no processo mais geral de formação histórica da estrutura agrária dual que caracteriza a formação social do Brasil. Em larga medida, trata-se de compreender o próprio processo histórico de ocupação territorial e a formação da sociedade brasileira desde o período da colonização portuguesa (SERGIO; ABEL, 2013).

Segundo Veiga et al. (2001), mesmo havendo uma demonstração clara da atividade econômica da agricultura familiar, no Brasil, há necessidade de expansão e fortalecimento dos agricultores familiares, já que a sua consolidação implica tanto atividades rurais e agrícolas quanto não agrícolas, necessárias para o atendimento das demandas locais e do desenvolvimento rural.

2.2 Políticas públicas para segurança alimentar

No Brasil, as primeiras ações governamentais na área da alimentação foram iniciadas na década de 1910, com base no controle de estoques e no tabelamento de preços de alimentos. No entanto, iniciativas de construção de uma política de âmbito nacional, integrada por diferentes instituições e ministérios, são posteriores (BURLANDY, 2009).

Para Freitas, Freitas e Dias (2016), a tendência de mudança de olhares a respeito das políticas públicas se deu da seguinte forma:

Políticas antes voltadas à subsídios agrícolas, ao crédito para financiar a aquisição de “avançados” sistemas tecnológicos e incentivar a produção, estiveram relacionados ao período de modernização da agricultura, no qual desenvolvimento era compreendido como sinônimo de desenvolvimento econômico. Atualmente, com a crise de desenvolvimento consolidado pela modernização, as políticas públicas ganham novos contornos, com especial atenção à forte tendência à participação social, ao foco na agricultura familiar e no acesso à terra. Esses temas dialogaram com a emergência recente da abordagem territorial (FREITAS, FREITAS, DIAS, 2012, p. 1594).

Segundo o que relatam Silva, Grossi e França (2010), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) começou a ser colocada em prática no país durante o governo de Itamar Franco (1993-1994), utilizando como base uma proposta de autoria do Partido dos Trabalhadores (PT) de dois anos antes (1991). Os autores ainda relatam que:

A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, em 1993, colaborou para o surgimento de um movimento social muito amplo, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade e combate à fome. Essa mobilização representou um enorme ganho de legitimidade para o governo, dando vitalidade ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA²¹) recém-criado (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 16).

A partir dos anos 2000, com o surgimento da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o tema ganhou maior atenção devido às várias discussões acerca das consequências da modernização da agricultura relacionada à produção de alimentos e a pequenos agricultores familiares (GONÇALVES et al., 2011). Tal momento colocou em pauta pela primeira vez a importância das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional, dando ênfase à resolução de problemas e às inúmeras causas da insegurança alimentar (PINHEIRO, 2009). Contudo, todas as discussões da época se dissolveram com o tempo e, segundo Silva, Grossi e França (2010, p. 16), hoje, no país, não existe uma política de

segurança alimentar concreta, o que existe, segundo os autores, é:

[...] o crescimento de iniciativas municipais, estaduais e da sociedade civil para atender a população carente. As propostas atuais do governo federal têm caráter meramente localizado e visam, geralmente, à suplementação de renda para famílias pobres, com valores que não são suficientes para eliminar a fome (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010, p. 16).

Mesmo que a realidade do país seja a de não existência de uma política de segurança alimentar rigorosamente delimitada, surgiram, ao longo dos anos, inúmeros decretos e emendas constitucionais (EC) que cada vez mais discutiram os aspectos da insegurança alimentar, como, por exemplo, a EC nº. 64, de fevereiro de 2010, constituída com o intuito de incluir a alimentação como direito social, modificando a atuação do Estado (ALTEMBURG, 2014).

Nessa condição, em que o Estado se torna responsável por garantir a oferta de alimentos adequados aos cidadãos – o que, por meio da legislação, vem sofrendo ajustes com o passar do tempo –, pode-se aferir que cada vez mais a preocupação com a alimentação das pessoas está sendo fortalecida no cenário político do país, buscando colocar em prática um novo método de alimentação no Brasil e tentando modificar os conceitos que a industrialização expôs aos consumidores (ALTEMBURG, 2014).

Os esforços desenvolvidos pelos governos anteriores na tentativa de

²¹ Na atualidade, assistimos à dissolução do CONSEA pelo atual governo. Essa ação representa uma grande perda para a sociedade, pois esse conselho vinha, desde a década de 1980, contribuindo expressivamente para colocar em pauta a importância de consolidar políticas de apoio à segurança alimentar e nutricional.

implantar uma política nacional de segurança alimentar e nutricional contribuíram para a articulação entre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e para os objetivos estratégicos estabelecidos pelo governo no campo do combate à fome e à desnutrição.

O PAA, por exemplo, veio para suprir uma lacuna existente a respeito do apoio à comercialização da agricultura familiar, propiciando a milhares de pequenos agricultores o acesso a mecanismos de sustentação de preços e de renda que, até então, não atingiam esse segmento (SCHMITT, 2005).

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em julho de 2003, por meio do artigo 19 da Lei nº. 10.696, e desenvolvido com a função de integrar as necessidades de acesso a alimentos e a agricultura familiar, unindo políticas de segurança alimentar e políticas agrícolas (SCHMITT, 2005), em conjunto com outras políticas públicas provenientes do Programa Fome Zero (PFZ), que, segundo Becker e Anjos (2010), foi “um grande marco por meio do qual se aglutina um conjunto de programas de intervenção,

tanto de caráter imediato quanto de natureza estrutural, implementados por meio de instrumentos de políticas públicas” (BECKER; ANJOS, 2010, p. 63). O Programa Fome Zero é uma parte estratégica da política brasileira de segurança alimentar e nutricional.

O PAA foi instituído com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Assim, tem como objetivo central:

[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2010).

A criação do programa teve início a partir das discussões da época acerca da segurança alimentar e do fortalecimento da agricultura familiar como importante fator social, como relatam Grisa et al. (2010):

Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo lugar, contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganho maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 (GRISA et al., 2010, p. 139).

O documento avalia que a incorporação ao mercado de consumo dos segmentos da população excluídos do mercado de trabalho, e/ou com renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias, dependerá de uma intervenção, por parte do Estado, segundo Schmitt (2005), visando:

- (i) Ampliar a demanda de alimentos por parte da população em situação de vulnerabilidade social;
- (ii) Incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos por meio do apoio à agricultura familiar, do incentivo à produção para o autoconsumo e de um conjunto de medidas de política agrícola que tenham a segurança alimentar e nutricional da população como um objetivo estratégico;
- (iii) Implantar programas emergenciais para atendimento daquela parcela da população excluída do mercado de trabalho.

O PAA permite a compra de alimentos com dispensa de licitação e que são distribuídos entre a rede socioassistencial e a formação de estoques públicos e de agricultura familiar. Esse programa é realizado com fundamento em uma abordagem multidimensional que compreende quatro diferentes eixos de intervenção, destacados no trabalho de Grisa et al. (2010) e resumidos no Quadro 1.

Ainda em 2012, mais uma modalidade foi incorporada ao programa, denominada PAA Compra Institucional, com valor máximo de até R\$ 8.000,00 por ano/produtor, podendo chegar a R\$ 20.000 por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Destina-se a atender as demandas de instituições públicas, como restaurantes universitários, unidades prisionais, hospitais, academias de polícia, etc., em que qualquer órgão público, independentemente de sua abrangência, poderá fazer aquisições por meio dessa modalidade de produtos da agricultura familiar.

Quadro 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo governo federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e do MDA. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 8.000,00.
CPR Doação	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais, ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 4.500,00.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite (PAA Leite)	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos estados da Região Nordeste e de Minas Gerais com recursos do MDS (85%) e dos próprios estados. Valor comercializado por agricultor/semestre: R\$ 4.000,00.
CIT	Compra Institucional	Modalidade voltada para a compra de alimentos do PAA pelos órgãos da união, dos estados, Distrito Federal e municípios através de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros e dispensa de procedimento licitatório. Valor comercializado por agricultor/ano: R\$ 4.500,00

Fonte: Grisa et al. (2010, p. 141).

Ainda no ano de 2015, foi sancionado o Decreto nº. 8.473, de 22 de junho de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal, o

percentual mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações

a partir de 1º de janeiro de 2016 (MDA, 2019).

Um dos projetos do PAA com maior repercussão realizado em meados da década de 2000 foi instalado no Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas, com 3.600 famílias participantes, sendo 2.600 beneficiárias do programa, que receberiam os alimentos, e 1.000 famílias produtoras, como fornecedoras de alimentos credenciados pelo PAA (BECKER; ANJOS, 2010). Esse dado demonstra a importância do programa, pois foram muitas pessoas beneficiadas, o que comprova que o funcionamento do PAA deve ser instalado e aprimorado para atender a cada vez mais famílias, pois é capaz de gerar renda e ainda fornecer alimentos a parte da população em condições desfavoráveis de alimentação, cumprindo com os seus princípios e objetivos.

Mesmo que o programa tenha um grande peso e cumpra com sua função, no estudo de Hespanhol (2013), em uma análise do PAA em termos nacionais, pôde-se constatar que, apesar do avanço do

programa em números de agricultores familiares e pessoas beneficiadas, ainda existem algumas limitações e dificuldades, como, por exemplo, a pouca difusão pelas microrregiões e a falta de conectividade, ou sua pouca existência, entre outras políticas públicas, o crédito rural, e a assistência técnica adequada, que, para o autor, são primordiais para a continuidade do programa e para a participação dos produtores. Contudo, pontos positivos também foram ressaltados, pois as compras governamentais acabam incentivando a diversificação de produto e o aumento da produção destinada à alimentação da família, valorizando os hábitos alimentares regionais e fortalecendo o associativismo e o cooperativismo.

Nesse contexto, pode-se observar a grande importância do instrumento de política pública como forma de promover o desenvolvimento rural, não ficando restrito apenas à parte econômica, mas abrangendo também a qualidade de vida das pessoas, tanto dos agricultores familiares quanto dos beneficiados pelo programa (BECKER; ANJOS, 2010).

3. METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, foram entrevistados 4 grupos de informantes envolvidos no processo de aplicação do programa, 1 representante do Exército brasileiro, 7 agricultores que participam do PAA no município de Dom Pedrito, 1 representante da Emater e 2 gestores da associação de agricultores familiares, que geraram os resultados descritos nos próximos tópicos desta seção.

Este trabalho está vinculado aos projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo (NASOL), ligado à Universidade Federal do Pampa. O projeto guarda-chuva que deu origem a este estudo tem como título “Agricultura Familiar e possibilidades relacionadas à Diversificação Produtiva e Prestação de Serviços Ecológicos”.

A escolha desse universo de estudo encontra par na importância que as políticas públicas têm para fomentar a agricultura familiar local (MAIA et al, 2019) e na falta de estudos empíricos que elucidem essa questão. Embora o município de Dom Pedrito possua em seu território vastas áreas com plantio de monoculturas, percebe-se, também, um movimento em curso de ampliação

e valorização das atividades da agricultura familiar local.

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto à forma de abordagem, este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória qualitativa com base em dados primários.

Estudos de caráter exploratório são caracterizados por uma análise ampla e complexa sobre o tema ou problema, e pesquisas desse tipo têm o intuito de elevar o conhecimento para formar novas ideias e hipóteses, buscando a familiarização com o tema e permitindo que o escritor formule mais precisamente problemas para a realização de novas pesquisas (MALHOTRA, 2001; GIL, 2009).

Segundo Mattar (2001), os métodos abrangidos pela pesquisa exploratória são mais amplos e versáteis, podendo conter levantamento de dados secundários, experiências e estudos de casos.

No que tange à pesquisa qualitativa, para Gil (1999), essa abordagem pode ajudar o pesquisador a formular uma análise complexa de um contexto mais amplo, aproveitando todas as questões relacionadas ao

fenômeno, com o intuito de valorizar ao máximo possível o contato com o ambiente e com o fenômeno estudado, coletando o máximo de informações possíveis para, posteriormente, realizar as análises pertinentes.

3.2 Universo de pesquisa

O presente trabalho foi realizado no município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, localizado na Região da Campanha, situado com as coordenadas geográficas latitude 30° 58' 58" S, longitude 54° 40' 23" W, altitude 141 m, área de 5194,8 km² e fazendo divisa com os municípios de Lavras do Sul,

Bagé e Santana do Livramento (Figura 1).

Nessa região, situam-se vários agricultores familiares cadastrados no PAA. O município de Dom Pedrito realiza as compras por intermédio do Exército brasileiro, e os agricultores estão vinculados ao programa por meio de um cadastro realizado na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) na modalidade de associação. Não há trabalhos realizados no município sobre o tema porque o PAA começou a operar em Dom Pedrito recentemente.

Figura 1 - Localização do município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul.



Fonte: Google Maps (2018)

3.3 Coleta de dados primários

As técnicas utilizadas para a coleta de dados primários correspondem a um conjunto de ferramentas e processos que possibilitam captar dados relacionados sobre o fenômeno que se deseja estudar, podendo ser empregados diferentes métodos ao mesmo tempo. Os mais utilizados pelas ciências sociais aplicadas são a entrevista, o questionário e a pesquisa documental, técnicas realizadas para a construção do presente estudo (GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2008).

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Fonseca (2002), caracteriza-se pela busca de embasamento teórico em livros, periódicos e artigos científicos publicados e divulgados para que o pesquisador se aprofunde no tema estudado, formulando os objetivos e, posteriormente, construindo a metodologia da pesquisa.

O segundo passo se deu com a elaboração da ferramenta de coleta de dados, que, para este estudo, foi de dois tipos: um questionário elaborado para os agricultores familiares que fazem parte do PAA no município, e um roteiro de entrevista voltado aos

informantes-chave, como gestores do programa, representantes da Emater do município e da prefeitura ligados ao programa, para que fosse possível confrontar as ideias desses sujeitos e entender como o programa funciona para cada uma das partes.

A coleta de dados para o presente estudo se realizou por meio de um questionário semiestruturado aplicado aos agricultores familiares que têm participação no PAA e também com os informantes-chaves mencionados, compostos por gestores e representantes da Emater e da Associação. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisado lê o instrumento e o responde diretamente, sem a intervenção do entrevistador. Com essa ferramenta, podem ser coletadas diversas informações, como o perfil socioeconômico de cada agricultor e a atuação no programa.

A aplicação de um questionário semiestruturado em conjunto com uma entrevista não estruturada, para Fonseca (2002), consiste em uma técnica capaz de revelar as características verídicas de como os fatos relatados pelos entrevistados ocorrem na realidade, não somente com a utilização de dados

estatísticos, mas também com análise interpretativa de dados.

Para finalizar, após a realização da coleta, os dados foram analisados, tabelados e transformados em imagens gráficas quando possível e descritos por meio da técnica de análise.

3.4 Análise de dados

Para a análise dos dados coletados, escolheu-se a técnica conhecida como análise textual de discurso, caracterizada por Moraes e Galiazzi (2006) como:

[...] uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois polos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

A análise textual de discurso é um processo complexo e que demanda tempo, mas é considerada uma das melhores técnicas de análise para pesquisas qualitativas, principalmente por transitar do empírico ao científico.

O processo é iniciado com a separação do texto em unidades de análise por meio de seus significados, formando inúmeros conjuntos e podendo gerar novos por meio da locução empírica obtida com o que o pesquisador deseja demonstrar com

determinada análise. Posteriormente, segue-se com a categorização desses conjuntos, reunindo unidades com significados semelhantes e podendo gerar diferentes níveis de categorias de análise. Com isso, são gerados textos analíticos que compõem os textos interpretativos do estudo, como completam Moraes e Galiazzi (2006):

A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

Por fim, é por meio do emprego dessa ferramenta de análise que se possibilita a construção de argumentos que exigem esforço e participação contínua do pesquisador para que seja possível fazer correlações entre os discursos e tornar o texto complexo, indo além do que é obvio e chegando ao que é intrínseco ao tema estudado, aliando a teoria já existente à análise dos dados coletados (SANTOS; GALIAZZI; SOUZA, 2017), para que cada vez mais sejam compartilhadas informações sobre o programa, demonstrando sua importância e eficácia no que se refere ao que foi destinado realizar, ou seja, fomentar a agricultura familiar aliada à segurança alimentar de pessoas em situações de risco.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 O início do PAA no município: visão dos informantes-chave

De acordo com os relatos dos entrevistados, o projeto surgiu a partir do interesse da 3ª Companhia de Engenharia Combate Mecanizada do município, que, ao procurar alguns agricultores, demonstrou disposição para comprar a sua produção. Contudo, para isso, seria necessária a criação de uma associação para que fosse elaborado um projeto, de modo que, quando fosse lançada a chamada pública do Exército brasileiro, o grupo de agricultores pudesse ter acesso ao programa.

Logo após o contato entre o Exército e os agricultores familiares, surgiu uma associação dos produtores familiares de Dom Pedrito, criada para auxiliar os agricultores no desenvolvimento do projeto para participação no PAA e para a gestão das atividades. Após a formação da associação, a Emater do município de Dom Pedrito foi acionada pelos representantes da associação para que o projeto fosse escrito e concluído e fossem feitos todos os

encaminhamentos necessários para a participação dos agricultores no PAA.

O papel da Emater, segundo o que relatou o responsável pela instituição, foi trabalhar o associativismo desde o início, quando se pensou em participar do PAA por meio de uma associação. Hoje, não existe mais um contato direto entre a entidade e a associação, pois os responsáveis pela gestão optaram por contratar uma assessoria jurídica e contábil privada, o que, para os responsáveis, era algo necessário para melhor atender as necessidades da associação.

A questão mais relatada e destacada pelos pesquisados foi a de que em nenhum momento a prefeitura municipal mostrou interesse em apoiar ou auxiliar o processo. Somente após alguns anos de funcionamento da associação a prefeitura buscou representantes com o intuito de levar a proposta da formação de uma nova associação para que fosse possível a sua participação. Contudo, essa proposta foi rejeitada tanto pelos representantes da associação quanto pelos agricultores.

De acordo como o que foi relatado pela prefeitura municipal de Dom Pedrito, por meio da representante do setor de licitações, o município fez, de forma irregular, em 2017, uma chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar justamente por falta de informações, pois, ao receber uma visita de inspeção da vistoria, foi informado ao setor que apenas participando do PAA a prefeitura poderia adquirir produtos da agricultura familiar para a secretaria de assistência social, não havendo nenhum tipo de ação até o momento para a adesão da prefeitura ao programa.

Ainda, como ressaltado pelos gestores e pelo exército, os únicos envolvidos para que o projeto funcionasse foram os agricultores que formaram a associação com o auxílio da Emater e a 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do município, que hoje é a única instituição que

adquire os produtos da agricultura familiar por meio da modalidade de compra institucional do PAA, sendo a principal responsável por inflar o movimento de implantação do programa no município, buscando valorizar o agricultor familiar e o consumo de produtos de qualidade produzidos no próprio município.

4.2 Características dos agricultores do PAA em Dom Pedrito

Os agricultores que fazem parte do PAA no município têm como principais características o baixo grau de instrução –grande parte dos pesquisados cursou apenas o ensino fundamental, salvo um agricultor, que possui ensino superior completo –, idade superior a 35 anos e participação recente no programa – cerca de um ano –, como pode ser observado no Quadro .

Quadro 2 – Características dos agricultores participantes do PAA em Dom Pedrito.

Produtor	Idade	Tempo no Programa	Mão-de-obra Familiar empregada	Produtos
1	37	1 ano	2 pessoas	Melão e tomate
2	60	1 ano	4 pessoas	Couve-flor, tomate cereja, brócolis, repolho e rúcula
3	38	1 ano	1 pessoa	Alface, couve, mostarda, tempero verde, espinafre e repolho
4	68	1 ano	7 pessoas	Couve, alface, tempero verde e limão
5	45	1 ano	3 pessoas	Queijo
6	37	Menos de 1 ano	2 pessoas	Salame, linguiça e charque
7	50	1 ano	3 pessoas	Alface, beterraba, tempero verde, couve, cebola, alho, repolho roxo e repolho verde

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Além do que já foi citado, pode-se notar, também pelo Quadro 2, que o emprego da mão de obra familiar é um fator importante, pois todos os agricultores possuem essa característica, salvo o agricultor 3, que trabalha sozinho na produção. Isso demonstra que o PAA pode ajudar as famílias rurais a manter um padrão de vida bom o suficiente para suprir as suas necessidades básicas, envolvendo não somente o responsável pela propriedade, mas, sim, todos da família com condições de trabalhar no cultivo dos produtos, como se constatou no estudo de Mattei (2007), que acredita que o programa

é um grande aliado para melhorar o nível de renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida de agricultores que, antes, tinham dificuldade no acesso ao mercado e aos meios de produção.

Nesse contexto, Grando e Ferrera (2013), em estudo sobre a relação do Rio Grande do Sul com o programa, afirmam que, além de cumprir a função alimentar e nutricional, o programa também exerce a função de integrador social para o combate à pobreza e à miséria no meio rural, integrando ao mercado agricultores que antes ficavam à margem e propondo sistemas de produção diversificada.

Essa questão também foi abordada por Becker, Anjos e Bezzerá (2010) em estudo sobre o impacto do programa na segurança alimentar e desenvolvimento rural, no qual os autores puderam constatar que relacionar os agricultores com organizações sociais acaba capacitando-os para enxergar a realidade em que estão inseridos de uma forma diferente, fazendo

com que os agricultores sejam capazes de considerar alternativas diferentes para planejar e realizar suas atividades. O fato de estar produzindo para outras pessoas acaba gerando nos agricultores uma sensação de pertencimento à sociedade, e não mais o sentimento de ser apenas mais um entre tantos outros.

Figura 2 – Produtos ofertados ao PAA pelos agricultores pesquisados.



Fonte: Imagens coletadas pelo autor.

Corroborando com os estudos de Nascimento et al. (2019), realizado no mesmo município do presente trabalho, e Grando e Ferreira (2013), conduzido no estado do RS, pode-se citar como característica importante dos agricultores familiares do município a diversificação da produção familiar, que não é focada apenas em hortaliças ou produtos minimamente processados, envolvendo também a produção de alimentos com maior grau de processamento, como queijos, salames, charques e linguiças, que necessitam de

uma estrutura de fabricação e conservação maior, como pode ser observado nas Figuras 2A e 2B. Tudo o que é produzido pelos agricultores do PAA atende o que é exigido na chamada pública do Exército.

4.3 A percepção dos agricultores familiares sobre o PAA

O PAA está em execução no Brasil desde o ano de 2003, beneficiando inúmeros agricultores familiares. Contudo,

como qualquer outra política pública, o programa possui limitações que acabam interferindo no seu andamento e na adesão por parte dos agricultores, questão que pode explicar a ausência do programa em alguns municípios (AGOSTINI, BOURSCHEIDT, 2018).

Os agricultores pesquisados neste estudo, quando questionados sobre quais são as principais dificuldades encontradas por eles para a adesão e para o andamento do programa, relataram que existem alguns problemas, como falta de organização do programa, falta de informação, poucas reuniões entre associação e agricultores e escolha das áreas favorecidas.

A participação do poder público, com mais políticas de fomento, e a discussão sobre os principais pontos que devem ser melhorados são fundamentais para o andamento do programa. A falta de informação, a desorganização do projeto e a escolha das áreas favorecidas foram os itens mais citados pelos agricultores participantes desta pesquisa, questões que vão ao encontro do que foi relatado por Grisa et al. (2011), que acreditam que uma das principais dificuldades do programa é a falta de informação e de explicações mais diretas para os agricultores em relação ao programa, questões que vão desde para que serve o programa até os procedimentos e

burocracias necessários para a participação ou para a implementação do PAA nos municípios. Ainda relatam que, em casos específicos, os agricultores participam de associações que destinam seus produtos ao PAA, mas têm conhecimento sobre isso.

Além disso, Cordeiro (2007) enfatiza que, na grande maioria dos estudos sobre as dificuldades do programa, são encontrados relatos sobre a dificuldade de entender o funcionamento do programa por falta de informações e de como se encaixar nas áreas favorecidas, o que acaba gerando, por parte dos agricultores e das associações, um olhar de desorganização e falta de estrutura sobre o programa, como relatado pelos pesquisados no presente estudo.

Além das dificuldades descritas anteriormente, os agricultores também foram questionados sobre sua percepção acerca do retorno dado pelas entidades em relação a segurança, saúde e qualidade de vida. Segundo suas respostas, os agricultores não perceberam nenhuma mudança ou retorno sobre as questões, uma unanimidade entre os pesquisados.

Os excertos a seguir evidenciam essa perspectiva dos entrevistados:

A falta de informação é o grande problema para o acesso ao programa, não existe retorno para os itens: segurança, saúde e qualidade de vida, a Emater do município

participou somente da parte burocrática do programa, e a prefeitura local não tem nenhuma participação, existe falta de atenção do poder público e ausência de políticas públicas. (Entrevistado 2, Dom Pedrito, RS, 60 anos).

Essa percepção pode ser explicada devido ao pouco tempo de execução do programa no município (2018) e ao número pequeno de agricultores que estão inseridos nas atividades do PAA. A percepção de melhora da qualidade de vida se relaciona ao aumento da renda com a participação do programa, e não ao retorno de entidades e instituições públicas, umas das principais questões abordadas no estudo de Carvalho (2016), que afirma que, para o agricultor familiar que participa do programa, a principal vantagem está relacionada ao aumento da renda e à certeza de ter mercado para a sua produção.

Além disso, os pesquisados relataram que, na sua visão, as entidades e instituições públicas do município, como prefeitura e Emater, têm pouca participação no programa, o que é considerado pelos agricultores como umas das principais dificuldades para a operacionalização do programa, pois, sem colaboração desses órgãos, o avanço do programa se torna ainda mais difícil, tendo em vista que a associação de agricultores sozinha não possui poder político para

adequar-se ao programa e, conseqüentemente, conseguir que mais agricultores conheçam e façam parte do programa, atingindo um número maior de famílias que estejam dispostas a participar e atender a demanda do programa (GRISA et al., 2011).

Os excertos a seguir demonstram essa questão:

A Emater e a prefeitura pouco participam do programa, a ausência destas duas entidades dificultam muito a organização e o desenvolvimento do PAA no município. A associação é barrada em alguns momentos para tomar determinadas ações, e a mesma não tem poder político para levar o programa adiante o que é um grande entrave (Entrevistado 7, Dom Pedrito, RS, 50 anos).

Contudo, questões relacionadas a logística, item encontrado em alguns estudos como uma dificuldade, não foi relatado pelos agricultores de Dom Pedrito (AGOSTINI; BOURSCHEIDT, 2018; GRISA et al., 2011). A entrega e o deslocamento dos produtos da propriedade até o destino, de acordo com o relato dos agricultores familiares, é um processo bem organizado, em que a presidente da associação fica responsável por reunir, uma vez por semana, os alimentos com os agricultores familiares e, posteriormente, realizar a entrega na sede da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do município, o que demonstra que, apesar de

ainda haver dificuldades, alguns entraves já estão sendo minimizados pelos participantes do programa no município.

Além disso, o PAA, embora ainda tenha algumas limitações, segundo Agostini e Bourscheidt (2018), em 14 anos de execução, ampliou sua atuação devido ao grau de incentivo do poder público no início do programa, tornando-o essencial para o desenvolvimento das famílias que vivem no meio rural, principalmente nas questões que envolvem as famílias e os grupos beneficiados pelas atividades do programa. Ainda acreditam que, se o programa deixar de existir futuramente, as perdas para o desenvolvimento rural dos municípios e das famílias que aderiram ao programa seriam desastrosas, pois seriam extinguidos os benefícios para as famílias produtoras e para quem usufrui da produção da agricultura familiar.

Com isso, os pesquisados foram questionados sobre os principais benefícios que o PAA proporcionou aos agricultores familiares. Verificou-se, então, que os principais itens são a agregação de valor, citada por 6 dos 7 pesquisados; demanda contínua e ter a certeza de que a produção será vendida, citada por 5 dos 7 pesquisados; e o mesmo número de produtores respondendo que o aumento da

renda é um dos principais benefícios observados.

Os benefícios citados pelos produtores que participam do PAA vão ao encontro da pesquisa de Vieira et al. (2010), que, por meio da análise de diversos estudos realizados em diferentes regiões do Brasil, pôde constatar que as principais contribuições do programa se relacionam ao fomento da agricultura familiar com o intuito de melhorar a sua renda e qualidade de vida.

Os excertos a seguir relatam esse ponto:

Mesmo com algumas dificuldades o programa é a principal fonte de renda para os agricultores familiares da associação. A venda certa e contínua para os produtos, o aumento da renda da família, e por fim a agregação de valor aos produtos comercializados são com certeza o combustível para acordar todas as manhãs e ir atrás de uma produção de qualidade. Junto com estes benefícios vale ressaltar a sobrevivência das famílias no campo e a sucessão que garante o futuro da agricultura familiar (Entrevistado 1, Dom Pedrito, RS, 37 anos).

Ainda, segundo o estudo de Vieira et al. (2010), os beneficiados do programa receberam como retorno por fazer parte do PAA aumento da renda, diversificação da produção, redução da dependência em relação aos intermediários e, ainda, por meio das ações voltadas à segurança alimentar, melhora na alimentação de diversas entidades que fazem parte do

programa, como creches, escolas, hospitais, entre outras, gerando uma melhoria na qualidade de vida e da alimentação das pessoas que desfrutam dos alimentos fornecidos pelo PAA (OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014).

Com isso, pode-se observar que o objetivo principal do PAA está sendo executado no município, fomentando a agricultura familiar e levando desenvolvimento e renda ao agricultor familiar. Apesar do pouco tempo de execução no município, pode-se notar que os agricultores se mostram satisfeitos com

os benefícios e que, se as dificuldades citadas por eles forem supridas, acredita-se que o programa poderia evoluir de forma mais consistente no futuro, pois uma política pública como o PAA é fundamental para a valorização do agricultor familiar, abrindo mercados de comercialização e promovendo a atualização dos processos produtivos com o intuito da diversificação, buscando beneficiar famílias que vivem do meio rural e que dependem de seu próprio esforço em trabalhar com a terra para sobreviver (CARVALHO, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, pôde-se averiguar diversas características do PAA em Dom Pedrito, desde sua concepção no município até os benefícios gerados tanto para os produtores quanto para quem adquire os produtos da agricultura familiar através da compra institucional, modalidade do programa que se encontra em funcionamento até o momento no município.

Quanto às características dos produtores, averiguou-se que são pessoas com idade mais elevada – acima dos 35 anos até os 68 anos de idade –, com baixo

índice de escolaridade e que sempre estiveram relacionadas com o campo, utilizando somente a mão de obra da família, sem nenhum empregado em todos os casos, caracterizados por uma produção considerável de alimentos e pela presença da diversificação –a maioria dos produtores costuma produzir mais de uma qualidade de produto ou hortaliça.

Foi possível perceber que o programa é extremamente recente no município de Dom Pedrito e, devido à falta de informação e do interesse do poder público municipal e da prefeitura, hoje, o

programa se encontra em evolução consideravelmente lenta, pois ainda é pequeno o número de agricultores que participam do programa, questão que pode ser explicada pela demanda do produtos vir de uma única instituição, que, no caso, é a 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do município, que foi uma das primeiras instituições a demonstrar interesse em participar do programa, buscando os produtores do município e consolidando uma parceria.

De acordo com o relato dos pesquisados, ainda não se percebe nenhum retorno em questões de segurança, saúde e qualidade de vida como uma devolução dos gestores para os produtores familiares. A visão de bem-estar dos participantes do PAA no município se relaciona com o aumento da renda, que, por consequência, aumenta a sensação de bem-estar dos produtores, que conseguem, com a renda extra, adquirir bens e/ou viver melhor do que antes do programa.

Por outro lado, para os produtores, o programa se mostrou excelente para a

melhoria das condições de vida no campo e um auxílio na permanência dos produtores na zona rural, pois beneficiou os agricultores familiares com agregação de valor, demanda contínua, certeza de que a produção vai ser vendida e, como consequência dessas questões, o aumento da renda, que, por sua vez, mesmo que em pequenas proporções, gera benefícios para as famílias rurais do programa.

Do ponto de vista da literatura sobre o tema, o artigo traz estudos de uma região ainda não investigada, atualizando os dados de abrangência do programa e a sua importância para o fortalecimento da agricultura familiar. Acredita-se ser de extrema importância novos estudos que auxiliem na compreensão da estruturação da associação de agricultores familiares que estão aptos a comercializar pelo programa no município como forma de sanar fragilidades atinentes ao capital social.

6. REFERÊNCIAS

ALTEMBURG, S. G. N. **A Comida Invisível: Representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS.** Tese (Doutorado

em Agronomia). Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas-RS, 2014.

AGOSTINI, A.; BOURSCHEIDT, H. A Implementação do Programa de Aquisição de

Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, Piracicaba - SP, v. 56, n. 02, p. 275-292, 2018.

BECKER, C; ANJOS, F. S. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: Limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar em municípios do sul gaúcho. **Rev. Segurança Alimentar e Nutrição, Campinas**, 17 (1): 61-72, 2010.

BECKER, C; ANJOS, F. S.; BEZERRA, A. J. A. O impacto do programa de aquisição de alimentos da Agricultura familiar na segurança alimentar e no Desenvolvimento rural. 48º SOBER – Congresso da Sociedade Brasileira de economia, administração e sociologia rural. **Anais...** Campo Grande – MS, 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; DELGADO, G. C. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2017.

BEZERRA, G. J.; MADALENA, M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato

20042006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: jun./2019.

BRASIL, **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasília: MDA, 2010. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).

BURLANDY L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: Estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 14, 2009.

CARVALHO, P. R. **Programa de aquisição de alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local**. Monografia (Bacharelado em desenvolvimento rural e gestão agroindustrial), UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento - RS, 2016.

CHMIELEWSKA D.; SOUZA, D. LOURETE, A. A. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe**. IPE – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

CORÁ, M. A. J.; IZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Políticas Sociais e a Agricultura Familiar no Brasil: Desafios na Construção de Parcerias, Colaboração e Redes Sociais. **Revista NAU Social**, v.7, n.12, p. 83-97, 2016.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos–PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, 2015.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro 46(6):1575-97, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. UECE – Universidade Estadual do Ceará, 202, 127p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, M. P., CAMPOS, S. T. D., & SARTI, F. M. Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil: uma análise do Programa de Restaurantes Populares. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, 1(1), 2011.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 1, 2013.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). 47º Sober – Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre-RS, 2009.

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos De Assentamentos**, n. 13, p. 137-170, 2010.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, setembro de 2011.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia MG, 25 (3): 469-483, 2013.

MACEDO, A. et al. Agricultura Familiar e a difusa conceituação do termo pesquisadores da Embrapa Hortaliças opinam sobre o tema. **Hortaliças em Revista** - Embrapa Hortaliças Ano III, n. 14, 2014.

MAIA, J. F. NASCIMENTO, S.G.S., HANKE, D. Análise da gestão das atividades desenvolvidas na agricultura familiar. Novas Edições Acadêmicas, 2019.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, E. M.; LAKATOS, M. A. **Fundamento da Metodologia Científica**. Atlas, 2005. 315 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTEI, L. F. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de

Santa Catarina. **Cadernos do CEAM** (UnB), v. 7, p. 33-44, 2007.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acesso em 01 abr. 2019.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

OLIVEIRA, A. L. A.; BERGAMASO, S. M. P. P. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, estado de mato grosso, brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014.

NASCIMENTO, S. G. S, MANCILHA, V. E., HANKE, D., BECKER, C., e DE ÁVILA, M. R. Diversificação produtiva como estratégia de apoio à segurança alimentar e nutricional entre os agricultores familiares na campanha gaúcha. **Cultura Agrônômica: Revista de Ciências Agrônômicas**, 28(1), 82-96, 2019.

PINHEIRO, A. R. O. **Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar nutricional (2003-2006): Atores, ideais, interesses, e instituições na construção de consenso político**. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2009.

PRONAF - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

SANTOS, A. R.; GALLIAZZI, M. C.; SOUSA, R. S. A análise textual discursiva na pesquisa em educação química: a categorização como possibilidade de ampliação de horizontes. **Revista Iniciação e Formação Docente**, v. 4, ed. 2, 2017.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, p. 78-88, 2005.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Hortaliças minimamente processadas**. Série Mercados. SEBRAE/ ESPM, 2008.

SERGIO, S.; ABEL, C. **A Agricultura Familiar No Brasil**. Documento Nº 145 Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial, 2013.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome Zero: A experiência Brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Brasília – DF, 2010.

SILVA, S. A. D.; COSTA, M. H. B. C.; GUIMARÃES, S. M. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: aspectos conceituais. **Revista Acadêmica Conecta FASE**, v. 1, n. 1, 2016.

VEIGA, J. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD), Série Textos para a Discussão, agosto, 2001.

VIEIRA, N. S.; FARIA, A. F.; ROSA, P. F. Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Agricultura Familiar:

uma análise de experiências no Brasil. In:
Encontro Nacional de Pesquisadores em

Gestão Social. **Anais...** Lavras, 2010.



RESENHA

A DIFUSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

*Etho Roberio Medeiros Nascimento*²²
*Luciana Dias de Oliveira*²³

SABOURIN, E.; GRISA, C. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe.** Porto Alegre: Escritos Editora, 2018. 286p.

SOBRE A OBRA

O presente livro aborda de forma clara e expositiva o cenário da difusão e transferência de políticas públicas brasileiras voltadas à agricultura familiar no contexto latino-americano, bem como

iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial. Para tanto, a coletânea de artigos apresentada nesta obra, se baseia nas experiências brasileiras de políticas públicas como objeto de análise, com foco nos programas voltados às compras públicas de alimentos e políticas de desenvolvimento rural. Dentre estas políticas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Territórios Rurais e o Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Outro tema importante abordado, refere-se à experiência brasileira no combate à fome e à pobreza por meio de programas e ações pautados na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e fortalecimento da Agricultura Familiar (AF). A política nacional de SAN e suas ferramentas, possibilitaram a consolidação de um marco institucional, intersetorial e

²² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: ethoroberio@gmail.com.

²³ Professora Associada do Departamento de Nutrição/Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: dialu73@hotmail.com.

participativo nos debates nas agendas e fóruns de política pública. Assim, o Brasil se notabilizou no âmbito internacional, pelos acordos bilaterais e de cooperação Sul-Sul em SAN e voltados à AF, com uma proposta de construção de um sistema agroalimentar mais sustentável.

O livro está estruturado em três seções, descritas a seguir. A primeira delas, aborda o contexto político em que se insere o início da cooperação no Brasil. Nesta seção, o foco é a análise da forma como o modelo brasileiro de políticas públicas foi constituído. É apresentado como se deu o processo de cooperação entre Brasil e os países da América Latina e Caribe, bem como a construção de políticas públicas de compra institucional voltadas a AF e promoção da SAN. Nessa parte, também são contextualizadas a criação, os instrumentos e as ações voltadas ao Programa de Desenvolvimento Territorial Rural (PDTR) no país.

A segunda parte apresenta as experiências nas quais houve transferência de políticas públicas. Aqui são retratados os instrumentos, metodologias e o alcance das ações dos termos de cooperação em países como Colômbia, Haiti, Paraguai, El Salvador, Argentina e Uruguai. Nesse momento é realizada uma análise sobre os métodos de disseminação de políticas

públicas e suas semelhanças ou discordâncias em relação ao modelo brasileiro. Também são abordados os estudos de caso voltados às políticas alimentares e políticas de desenvolvimento territorial, juntamente com as principais convergências ao modelo brasileiro. Já a terceira parte do livro, destaca de forma mais analítica a comparação entre o modelo brasileiro, que serviu de inspiração, aos programas desenvolvidos nos países analisados.

Desse modo, a primeira parte do livro aborda a cooperação Sul-Sul na América Latina e a construção da rede de políticas públicas gerada a partir desse marco. Os autores destacam que o processo de intensificação de cooperação entre os países sul-americanos se deu graças a uma mudança de paradigma político na região, o que afetou a geopolítica regional e promoveu a inclusão de novos atores e ideias na formulação de políticas públicas. Com isso, a concepção de unidade regional passou a ser mais sólida, permitindo que esses países iniciassem termos de cooperação em diversas áreas e em maior frequência.

O Brasil passa a compor esse cenário de maneira mais efetiva a partir de meados dos anos 2000. Nesse período, sob forte influência dos resultados alcançados

como o Programa Fome Zero, os termos de cooperação incorporam temas ligados a SAN e AF. Logo, as instituições nacionais passam a atuar junto a diversas entidades internacionais, em especial, aquelas sob o guarda-chuva das Nações Unidas (ONU) que trabalham com alimentação, agricultura, desenvolvimento agrícola e compra de alimentos, com destaque para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Programa Mundial de Alimentos (PMA) e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Nesse contexto, os autores reforçam que o Brasil avança do estágio de receptor a prestador de cooperações internacionais, por meio de uma política externa de liderança regional.

Ainda na primeira parte do livro, os autores trazem uma análise sobre os principais programas que iniciaram o processo de compra institucional e que conferiram prestígio ao Brasil no cenário internacional: os programas PAA e PNAE. Aqui se realiza de forma mais aprofundada uma análise sobre o momento de criação em uma perspectiva histórica, suas metodologias e ferramentas de aplicação, e os meios de difusão destas políticas na região. Os autores do livro reforçam ainda papel como as compras públicas foram fundamentais na promoção das unidades de

produção familiar e no fortalecimento da SAN.

O fechamento da primeira parte do livro aborda o PDTR e o Projeto Territórios da Cidadania (PTC). O caráter inovador dessas iniciativas é retratado pelo modelo de desenvolvimento voltado em contraposição aos modelos tradicionais. Busca-se superar a ideia desenvolvimentista por meio do aumento da produção agropecuária e crescimento econômico. A proposta do PDTR e a criação do PTC, foram importantes, pois possibilitaram a construção de um cenário que reflete bem os objetivos desses programas para o desenvolvimento do meio rural. Como principais resultados, se observou a construção de uma tipologia de políticas específicas para a AF em uma abordagem intersetorial, o fortalecimento da governança nos territórios, e a formação de coalizões sociais que lideraram projetos voltados ao desenvolvimento rural.

A segunda parte da obra aborda as experiências internacionais de difusão de políticas públicas brasileiras para os países da América Latina e Caribe. Nela, os autores se debruçam sobre estudos de caso realizados em países da região. Assim, é apresentada a experiência colombiana, baseada nas compras públicas de alimentos da AF. O avanço das políticas para a AF na

Colômbia sempre fora disperso, de curto prazo e compensatórias; sendo que a mudança desse cenário só ocorreu por meio da ampliação da discussão entre a sociedade civil e poder público. A partir de 2010, o governo local passou a incentivar a execução de alguns projetos-pilotos com percentuais mínimos para a compra da AF, de forma que pudesse atender a alimentação escolar e a oferta de alimentos para populações em insegurança alimentar. Nessa experiência, se observa claramente a inspiração de políticas públicas brasileiras na criação de mercados institucionais e na redução da pobreza extrema no meio rural.

No estudo de caso haitiano, se observa o mesmo padrão apresentado até aqui de inspiração em políticas de SAN voltados a AF. Após os desastres naturais que atingiram o Haiti em 2010, a cooperação Brasil-FAO intensificou a proposta de assistência alimentar tendo como base os moldes do PAA e PNAE, de forma que estes pudessem garantir a assistência social em conjunto com o desenvolvimento econômico e ambiental. Os dois projetos principais observados nesse país foram *Lèt Agogo* o Projeto Nippes. Esses projetos eram caracterizados pela forte mobilização e empreendedorismo social, com foco nas compras locais da AF para atender a

alimentação escolar. As políticas analisadas se aproveitaram da proposta conceitual do PAA e PNAE para a construção desses programas, entretanto, houve limitações e resistências quanto aos conceitos técnicos, operacionais e institucionais na aplicação do projeto.

Finalizando os estudos de caso de projetos voltados a compra institucional de alimentos, chegamos à experiência do Paraguai nas compras públicas para alimentação escolar. O ponto de partida dessa seção é o Programa de Compras Públicas Diretas do Agricultor Familiar. Trata-se de uma iniciativa que visa garantir fornecimentos de alimentos para alimentação escolar e para todos os estudantes do ciclo de educação, priorizando a compra pública da AF em uma perspectiva multissetorial para desenvolvimento econômico, social e territorial. A composição da política teve influência direta dos debates e ações propostos pela Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) e pela FAO. A grande inovação desse programa foi a possibilidade de compra indireta da AF através da contratação entre governo e empresas, que se comprometiam a aportar pelo menos 30% do valor contratado na compra de produtos da AF.

Encerrada a sessão que analisa as experiências voltadas as compras públicas, a parte seguinte aborda as políticas de desenvolvimento territorial. De forma inicial é apresentada a experiência da Argentina. A estratégia de desenvolvimento territorial nesse país não apresenta fundos constitucionais para crédito, subsídios coletivos na escala federal ou fundos estáveis para financiamento da AF, como é o caso de políticas como PRONAF ou PROINF no Brasil. Assim, a proposta passou a reorientar e complementar os projetos já existentes, com a maior capacitação técnica e social dos atores envolvidos, passando a considerar a AF como geradora de riquezas. A influência do modelo brasileiro ao adotado pela Argentina foi baixa, residindo principalmente na mobilização dos movimentos sociais, promoção de feiras livres de produtores, políticas de extensão rural pública e programas de SAN. Apesar dos esforços, o programa não mobilizou capital político e financeiro nacional suficiente. Os recursos e financiamentos destinados ao agronegócio continuam sendo mais importantes que aqueles voltados a AF. A pouca estatalidade da política dificultou a consolidação da política.

Em El Salvador, o principal ponto de ação está voltado a um programa semelhante ao PTC, o Programa Presidencial Territórios para o Progresso (PPTP). Assim, o PPTP visava consolidar e aprofundar perspectivas democráticas de desenvolvimento no campo a partir de um novo modelo econômico e social para a redução da pobreza. Entretanto, a transferência de um projeto similar ao PTC não se observou na prática. Dentre tantas dificuldades, o programa se estruturou a partir da presidência, conferindo um caráter centralizador do projeto, sendo este menos setorial e participativo. Além disso, o projeto se caracteriza pela homogeneização na definição dos territórios e falta de política específica para o fortalecimento da AF. A transferência e adaptação PTC, se deu em virtude da convergência política dos governos da época, sem que os instrumentos metodológicos e técnicos tenham sido internalizados de maneira adequada, ficando aquém da expectativa gerada inicialmente.

Encerrando a segunda parte da obra, a experiência de desenvolvimento territorial observada no Uruguai é apresentada. Tal experiência está estruturada na atenção a grupos sociais menos favorecidos do meio rural e a maior

participação dos movimentos sociais na construção das políticas. O caso uruguaio é bem específico pois, esse mantém duas políticas para o desenvolvimento rural. O projeto capitaneado pelo Ministério da Ganaderia, Agricultura e Pesca (MGAP) guarda semelhanças ao programa brasileiro ao promover o foco no segmento da AF e o caráter participativo. O MGAP buscou manter uma abordagem intersetorial, convidando inclusive, outros ministérios e instituições para participar dos debates e articular as principais demandas do projeto. Apesar do intercâmbio com instituições internacionais, o modelo desenvolvimento territorial brasileiro não foi contemplado de forma plena, contribuindo basicamente com algumas ideias e etapas metodológicas.

Como fechamento dos estudos apresentados no livro, a terceira parte se propõe a tecer comentários e realizar uma análise comparada entre as políticas praticadas no Brasil e nos demais países. Logo, conclui-se que, embora haja mudanças normativas e avanços consideráveis em políticas de SAN e facilitação da compra de alimentos da AF nos casos citados, observa-se mudanças mais ou menos próximas aos preconizados pelo modelo brasileiro nos casos que abordam as políticas voltadas a

alimentação escolar. Os autores afirmam que houve “certa convergência” de políticas públicas e instrumentos nesses países, de forma que o PAA e o PNAE influenciaram e subsidiaram alterações institucionais nesses três casos.

Já nos três casos que apresentam a perspectiva de desenvolvimento territorial, o único caso que constitui a política de desenvolvimento territorial do Brasil como modelo de transferência é El Salvador. Na Argentina e no Uruguai, não houve de fato uma transferência de políticas públicas, apesar dos esforços das instituições de cooperação. Se observa ainda modelos guiados por uma convergência de objetivos alinhados, em alguma medida, com o modelo europeu de desenvolvimento territorial. Embora a inspiração brasileira tenha sido algo destacado pelos atores locais, esta não foi suficiente para promover uma mudança significativa no modelo endógeno ou nacional, observado nesses dois países.

Como considerações finais, destacamos aos interessados em compreender e interpretar as questões que envolvem o papel brasileiro na difusão e transferência de políticas públicas em SAN e AF, que o presente livro atende a proposta de contribuir para o entendimento e reflexão sobre a gênese e atuação dos

acordos de cooperação. Também apresenta de forma precisa os meios e etapas para a constituição das dinâmicas, ferramentas e metodologias utilizadas pelo Brasil e demais parceiros internacionais na etapa de transferência de conteúdo teórico-metodológico dessas políticas para os países da América Latina. Os autores apresentam uma análise categórica, precisa e crítica sobre como ocorreu a consolidação do caso brasileiro no contexto internacional, explorando os principais impactos e resultados gerados nos diferentes contextos apresentados.